UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CÂMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ (1953-1963):
singularidades da cultura escolar agrícola

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA

CATALÃO-GO
2014

sistema de bibliotecas ufg

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Silvia Aparecida Caixeta Issa				
E-mail:	silviaissa@yahoo.com.br				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [x]Sim [ ] Não					
Vínculo empregatício do autor	IF Goiano – Câmpus Urutaí				
Agência de fomento:				Sigla:	
País:	Brasil	UF:		CNPJ:	
Título:	A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ (1953-1963):singularidades da cultura escolar agrícola				
Palavras-chave:	História das Instituições Educativas.Educação Rural.Cultura Escolar				
Título em outra língua:	THE FARM SCHOOL OF URUTAÍ (1953-1963)- characteristics of culture within an agricultural school				
Palavras-chave em outra língua:	History of educational institutions. Agricultural education.Schooling culture				
Área de concentração:	Educação				
Data defesa: (dd/mm/aaaa): 14/03/2014					
Programa de Pós-Graduação:	PPGEDUC- Programa de Pós-Graduação em Educação				
Orientador (a):	Aparecida Maria Almeida Barros				
E-mail:	cidaab@gmail.com				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Silvia Ap. Caixeta Issa

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 30 / 05 / 2014

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA

A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ (1953-1963):
singularidades da cultura escolar agrícola

Universidade Federal de Goiás
Câmpus Catalão
Programa de Pós-Graduação em Educação
2014

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA

A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ (1953-1963):
singularidades da cultura escolar agrícola

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Educacionais.

Orientadora: Profª Drª Aparecida Maria Almeida Barros

CATALÃO-GO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BSCAC/UFG

Issa, Silvia Aparecida Caixeta.
I86e ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ (1953-1963) [manuscrito]: singularidades da cultura escolar agrícola / Silvia Aparecida Caixeta Issa. - 2014.
xv, 113 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Profª.Drª. Aparecida Maria Almeida Barros.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Educação, 2014.
Bibliografia.

1. Educação Rural. 2.Instituições Educativas. 3. Cultura Escolar. 4. Escola Agrícola de Urutaí (GO). I. Título.

CDU: 37.018.53(817.3)

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA

A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ (1953-1963): SINGULARIDADES DA CULTURA ESCOLAR AGRÍCOLA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, defendida e aprovada em 14/03/2014.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Aparecida Maria Almeida Barros (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás–Câmpus Catalão

Profª. Drª. Ana Maria Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás-Câmpus Catalão

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia

DEDICATÓRIA

Àqueles que construíram a Escola Agrícola de Urutaí
em diferentes tempos, ocupações, funções e metamorfoses.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente em minha vida, dando-me forças para alcançar êxito em todos os meus projetos pessoais e profissionais.

A minha família, em especial aos meus filhos Gúllyt Vinícius Caixeta, Carla Geovanna Caixeta Issa e Guilherme Antonio Caixeta Issa, por compreender minha ausência, e a meus pais, pelo apoio, estímulo e pelas orações.

À Profª Drª Aparecida Maria Almeida Barros, pela aceitação do projeto e orientação da pesquisa, pelo acolhimento, carinho e pela confiança demonstrados em todo processo de construção da dissertação.

Aos professores Drª Ana Maria Gonçalves e Dr. Geraldo Inácio Filho, pelas instruções e contribuições à pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás − Câmpus Catalão − pelas aprendizagens propiciadas.

Aos colegas de mestrado, que tornaram mais leve esse percurso, pela preocupação e pelo interesse, pela presença e escuta paciente, reveladoras de amizades solidárias.

Aos estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí: Heonard Fernandes Januário Neves e Jéssica Miranda Lochoscki, pelo *scanner* de toda documentação utilizada na pesquisa.

Aos funcionários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí, pelas informações, pelo incentivo e acolhimento da pesquisa; em especial, a Gilson Dourado da Silva, Sebastião Alves Araújo e Alexandre Igor de Azevedo Pereira, pela disponibilidade em colaborar para a organização do arquivo, e à Juliana Cristina da Costa Fernandes, por compreender o tempo de envolvimento que a pesquisa exigiu.

> No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62).

RESUMO

Esta pesquisa situa o processo de criação e os primeiros anos de funcionamento da Escola Agrícola de Urutaí (EAU), com recorte pautado no ano de 1953, quando a Fazenda Modelo de Criação foi transformada em instituição escolar, e no ano de 1963, momento em que ocorreu a mudança do *status* da escola para Ginásio Agrícola. A investigação buscou analisar a estrutura institucional e as práticas formativas desenvolvidas na Escola, configuradas por relações econômicas e produtivas inseridas no contexto regional e na política de desenvolvimento da agricultura e da pecuária no país e em Goiás, na segunda metade do século XX, a fim de compreender as singularidades da cultura escolar agrícola. A massa documental que subsidiou a pesquisa constou de relatórios, manuscritos, jornais, livro de registro de diplomas e matrículas, correspondências, históricos escolares e atas. O suporte teórico contou com as contribuições de Magalhães (2004), Buffa (2002), Escolano (2000), Vinão Frago (1995; 2006) e Escolano e Viñao Frago (1998). A origem e o processo de instalação da Escola Agrícola de Urutaí (EAU), no período estudado, foram considerados para compreender o seu papel para a formação de uma cultura escolar agrícola, direcionada para a agropecuária em Goiás, a qual fora entrecortada por questões organizacionais prescritivas, técnicas e metodológicas de uma instituição estruturada por normatizações comuns a outras escolas integradas a um sistema mais amplo, em que o fenômeno educativo fora projetado e desenvolvido. Como resultado, buscou-se evidenciar no caso local as singularidades da cultura escolar agrícola formatada nesta instituição, compreendida nas diferentes interfaces das prescrições e projeções internas e externas.

Palavras-chave: História das instituições educativas. Educação Rural. Cultura escolar.

THE FARM SCHOOL OF URUTAÍ (1953-1963): characteristics of culture within an agricultural school

ABSTRACT

This research examines the process of the early stages of work on the Farm School of Urutaí (FSU), with informational summaries based on when the 1953 Farm Model Creation was turned into a school institution in 1963. At this time, many conditions changed at the Farm School within the area of agriculture. The research intends to analyze the institutional construction and the training practices that were developed at the school within the second half of the twentieth century. As a means to understand the peculiarities of the agricultural school culture, the effects of economic advancements are examined within the context of agricultural development policy and livestock farming of the state of *Goiás*, as well as Brazil in general. Documents that support this study are reports, manuscripts, newspapers, register of enrollments and diplomas, transcripts, minutes and books of records of correspondences. The theoretical support included contributions by Magalhães (2004), Buffa (2002), Escolano (2000), Viñao Frago (1995: 2006) e Escolano e Viñao Frago (1998). The origin and the installation of the process on the Farm School of Urutaí (FSU) during the study period must be considered in order to understand the roles in the formation of an agricultural school culture oriented to the agriculture of *Goiás*, based on organizational, prescriptive, technical and methodological issues structured to laws common to other institutions of schools, integrated into a larger system in which the educational phenomenon was designed and developed. As a result, the intent was to highlight how the characteristics of school culture at this institution were correlated to different aspects and requirements of internal and external projections.

Keywords: History of educational institutions. Agricultural education. Schooling culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Marca do gado do Ginásio Agrícola de Urutaí---------- 30

QUADRO 1 – Aumento da produção agropecuária em Goiás (1940-1967)---------- 31

FIGURA 2 – Livro de ponto da Escola Agrícola de Urutaí em 1955---------- 37

QUADRO 2 – Escolas Agrícolas subordinadas à SEAV---------- 45

FIGURA 3 – Ensino do Brasil no Estado Novo----------55

FOTOGRAFIA 1 – Aula expositiva de Cultura Geral ministrada pelo professor Manoel Luiz Alves---------- 55

FOTOGRAFIA 2 – Aula expositiva de Cultura Técnica----------56

FIGURA 4 – Capa do histórico escolar da Escola Agrícola de Urutaí----------58

FIGURA 5 – Certificado do ex-aluno Mário de Lima---------- 60

FIGURA 6 – Registro de diploma do Curso Técnico de Arador Tratorista---------- 62

FOTOGRAFIA 3 – Aula prática do Curso Técnico de Arador Tratorista---------- 63

FOTOGRAFIA 4 – Ex-aluno trabalhando no Ginásio Agrícola de Urutaí em 1970--------64

FOTOGRAFIA 5 – Alunos em frente ao alojamento na Escola Agrícola de Urutaí-------- 68

FOTOGRAFIA 6 – Alunos da Escola Agrícola de Urutaí no refeitório em 1958---------- 69

FIGURA 7 – Histórico da 1ª série do Curso de Iniciação Agrícola do ex-aluno Pedro Martins da Costa---------- 73

QUADRO 3 – Professores da Escola Agrícola de Urutaí----------75

QUADRO 4 – Pessoal efetivo e salário mensal----------80

FOTOGRAFIA 7 – Primeira turma do Curso de Iniciação Agrícola----------81

FOTOGRAFIA 8 – Alunos do Curso de Iniciação Agrícola em aula prática com o professor e diretor Francisco Heliodoro Pereira da Rocha---------- 89

FOTOGRAFIA 9 – Alunos do Curso de Iniciação Agrícola em aula prática sobre cultivador---
---------- 89

FOTOGRAFIA 10 – Alunos do Curso de Iniciação Agrícola cuidando da horta---------- 90

FOTOGRAFIA 11 – Agrostologia---------- 92

FOTOGRAFIA 12 – Cultura da alfafa no Campo Agrostológico---------- 93
FOTOGRAFIA 13 – Plantel de reprodutores da Raça Guernsey---------- 94
FOTOGRAFIA 14 – Plantel de vacas leiteiras da Escola Agrícola de Urutaí---------- 96
FOTOGRAFIA 15 – Plantel de equinos da Escola Agrícola de Urutaí---------- 97
FOTOGRAFIA 16 – Avicultura na Escola Agrícola de Urutaí---------- 98
FOTOGRAFIA 17 – Suinocultura da Escola Agrícola de Urutaí----------99
FOTOGRAFIA 18 – Portão de entrada da Escola Agrícola de Urutaí---------- 103

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Movimentação dos alunos entre 1955 e 1957---------- 41

TABELA 2 – Custo médio dos alunos internos da Escola Agrícola de Urutaí----------66

TABELA 3 – Matrículas no Curso de Iniciação Agrícola---------- 72

TABELA 4 – Produção agrícola da Escola Agrícola de Urutaí em 1960----------88

TABELA 5 – Crescimento do rebanho da Escola Agrícola de Urutaí---------- 94

TABELA 6 – Controle da produção de leite do rebanho leiteiro da Escola Agrícola de Urutaí em 1960---------- 95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO---------- 14

2 ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ: notas introdutórias---------- 22

2.1 Antecedentes históricos: a Fazenda Modelo de Criação---------- 22

2.1.1 A importação de raças, cruzamentos e comercialização----------27

2.1.2 O desempenho de diferentes ocupações---------- 31

2.2 A expansão produtiva agrícola para outras regiões do Estado de Goiás---------- 34

3 ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ NOS ANOS DE 1950---------- 39

3.1 O município de Urutaí nos anos de 1950---------- 39

3.2 O contexto da Escola Agrícola de Urutaí---------- 41

3.3 Atos oficiais publicados no Diário Oficial da União: prescrições e adequações legais---- ---------- 52

4 A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ: organização pessoal, gestão, práticas e ritos- 71

4.1 Os professores---------- 74

4.2 A administração e gestão interna----------78

4.3 Os alunos---------- 80

4.4 A estrutura física e as condições de base da Escola Agrícola de Urutaí---------- 85

4.4.1 O Núcleo Agrícola---------- 87

4.4.2 A horticultura----------90

4.4.3 A agrostologia---------- 91

4.4.4 O Núcleo Zootécnico---------- 93

4.4.5 O Núcleo Industrial---------- 100

4.4.6 As oficinas----------101

5 CONCLUSÕES ---------- 104

REFERÊNCIAS---------- 110

1 INTRODUÇÃO

> Sabemos que um objeto de pesquisa nunca é dado; é constituído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 57).

Julgamos oportuno contextualizar o objeto desta investigação, apresentando uma breve linha de tempo, que situa a origem e os percursos institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí −, o qual, em 2013, comemorou 60 anos de existência. Embora reúna diferentes produções acadêmicas com versões sobre seu histórico, o processo de constituição institucional é marcado por distintas fases, a saber:

1 - Escola Agrícola de Urutaí – 1953-1963;

2 - Ginásio Agrícola de Urutaí – 1964-1978;

3 - Escola Agrotécnica Federal de Urutaí – 1979-2002;

4 - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica – 2002-2008;

5 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí – 2008.

Essas datas delimitam a “metamorfose” da instituição, forjada por diferentes mudanças ocorridas na política educacional e na legislação do ensino, responsável por operar alterações significativas na estrutura, na organização e no formato assumidos em diferentes épocas ao longo de 60 anos. De modo particular, esta pesquisa prioriza a origem da instituição compreendida na primeira fase (1953-1963) por considerar a relevância de focalizar o momento em que, historicamente, foram implantadas as primeiras atividades formativas e organizado o primeiro esboço de uma unidade escolar legalmente instituída.

A proposta de investigação tem interfaces e relações com nossa experiência profissional, com o lugar de onde falamos, ou seja, “o horizonte de onde se fará ouvir a minha voz de pesquisadora e a construção do olhar com que me propus a compreender a realidade investigada” (RAMOS, 2004, p. 10). O interesse despertado foi sendo construído ao longo dos últimos anos, particularmente a partir de 2008, quando fui nomeada pedagoga no Instituto Federal Goiano − Câmpus Urutaí −, após aprovação em concurso público. Ao inserir-me na referida função, tive oportunidade de conhecer internamente a instituição. As conversas informais com os colegas despertou-me a curiosidade pela sua origem, pois as “versões” quase sempre dispersas indicavam várias possibilidades, como se não houvesse uma única fonte, registro ou documento que, de fato, demarcasse o seu início. Isso era um

indicativo de uma lacuna e de que algo mais poderia ser explicitado, desvelado, conhecido. Tais suspeitas tornaram-se mais instigadoras em 2011, ao cursar a disciplina “O sistema escolar brasileiro: reformas e currículos”, na Universidade Federal de Goiás − Câmpus Catalão −, quando percebi a relevância em estudar a história das instituições escolares, um campo de pesquisa em construção e que, no Sudeste Goiano, oferece muitas possibilidades.

Ao participar do processo seletivo para o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Goiás − Câmpus Catalão −, no mesmo ano propus pesquisar a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí. Solicitei autorização para entrar no arquivo com o intuito de consultar e descobrir o que havia de documentos, registros, manuscritos e anotações diversas. O arquivo estava desorganizado, mas conservava documentos do início da Fazenda Modelo de Criação, criada em 1920; embora não evidenciassem a existência de uma educação institucionalizada, desta foi herdada toda arquitetura, os bens móveis e imóveis para implantação da escola na década de 1950. Logo percebi não ser exequível proceder a uma pesquisa com abrangência de tempo histórico e variações institucionais compreendidos em um período tão grande. Seria necessário definir um recorte mais conciso e coerente para que se realizasse no tempo e espaço de uma dissertação, ou seja, decidir o que reservar para estudos futuros. Portanto, optamos por estudar a origem da Escola Agrícola de Urutaí (EAU)[1], no recorte compreendido entre 1953 e 1963.

A instituição se estruturou em contexto complexo e multifacetado por questões econômicas, políticas e produtivas, sendo importante considerar as diferentes motivações que possibilitaram a sua existência. Nessa análise, priorizamos o processo de criação da EAU, com ênfase na problematização em torno da existência de uma cultura escolar agrícola, ou seja, voltada para a formação de mão de obra agrícola. Objetivamente, propomos, por meio da pesquisa, responder a seguinte questão: segundo os documentos oficiais, prescrições legais e fontes históricas, o que se materializou na estrutura institucional e nas práticas formativas desenvolvidas na EAU?

Nos objetivos específicos, buscamos interpretar as interfaces, estratégias e mediações que formataram a história da instituição, identificar a existência de vestígios de uma cultura escolar agrícola própria, inscrita na história de institucionalização da EAU, sistematizar e analisar as singularidades referentes às diversas interlocuções internas e externas da instituição. Com esta investigação, vislumbramos contribuir para a pesquisa em

[1] No decorrer do texto, nas referências à Escola Agrícola de Urutaí, somente utilizaremos a indicação EAU.

história da educação em Goiás por meio da disponibilidade de novos dados e fontes documentais organizadas, com potencialidade para diversas pesquisas e estudos neste campo.

Nesse sentido, buscamos compreender e "conhecer o processo histórico de uma instituição educativa e analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação" (MAGALHÃES, 2004, p. 58), modelada por uma cultura escolar agrícola, materializada na forma de organização interna e nas atividades formativas prescritas nos documentos e relatórios consultados.

Constatada a inexistência de trabalhos sobre a história da EAU, cujo foco estivesse voltado para a interpretação e releituras das articulações, representações e especificidades da cultura da escola agrícola, realçamos a importância desta pesquisa. Também foi necessária a preservação de documentos para a memória da Escola, cujo empreendimento de ações para a organização e o resguardo do acervo é eminente e, de certo modo, a pesquisa já possibilitou o despertar de algumas ações[2].

O percurso metodológico foi desencadeado por uma revisão bibliográfica, com a consulta a fontes documentais diversas, localizadas no arquivo institucional, complementada pela localização e visita a acervos particulares. O exercício de identificação das fontes teóricas dos autores e das obras direcionadas ao estudo das instituições escolares, à primeira vista, indicou a necessidade de compreender melhor o instrumento metodológico, o qual possibilitasse a investigação da história da EAU, visualizando indicativos de sua identidade, conforme o autor português Justino Magalhães traz a lume:

> Procurando sistematizar, pode afirmar-se que a construção da identidade histórica das instituições educativas é um desafio de complexificação e de integração multidimensional e multifatorial, documentado e avaliado por meio de variáveis e categorias de análise interdisciplinares – abordagem sociológica, pedagógica, econômica, organizacional, curricular, antropológica (MAGALHÃES, 2004, p.117-118).

Mediante tais escolhas, a pesquisa caracteriza-se como histórica, subsidiada por ferramenta documental e bibliográfica. Histórica por situar-se no campo científico da História da Educação; documental porque, fundamentalmente, tem o suporte de documentos oficiais e manuscritos históricos do período de recorte da pesquisa, os quais permitem verificar aspectos alusivos às prescrições e normatizações dos cursos, rotinas e práticas instituídas na escola.

A revisão bibliográfica foi relevante para fundamentar questões inerentes aos

[2] Devido à pesquisa, os gestores da instituição, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí −, perceberam a importância da preservação da documentação e estão promovendo ações para organização e preservação dos documentos.

marcos legais e ao processo de desenvolvimento socioeconômico de Goiás, assim como o levantamento das pesquisas produzidas sobre Escolas Agrícolas no Brasil no período da pesquisa (1953-1963). Com essa base e percurso, foi possível desencadear o processo de interpretação e análise com vista a evidenciar aspectos da cultura escolar agrícola instituída na origem da EAU, contribuindo para a interpretação histórica de sua existência, baseada nas fontes oficiais consultadas.

O conjunto de documentos[3] utilizados pertence ao arquivo institucional da escola pesquisada, constituído por diversas fontes, a saber: atas que registram os acontecimentos da instituição; livros de protocolos arrolando as correspondências da Fazenda Modelo de Criação; três relatórios elaborados para serem enviados à SEAV (Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário); inventários de bens móveis e imóveis; diplomas e históricos dos alunos apontando o currículo da escola; jornais mostrando a demora para o início das atividades da instituição de ensino; Livro de Recortes do Diário Oficial elaborado por um funcionário não identificado, o qual recortava do Diário Oficial da União as “notas” referentes à regulamentação do ensino agrícola e as determinações da União direcionadas às Escolas Agrícolas no Brasil na época estudada. Toda a documentação localizada foi organizada em arquivo virtual, compondo um CD de fontes que acompanha o texto na capa desta dissertação.

A respeito de documentos, Appolinário (2009, p. 67) apresenta uma definição ampliada, ao dizer que “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros.” Assim, as fotografias localizadas no relatório de 1958 foram utilizadas para ilustrar a presença de uma cultura escolar agrícola, materializada na organização e realização de atividades por professores e alunos.

As fotografias possibilitam visualizar não só a instituição e as pessoas que a frequentaram (estudantes, professores, diretores), mas também o uniforme da época e a cultura escolar voltada para o ensino agrícola, cujos animais e lavouras mantidos em suas instalações eram utilizados para as atividades práticas dos alunos nas diversas disciplinas oferecidas pela instituição.

As imagens possibilitam ao leitor enxergar a cultura agrícola instituída na EAU, fazer inferências, estabelecer conexões históricas e interpretações entre o singular e o geral (o contexto local/regional e o nacional), percebendo possíveis relações entre a formação para o

[3] Massa documental são os documentos localizados no arquivo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano − Câmpus Urutaí −, referente à Fazenda Modelo de Criação e à Escola Agrícola de Urutaí (EAU).

trabalho e a expansão produtiva preconizada pelo governo da época em estudo.

Os documentos encontrados reúnem uma riqueza de informações, sendo possível extrair e recuperar diferentes vestígios da forma de organização do ensino agrícola em Goiás, no final dos anos de 1950 e início de 1960. Para tanto, o entendimento e a interpretação dos dados foram subsidiados pela revisão bibliográfica com vistas a balizar as informações e mostrar os possíveis significados atribuídos:

> [...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

A maioria dos documentos utilizados são oficiais, sendo, portanto, prescrições, embora notamos a ausência de documentos que se perderam por desvios, incineração ou, ainda, se estragaram pela ação do tempo e pela má conservação. De posse da documentação, a pesquisa sobre a EAU pauta-se em três pontos metodológicos principais, conforme assinala Buffa (2002):

> a. A primeira diz respeito às relações entre *trabalho e educação*. Acreditamos que o trabalho sempre influi nos processos educativos dos homens e na configuração das instituições escolares. Entendemos que a relação escola/trabalho não se reduz nem à mera preparação profissional nem à imediata qualificação de mão-de-obra pois existe uma complexa integração entre o mundo do trabalho e a escola sem que cada um perca suas especificidades e autonomia.
> b. Uma segunda preocupação metodológica refere-se ao debate existente entre *visões gerais e descrições do singular:* as primeiras demasiadamente genéricas e paradigmáticas e as segundas, meramente curiosas. Nossos estudos seguem a opção metodológica que considera o particular como expressão do desenvolvimento geral.
> c. Uma história das instituições escolares não apenas factual nem apenas descritiva, mas também *interpretativa* é a terceira característica metodológica de nossos estudos (p. 26-27).

A partir desses três princípios teórico-metodológicos, estabelecemos as categorias de análise inspiradas em Escolano (2000), Viñao Frago (1995; 2006) e Escolano e Viñao Frago (1998), quais sejam: características e utilização do espaço físico, salas de aula (cultura geral e técnica), núcleos, espaços de desenvolvimento de diferentes práticas agrícolas, organização da escola (professores, administração e gestão interna), origem social dos alunos, época em que a escola foi implantada e suas especificidades econômicas e sociais, conteúdos direcionados e desenvolvidos para a formação agrícola, normas e legislações reguladoras do ensino agrícola e sua implantação na unidade escolar.

Essas categorias contribuíram para identificar a cultura escolar agrícola desenvolvida pela EAU e mostrar a sua permanência no cenário educacional.

A Escola Agrícola foi criada para atender uma necessidade da sociedade e da economia rural da época, que necessitava do ensino técnico para desenvolver a força econômica de Goiás, um estado voltado para a agropecuária. A cultura agrícola projetada e prescrita nesse tipo de instituição de ensino se manifestava nas práticas diárias desenvolvidas nas atividades pedagógicas. Como assinala Viñao Frago (2000, p. 100), "a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas". Isso significa considerar que, no interior da Escola Agrícola, se produzia um modo de pensar e de atuar comum, o qual era observado pelos sujeitos envolvidos nas práticas escolares através de "estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas", condutas, modos de pensar, materialidade física, hábitos e ritos (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

A cultura escolar agrícola, estudada nos aspectos relacionados às práticas sedimentadas, à arquitetura, ao tempo e ao espaço no qual a instituição estava inserida, direcionou o olhar para o interior da escola, sem perder de vista o exterior, e para qual sociedade a escola seria necessária, o que motivou o desenvolvimento de uma cultura escolar própria.

> Afirmar que la escuela – entendido este término em su sentido amplio – es una institución, es una obviedad. También ló es decir que existe una cultura escolar. Precisamente porque la escuela es una institución es por ló que podemos hablar de cultura escolar e viceversa. Lo que ya resulta difícil es ponerse de acuerdo sobre qué implica que la escuela sea uma institución y sobre qué sea eso de la cultura escolar o si no sería preferible hablar, em plural, de culturas escolares (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68).

A singularidade da EAU foi identificada nas aulas de cultura geral e técnica, bem como nas práticas formativas, especialmente as de cultura técnica, nos núcleos agrícolas, nas pesquisas e nos experimentos realizados na instituição, que figuraram como suporte técnico aos criadores de gado em Goiás.

Augustín Escolano (1998, p. 28) afirma que o espaço educativo imprime o desenvolvimento pedagógico de uma instituição de ensino e, "ao mesmo tempo, o espaço educativo reflete obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos técnicos". É nesta possibilidade de apreensão e compreensão das marcas de uma cultura escolar agrícola, modelada pelas prescrições e determinações legais da política para o ensino agrícola nacional, que a EAU se constituiu como uma instituição dotada de singularidades locais, posto que a sua condição originada de uma Fazenda já apresentava condições estruturais para criação da escola, o que contribuiu para a formação de uma cultura escolar agrícola na EAU. Contudo, é preciso considerar o risco iminente de perpetuar algumas

práticas híbridas, na medida em que se conserva determinado *status* e padrão de negócios e serviços próprios da antiga Fazenda.

Na cultura escolar agrícola, há possibilidades de professores e alunos vivenciarem uma pedagogia marcada pela utilização de técnicas educacionais de treinamento, de atividades práticas com aplicação na lavoura e na pecuária, dentro das normas exigidas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola para formar Operários Agrícolas Qualificados. Augustín Escolano (2000, p. 204) caracteriza a cultura escolar docente (empírica, científica e política) como a cultura que o professor desenvolve na sua atuação docente, de acordo com sua didática e normas existentes nas instituições de ensino.

> Todo este conjunto de creaciones empíricas y conductas prácticas se fue configurando como uma cultura paralela a la que postulaban las culturas científicas y organizacional de la educación, producidas em los centros de formación normalista y em los gabinetes de la administración. Aquella cultura terminó por definir una tradición acreditada y um sistema compartido de significaciones – este es uno de los componentes de toda cultura (ESCOLANO, 2000, p. 205).

Nas circunstâncias e exigências da instituição, os professores, vindos de diferentes profissões liberais, desempenharam uma didática direcionada à formação de técnicos para atuarem no setor primário da economia brasileira; foi, à época, uma atividade profissional diferenciada por ser a primeira escola agrícola federal em Goiás, cujas práticas de ensino tinham, por prerrogativa, serem distintas do saber oriundo do senso comum. “Este tipo de saber práctico puede ser incluso ratificado por la misma sociedad que lo reconoce y legitima através de las imágenes de identidad que otorga a los enseñantes”(ESCOLANO, 2000, p. 205).

A pesquisa está organizada em três capítulos, com a estrutura citada a seguir.

No primeiro capítulo, apresentaremos um esboço dos antecedentes históricos da EAU com a instalação estrutural da Fazenda Modelo de Criação, nos anos de 1920, a fim de compreender as razões e os motivos que levaram à criação de uma fazenda naqueles “moldes” em Urutaí, município localizado no Sudeste Goiano. Evidenciaremos também o desenvolvimento da pecuária através da importação e adaptação de gado com o cruzamento de raças, bem como os diferentes funcionários que trabalharam na implantação e manutenção da Fazenda. Discutiremos ainda que, com o desenvolvimento de outras regiões do Estado, ocorreu a decadência da Fazenda Modelo de Criação, fator que desencadeou sua transformação em uma Escola Agrícola.

No segundo capítulo, descreveremos a origem e fundação da EAU, fundamentada pela pesquisa bibliográfica sobre o Brasil, o Estado de Goiás e a cidade de Urutaí, nos anos de

1950. A partir dos recortes de jornais da época e do Livro de Recortes do Diário Oficial da União, exporemos a dificuldade para a implantação da Escola, qual foi o conteúdo exigido para os exames vestibulares dos Cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola e como foram feitas as permutas de funcionários transferidos para a instituição. Em seguida, caracterizaremos os cursos que a Escola ofereceu e como se deu a transformação da EAU em Ginásio Agrícola de Urutaí, fato advindo da promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº. 4024/61.

No terceiro capítulo, serão mostrados os relatórios produzidos anualmente e encaminhados à SEAV com o intuito de retratar as diferentes ações empreendidas pela EAU no decorrer do ano letivo. Estas fontes serviram para identificar, perceber e compreender a instituição, bem como as principais necessidades e demandas apresentadas a cada ano no incremento e desenvolvimento das ações educativas, a saber: currículo, proposta educativa da EAU, sujeitos (alunos, professores, funcionários administrativos e diretores) referenciados na dinâmica interna e organizacional da instituição no período, como também os diferentes setores, espaços escolares edificados e não edificados, ocupação, organização, funções e significados para a dimensão educativa do espaço escolar.

Ao apontar as conclusões e resultados da investigação, situaremos as possíveis contribuições e a experiência de pesquisa proporcionada durante o Mestrado, bem como a expectativa e o desejo de que novos investimentos investigativos possam ser desencadeados no percurso da história da instituição em suas diferentes fases.

2 ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ: notas introdutórias

> Na sua cama, o coronel acordava com os tiros e adeus sono. Garrava a pensar naquele negócio das filhas querendo mudarem-se para a cidade. Como o problema o amolava! Não. Não sairia. Definitivamente que não sairia. Morreria ali, onde era estimado de todos, onde tinha suas coisas, sua fazendas, seu gado, seus pastos, seus compadres, onde mandava e desmandava. Que fossem as filhas, que fosse a mulher. Ele nasceu ali e ali morreria; seria enterrado no pé do altar-mor, como o pai e o avô (ÉLIS, 2006, p. 35).

O lugar produtivo e econômico e o *status* político, a despeito dos deslocamentos temporários, se assentavam na propriedade rural. O poder, o nome, o respeito e a identidade do pai se expressavam no vínculo com as atividades agropecuárias. Contraditoriamente, a inexistência de uma escola, o acesso aos benefícios e a assistência do Estado sempre motivaram as famílias a se deslocarem de seus espaços de origem e nascimento. Nos casos em que o destino não fosse um colégio interno, a busca por bens culturais, especialmente vinculados à escolarização e saúde, foi recorrente na mudança de parte da família do meio rural para o urbano; por décadas, enquanto o patriarca cuidava dos negócios produtivos e das mediações políticas na propriedade, a matriarca e sua prole fixavam moradia no vilarejo ou nas cidades mais próximas, com a finalidade de assegurar o estudo dos filhos menores. Após determinado tempo, processo inverso se fazia, quando os filhos habilitados assumiam o lugar do pai na condução das atividades produtivas agrícolas, principal fonte de provimento financeiro da família. Afinal, era (e ainda é) da terra que se retira o sustento da vida urbana, e assim pensavam os proprietários e as lideranças políticas goianas.

Neste capítulo, apresentamos a Fazenda Modelo de Criação, que deu origem à EAU, sua criação, o decreto, a documentação das terras, a ata de inauguração, o desenvolvimento de gado de raças, o livro de Venda e Arrematação, que mostra o comércio de animais com os produtores da região, a expansão produtiva de Goiás para a região sudoeste e o declínio das atividades da Fazenda.

2.1 Antecedentes históricos: a Fazenda Modelo de Criação

Pelo Decreto n.º 13.197[4], de 25 de setembro de 1918, instituiu-se a Fazenda

[4] O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil atendeu à conveniência de se estabelecer uma Fazenda Modelo de Criação, no Estado de Goyaz, a fim de proporcionar aos criadores ali existentes não só o ensino prático necessário ao melhoramento do gado pelos modernos processos de zootecnia, mas ainda um centro capaz de fornecer reproductores de raça selecionados e apropriados às diversas regiões do Estado.

Modelo de Criação de Urutaí, em Urutaí. Tal ato teve correspondência com a modernização e o progresso econômico da região no contexto nacional de ampliação das fronteiras produtivas para o interior do Brasil. A pecuária foi, ao longo do século XIX, a principal atividade econômica goiana, e o Estado de Goiás possuía dificuldade de comunicação e de transporte. A estrada de ferro, cujos trilhos chegaram nos anos de 1920 e ligava o referido Estado ao Centro-Sul, possibilitou o crescimento da pecuária da região, pois, antes, o gado sofria perdas de peso e até mesmo de arribadas[5] no transporte por terra.

> A possibilidade de ligação, agora com o Centro-Sul, vai surgir com a ferrovia. Contudo, somente no início da segunda década deste século é que os primeiros quilômetros de trilho chegam a Goiás: Em 1911, foi inaugurado o primeiro trecho: Araguari - Engenheiro Behout. Nos seguintes vinte anos, a estrada foi penetrando lentamente pelo sul de Goiás: Goiandira (1913), Ipameri (1913), Vianópolis (1924), Bonfim (hoje, Silvânia, 1930), Leopoldo de Bulhões (1931), 287 quilômetros ao todo [...] As estradas de rodagem, quando havia, eram de precária situação e, no mais das vezes, cabia a particulares construí-las e explorá-las, já que o poder público não dispunha de recursos para tal (CAMPOS, 1987, p. 41).

As cidades do sudeste do Estado, em particular Pires do Rio, Ipameri e Catalão, foram beneficiadas com a chegada da estrada de ferro devido a sua localização, tendo a Estação Ferroviária do Roncador (em Pires do Rio) como principal ponto de acesso e comercialização. Isso impulsionou novos negócios e o acesso a bens de consumo a essas cidades, com a instalação de grandes firmas comerciais, comissárias e consignatárias, que compravam mercadorias em São Paulo e as revendiam no Estado de Goiás.

> A importação de tecidos em 1920, através da ferrovia, atingiu uma cifra de 275 toneladas e as importações totais de mercadoria naquele ano alcançaram quase 10 mil toneladas. Da mesma forma, grande parte das exportações goianas eram feitas diretamente para os mercados do Centro-Sul. No mesmo ano, as exportações por meio da ferrovia atingiram mais de 12 mil toneladas de produtos agropecuários e extrativos. Em 1922, o Estado exportou para São Paulo mais de seis mil toneladas de arroz, 87.501 Kg de charque, 824.901 Kg de feijão e uma infinidade de outros produtos, totalizando mais de dez mil toneladas (BORGES, 1990, p. 100).

Nos anos de 1920, conforme registro da literatura, o Sudeste Goiano se despontava economicamente em relação às outras regiões do Estado. A cidade de Urutaí, na época, era um distrito de Ipameri.

> Urutaí foi o nome que a Companhia Estrada de Ferro de Goiás deu à sua penúltima estação, nesta primeira etapa da construção da linha. Estação inaugurada em 1914, no município de Ipameri, Urutaí se desenvolveu como cidade a partir de um dinâmico centro comercial, produtor e exportador de bens agropecuários. Localizada numa zona de terras férteis, Urutaí contava com as maiores fazendas de gado do município de Ipameri e era a estação que se localizava mais próximo às grandes fazendas da região, o que ressalta o papel econômico do povoado. (BORGES, 1990, p.106).

(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 25 de setembro de 1918).

[5] Arribada é a perda de gado no transporte quando estes são tocados por peões a cavalo de um local para outro.

Borges (1990), ao tecer uma análise compreendendo diversas variáveis, indica que a posição geográfica de Ipameri e Urutaí possibilitou o desenvolvimento econômico da região. Os agricultores e pecuaristas levavam os produtos produzidos em suas propriedades (arroz, feijão e animais) e compravam os industrializados vindos da região Sudeste, tais como: sal, querosene, tecido, sapatos. As cidades e povoados da região contavam com todas as características de zona de ocupação e expansão da economia de mercado. Era intensa a circulação de dinheiro, criando oportunidades de múltiplas atividades lucrativas.

O desenvolvimento econômico do Sudeste Goiano favoreceu a implantação de uma Fazenda Modelo de Criação no município de Ipameri, na região de Urutaí. As maiores fazendas estavam instaladas neste município, e a proximidade com a estrada de ferro facilitava o acesso, isto é, havia um ambiente propício para que a Fazenda lograsse êxito. Tinha como objetivo promover o melhoramento genético do gado da região e, consequentemente, irradiar o desenvolvimento da pecuária pelo Estado de Goiás.

> Nas primeiras décadas deste século, mesmo com as constantes oscilações do preço do boi, a pecuária continuava como a atividade econômica mais importante e conheceu sensíveis progressos. Para isso concorreram a seleção de melhores raças com a importação de reprodutores por parte de grandes criadores, a melhoria das condições sanitárias do rebanho, o aumento das exportações, facilitado pelos meios de transportes e a implantação de charqueadas nas cidades servidas pela Estrada de Ferro, as quais possibilitaram a exportação de uma parte da produção bovina já industrializada, se bem que ainda pequena (BORGES, 1990, p. 90).

Em termos legais, a Fazenda Modelo de Criação possibilitava a condição para articular junto aos produtores a melhoria do rebanho goiano. Era recorrente os produtores levarem seus animais até lá para realizarem o cruzamento de raças e obter a melhoria do plantel. Fazendeiros com maior interesse e padrão financeiro operavam a aquisição de novos exemplares em leilões realizados no local.

A Fazenda Modelo de Criação de Urutaí em Goiás foi resultado de uma reinvindicação estratégica dos representantes políticos junto ao governo federal. Em 1918, quando promulgado o Decreto Lei nº 13.197 pelo Presidente da República do Brasil Wenceslau Bráz P. Gomes, Goiás era governado por João Alves de Castro. Em 1920, ainda na vigência desse mesmo governo, tendo na câmara federal o senador José Leopoldo de Bulhões Jardim[6], iniciou-se a construção da Fazenda Modelo de Criação em Urutaí. A influência

6 Esse político foi deputado em Goiás por dois mandatos, senador por três, ministro da Fazenda e diretor do Banco do Brasil e representava a agropecuária, mesmo não possuindo terras.

dessas lideranças no fortalecimento do setor produtivo agrícola em Goiás foi aludida em diferentes registros.

> Leopoldo de Bulhões exerceu marcante influência e domínio na política de Goiás. Como deputado federal e depois senador federal, soube granjear prestígio e conseguir força suficiente para manipular, através dos seus familiares – cunhados, principalmente – a vida político-administrativa do Estado. Na sua articulação inicial, o bulhonismo se apresentava vinculados aos chefes locais através de seu líder principal, Leopoldo de Bulhões. Mesmo não possuindo terras, eram eles representantes da agropecuária embora tivessem atividades advocatícias e burocráticas. [...] A representação se fortalecia pela presença do "coronel" Antônio José Caiado, antigo tropeiro e fazendeiro, membro do "Centro" e ligado aos Bulhões. Também ligados aos Bulhões estavam os Lopes de Moraes, prósperos fazendeiros e comerciantes do sul do Estado. Além de muitos "coronéis-fazendeiros" do norte e do sul que a eles se vinculavam (CAMPOS, 1987, p. 70-71).

O empenho para que a Fazenda se efetivasse na região teve fortes aliados locais: o coronel Sebastião Louzada e o Major Zacharias Borges, os quais impulsionaram o empreendimento por meio da doação das terras necessárias para o certame, conforme consta nos registros em arquivo.

> O diretor da Fazenda Modelo Doutor Militinho Pinto de Carvalho, após pronunciar algumas palavras, convidou o Exmo. Sr. Doutor Rodolpho Lus Vieira a lançar a primeira argamassa nas fundações desses edifícios, o que elle executou com as formalidades do estylo [...] O secretário da Fazenda Modelo Cylleneo de Araújo, em nome do povo goyano, congratulou-se com as autoridades presentes pelo inicio dos trabalhos pondo em evidência os esforços dos representantes do Estado no Congresso Federal secundados pelo patriotismo dos doadores dos terrenos destinados à Fazenda, Srs. Coronel Sebastião Louzada e Major Zacharias Borges e pela acção efficiente do seu Director Dr. Militinho Pinto de Carvalho. Foi erguido por fim um viva uníssono ao Estado de Goyaz. (LIVRO DE ATA, 1920, fl. 2).

O diretor José de Souza Neves, gestor da EAU nos anos de 1962 e 1963, emitiu o registro para explicar a origem das terras da instituição, através de documento próprio, formulado especialmente e destinado para fins dos devidos esclarecimentos:

> Origem das terras – para fundação da antiga fazenda, foram adquiridos o terreno de Antônio Gonçalves de Oliveira, 32 alqueires de terras, que se dividiam em 25 alqueires de campo e 7 de cultura, pelo preço de Cr$ 11.000,00, conforme escritura pública passada, sendo representado o Gôverno pelo 1º Chefe da Fazenda Sr. Militinho P. de Carvalho, no local denominado "Fda. do Palmital". Acrescidos a essa parcela inicial foram anexados os quinhões seguintes:
>
> a) – Terras de Zacarias Góes - consistindo em 12 alqueires ou 50 há de terras de campo e que deviam ser doadas ao Gôverno para acréscimo da Fda. Modelo.
> b) –Terras que pertenciam a Afonso Ferreira Marques com a área de 20 alqueires de campo, aproximadamente, na "Fazenda Palmital".
> c) –Terras que pertenciam a Francisco Saturnino da Silva, com a área de 5 alqueires de campo, aproximadamente.
> d) – Terras que pertenciam a Saturnino Antônio Francisco, com área de 15 alqueires de campo aproximadamente.
>
> As terras que figuram nos itens "a","b", "c"e "d", constituem a gleba conhecida como sendo a Sede da Escola, juntamente com a parte adquirida pelo governo.
> Além da gleba da sede, esta Repartição ocupa desde 1920 outra gleba de terras

> chamada “Pedra Branca”, distante da sede cerca de 6 Kms., constituindo uma área à parte, inteiramente separada da sede. A gleba de “Pedra Branca”, também originalmente pertencente a “Fazenda Palmital”, pertencia a Sebastião Louzada que pretendia doar 500 há. Neste local, para a construção da “Fazenda Modelo”.
> Por conveniência da então Fazenda de Urutaí, autorizado pelo Sr. Ministro da Agricultura da época, o Sr.Militinho P. de Carvalho, antes de efetivadas as ações que pretendiam fazer Zacharias Góes (item a) e Sebastião Louzada (terras de Pedra Branca), os terrenos de Afonso Marques, Saturnino Antônio Francisco e Francisco Saturnino da Silva foram permutadas por áreas equivalentes na gleba “Pedra Branca”, permuta esta efetivada em 1920, entrando imediatamente a então Fazenda de Criação de Urutaí na posse pacífica dos quinhões “b”,”c”, e”d”, e os donos passando para a “Pedra Branca”, embora não fossem preenchidas as formalidades legais para efetivadas das permutas, bem como para a realização das doações: todas essas transações foram feitas verbalmente (MANUSCRITO FEITO PELO DIRETOR JOSÉ DE SOUZA NEVES, 24 de abril de 1964).

Ao verificarmos o teor dos dois documentos, ficaram evidentes as distintas formas de efetuar os registros. Na Ata, aparece o nome de Zacharias Borges Tavares, e, no documento do diretor José de Souza Neves, o de Zacharias Góes. Analisando as fontes, tudo indica tratar-se, de fato, do Sr. Zacharias Borges, pois, em 1920, com os doadores vivos e presentes, o nome era corrigido em caso de algum erro no registro oficial, enquanto que, em 1960, decorridos aproximadamente 40 anos, a possibilidade de equívoco ao lavrar o nome do doador era maior.

Outro ato objeto de registro à época foi a solicitação feita pelo diretor José de Souza Neves para medição e demarcação das terras da instituição, conforme revela o manuscrito de 1964.

> A situação das terras, de acordo com a referida medição e demarcação sendo a seguinte:
> “A”- SEDE DA FAZENDA (ESCOLA)
> I-Terras que pertenciam a Zacharias Góes.....488.246m^2
> II-Terras que pertenciam a Afonso Ferreira Marques e Saturnino Antônio Francisco.....1.107.952m^2
> III-Terras do Governo .... 613.808m^2
> TOTAL: 2.212.000m^2
> “B”-GLEBA DA PEDRA BRANCA:
> I-Área ocupada pelo Governo..... 1.632.888m^2
> II- Áreas ocupadas por Afonso Ferreira Marques e Saturnino Antônio Francisco .... 966.412m^2
> TOTAL: 2.629.300m^2 (MANUSCRITO FEITO PELO DIRETOR JOSÉ DE SOUZA NEVES, 24 de abril de 1964).

As terras utilizadas para o empreendimento totalizaram 4.841.300m^2. O documento salienta que as doações intencionais de Sebastião Louzada e Zacharias Borges não foram registradas de forma legal, nem as permutas de Afonso Ferreira Marques e Saturnino Antônio Francisco. Porém, até os anos 1960, não houve nenhuma ação judicial e, por isso, o tabelião do município de Ipameri − Sr. Joaquim Cesário Rezende −, procurou solucionar a situação anormal com o diretor da instituição, Senhor José de Sousa Neves. Deste modo, o

diretor demarcou todas as terras, registrou em documento e o assinou.

A expectativa de desenvolvimento econômico do Estado de Goiás, por si só, não seria suficiente para que a Fazenda fosse instalada exatamente na região Sudeste, o que tornou evidente a influência política direta de representantes do setor para que o projeto fosse implantado. Tanto no contexto da política goiana quanto no plano de lideranças regionais, observamos a movimentação de interesses voltados para a expansão e o desenvolvimento do setor produtivo agrícola e a captação de recursos federais por meio da submissão de projetos por parlamentares goianos.

Ao buscarmos outras fazendas no Brasil nos moldes semelhantes ao da Fazenda Modelo de Criação de Urutaí, um dado de interesse foi encontrado em Minas Gerais, com formato e processo semelhantes. Realizamos um levantamento histórico das instituições agrícolas criadas nos anos de 1950 e 1960 (mesmo período de recorte desta pesquisa) e localizamos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais − Câmpus Bambuí −, que também foi uma fazenda mantida pelo governo federal e prestava assistência aos produtores de Minas Gerais com ações, como: empréstimo de máquinas, multiplicação de sementes e assistência técnica aos produtores.

No caso mineiro, a diversidade do aporte produtivo foi extensiva à agricultura com maior expressão, enquanto que, em Goiás, a pecuária foi o ponto de maior convergência e interesse da Fazenda Modelo de Criação de Urutaí. O que mantém correspondência com os desdobramentos posteriores é que, nos dois casos, as estruturas físicas, os equipamentos e as propriedades das fazendas foram destinados à instalação de escolas agrícolas federais.

2.1.1 A importação de raças, cruzamentos e comercialização

A Fazenda Modelo de Criação abriu possibilidade de melhorias na pecuária do Estado de Goiás. Em 1922, o Brasil importou da França um lote de gado (cinco touros e 20 fêmeas) da raça charolesa em comemoração aos 100 anos de independência, que foi apresentado na 1ª Exposição Comemorativa no Rio de Janeiro, sede do governo na época. Depois da exposição, uma parte foi para Pedro Leopoldo (MG) e Pinheiral (RJ), e outra para Urutaí (GO).

Antônio Teixeira Vianna, recém-formado em Medicina Veterinária na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, veio para a Fazenda em Urutaí para trabalhar com o cruzamento de raças de gado, objetivando melhorar o rebanho do Estado de Goiás. Permaneceu em Urutaí até 1935 quando foi transferido para São Carlos (SP)

com a única exigência de levar o gado com o qual estava desenvolvendo suas pesquisas.

> O Ministério da Agricultura importou um lote de bovinos franceses da raça charolesa, por ocasião da Exposição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro. Após exposição, os bovinos da raça charolesa foram enviados para a Fazenda de Criação e Estação Experimental do Ministério da Agricultura situada em Urutaí, Goiás, onde o Dr. Antônio Teixeira Viana era o diretor. Em 1936, todo o plantel de gado charolês foi transferido para a Fazenda de Criação de São Carlos, São Paulo, sede da Inspetoria Regional de Fomento Animal do Ministério da Agricultura, na época denominada de Fazenda Canchim, por existir na região grande quantidade de uma árvore chamada canchim, apresentando melhores condições para criação com maior área de terras mais férteis (REVISTA A HORA VETERINÁRIA, 2008, p. 46).

As ações desenvolvidas pela Fazenda Modelo de Criação de Urutaí objetivavam a melhoria das raças de animais de Goiás, a fim de abastecer o mercado dos grandes centros urbanos do Centro-Leste, em particular São Paulo e Rio de Janeiro, os quais consumiam cada vez mais carne, leite e seus derivados. A revista *A Hora Veterinária* mostrava sua relação com o setor pecuário do Estado de Goiás e do Brasil. Pela consulta à documentação de arquivo, verificamos que, além de gado, se criaram e desenvolveram outras raças de animais, como suínos, equinos e ovinos.

> Aos vinte e três (23) dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e sete (1937), nesta Fazenda Experimental de Criação de Urutahy, Estado de Goyáz, presentes os Srs. Sub-inspetor, Raul Germano de Souza, encarregado Octacílio Viana, capataz e eu Alceu Moreira de Carvalho, auxiliar de escripta, reunidos afim de proceder a venda em leilão de 33 bovinos, 7 suínos e 5 ovinos, devidamente autorizados pelo Sr. Diretor do Fomento da Produção Animal (LIVRO DE TERMO DE VENDA E ARREMATAÇÃO DA FAZENDA MODELO DE CRIAÇÃO, 1927-1947, fl. 89).

A ata de um leilão realizado no dia 26 de janeiro de 1934, confirma a diversidade de raças bovinas criadas e comercializadas.

> Teve início às quatorse (14) horas o auxiliar-técnico, Senhor João Alves Jardim. De começo foi apregoado o primeiro lote constante de dez (10) vacas hereford e uma (1) meio sangue hereford-charolesa, cujo maior lance alcançado foi de um conto de reis, oferecido pelo senhor Miguel Santinoni, que foi aceito. Em seguida foi apregoado o segundo lote, composto de sete (7) machos hereford, três (3) choroleses, um (1) Redpaled e um meio sangue hereford-charoles, no total de doze (12) cabeças arrematados também pelo Sr. Miguel Santinoni (LIVRO DE TERMO DE VENDA E ARREMATAÇÃO DA FAZENDA MODELO DE CRIAÇÃO, 1927-1947, fl. 55).

O Termo de Venda e Arrematação mostra os leilões de gado que ocorreram de 1927 até 1947. No entanto, não constam nos arquivos outros livros que comprovem esses leilões antes de 1927 e após 1947. Ao longo de 20 anos, foram realizados 64 leilões; ou seja, entre 1927, 1928 e 1929, houve em média 4,6 leilões/ano; entre 1930, 1934 e 1935, realizaram-se em média 10 leilões/ano e, de 1940 a 1947, foram realizados apenas três leilões

ao todo.

O significativo número de leilões nos anos de 1930 atendia ao setor pecuário e indica a época em que o veterinário Antonio Teixeira Viana trabalhava na instituição com o cruzamento de raças de bovinos. No Livro de Arrematação, não só é possível verificar o trabalho do veterinário com os animais da instituição, como também que, ao ser transferido para São Carlos, levou o gado com o qual trabalhava no processo de cruzamento e lá continuou a sua pesquisa, dando origem ao gado cachim por meio de cruzamentos entre o charolês e o zebu.

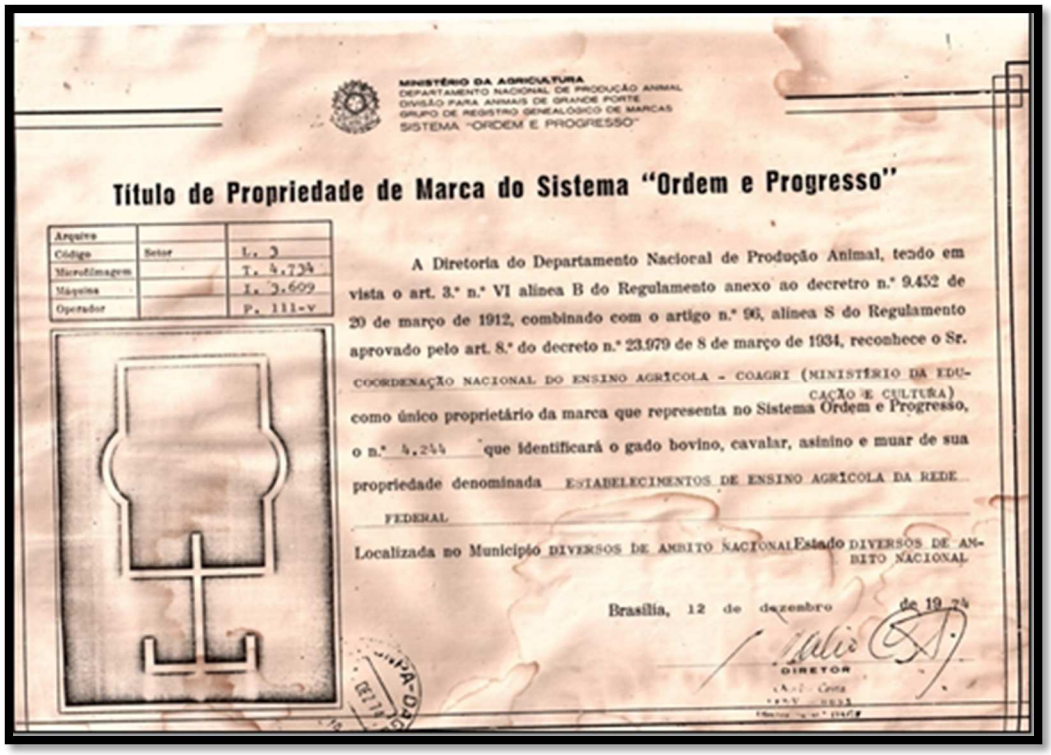
Concomitantemente, a Estrada de Ferro Goiás também foi influenciada pela crise decorrente das mudanças na estrutura econômica e na política de transporte de 1930. Vale ressaltar que a expansão da estrada de ferro no Brasil se fez atrelada ao crescimento da economia primário-exportadora e, assim, com a crise econômica mundial do final dos anos de 1920 e a queda das exportações, o sistema ferroviário ficou arruinado. A Segunda Guerra Mundial também dificultou as importações de equipamentos, combustíveis, trilhos e outros acessórios para a construção de novas extensões da estrada, como a Estrada de Ferro Goiás, coincidindo, também, com a queda de produção na região Sudeste de Goiás.

> Segundo relatório da diretoria da Estrada, com a crise da produção agrícola houve um decréscimo no movimento geral do transporte no final da década de 30. Registrou-se uma baixa de 1.176 passageiros no tráfego remunerado, no ano de 1939. Em consequência da escassez da safra, houve uma queda acentuada na renda proveniente das mercadorias. O transporte no tráfego remunerado, que em 1938 atingiu 105.326,800 toneladas com a renda de 3.071:013$900, baixou em 1939 para 72.661,100 toneladas com a renda de 2.412:83$000, havendo, assim, uma redução de 32.665,700 toneladas na importância de 658:179$00 (BORGES, 2000, p. 46).

Em contrapartida, nos anos de 1940, os leilões ficaram cada vez mais escassos. A crise enfrentada pelo país e pelo mundo naquele momento pode ser outra possibilidade de explicação para a estagnação do projeto original.

No período seguinte, a instituição iniciou um novo plantel de gado, o qual foi renovando-se e aumentando. Assim, em 1974, o gado passou a ser identificado com a marca da União (Figura 1).

Figura 1 - Marca do gado do Ginásio Agrícola de Urutaí



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL
DIVISÃO PARA ANIMAIS DE GRANDE PORTE
GRUPO DE REGISTRO GENEALÓGICO DE MARCAS
SISTEMA "ORDEM E PROGRESSO"

Título de Propriedade de Marca do Sistema "Ordem e Progresso"

Arquivo		
Código	Setor	L. 9
Microfilmagem		T. 4.734
Máquina		I. 3.609
Operador		P. 111-v

A Diretoria do Departamento Nacional de Produção Animal, tendo em vista o art. 3.º n.º VI alínea B do Regulamento anexo ao decretro n.º 9.452 de 20 de março de 1912, combinado com o artigo n.º 96, alínea S do Regulamento aprovado pelo art. 8.º do decreto n.º 23.979 de 8 de março de 1934, reconhece o Sr. COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGRÍCOLA - COAGRI (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA) como único proprietário da marca que representa no Sistema Ordem e Progresso, o n.º 4.244 que identificará o gado bovino, cavalar, asinino e muar de sua propriedade denominada ESTABELECIMENTOS DE ENSINO AGRÍCOLA DA REDE FEDERAL

Localizada no Município DIVERSOS DE AMBITO NACIONAL Estado DIVERSOS DE AMBITO NACIONAL

Brasília, 12 de dezembro de 19 74

DIRETOR

Fonte: Documento emoldurado em quadro exposto na sala de Bovinocultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí.

Outro dado que merece ser observado nesse documento é uma combinação do Decreto nº 9.452 de 20 de março de 1912 com o artigo 96, alínea S, do regulamento aprovado pelo Art. 8º do Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934. Este documento foi assinado em 1974 quando as escolas agrícolas eram regidas pela Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI).

O melhoramento genético do gado era importante para a pecuária porque, por meio do cruzamento de raças, seria possível produzir mais leite e mais carne, agregando valor comercial e aumento da produção, obtendo, por consequência, os preços estabilizados, dentre outras vantagens. Tal fator fez com que o governo investisse em ações com a finalidade de promover o crescimento da pecuária, sendo uma delas, o estabelecimento da Fazenda Modelo de Criação. As atividades nela desenvolvidas tiveram o interesse dos produtores da região no sentido de oportunizar o acesso a um rebanho adaptado às condições do estado, além das possibilidades de realização de negócios lucrativos e alimentação do comércio bovino, visto que os leilões atraíam a presença de criadores de Goiás e do Triângulo Mineiro com interesses comuns no mercado pecuário.

De acordo com Prado Júnior (1976), a expansão geográfica da ocupação e

exploração rural brasileira se reflete nos dados estatísticos apresentados pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Aumento da produção agropecuária em Goiás (1940-1967).

Indicadores	**1940**	**1950**	**1960**	**1967**
Área total dos estabelecimentos rurais (h.) e % de aumento	197.720.247 -	232.211.106 17,4%	249.862.142 7,5%	307.250.348 22,9%
Área de lavouras (h.) e % de aumento	18.885.430 -	19.095.057 1,0%	29.759.784 55,7%	37.212.692 24,9%
Área de lavouras e % da área total	9,5	8,1	11,9	12,1
Pastagens (h.) e % de aumento	88.141.733 -	107.547.262 22,0%	-	122.670.251 14,0%
Pastagens (h.) e % da área total	44,4	46,2	-	39,9
Bovinos e % do aumento: área de pastagens por cabeça (h)	44.600.000 1,9	46.891.208 4,9% 2,2	55.692.653 18,7% -	90.153.00 (x) 61,8% (x) 1,3 (x)
				(x) 1966

Fonte: PRADO JÚNIOR (1976).

Os indicadores do período de 1940 a 1967 indicam o crescente potencial agrícola e pecuário em âmbito estadual. Este cenário de evidente aumento da expansão agropecuária e, por conseguinte, de incremento da economia agrícola, indiciou a necessidade de se formar técnicos para atuar nessa área, promovendo a utilização de técnicas e o aprimoramento de manejos. A necessidade de diferentes profissionais potencializou a existência da Fazenda Modelo de Criação de Urutaí.

2.1.2. O desempenho de diferentes ocupações

A Fazenda se ocupava de diferentes atividades produtivas, dentre elas o melhoramento de raças, a comercialização e o aperfeiçoamento agropastoril. O desenho de tal incremento foi localizado e constatado em diversos registros nos Livros de Atas do período investigado. O Livro de Ata nº 1 relata o início da sua construção e das contratações de funcionários para exercer funções administrativas da fazenda. A citação abaixo relata a nomeação de três funcionários para exercer diferentes funções relativas à administração dentro da instituição.

> Ao primeiro dia de setembro de mil novecentos e vinte e um, às doze horas na directoria da Fazenda Modelo de Criação de Urutahy, presente o director da mesma Fazenda Senhor Doutor Militinho Pinto de Carvalho, compareceu o Senhor Benevides Fernandes de Carvalho, nomeado por portaria de 18 do mez próximo findo, para exercer o cargo de Auxiliar de 2ª classe de Posto de Assistência Veterinária do Serviço de Indústria Pastoril, neste Estado, e, apresentando a portaria alludida, pediu que se lhe fosse deferido o compromisso do cargo para que foi nomeado, e o Sr. Doutor Director da Fazenda Modelo, em presença do secretário da referida Fazenda, abaixo assignado, solenemente deferiu o compromisso da lei àquele funcionário, que repetiu a formula regulamentar, compromettendo-se a bem e

> fielmente desempenhar os deveres inerentes ao seu cargo (LIVRO DE ATA, 1920, nº 1, fl. 3).
>
> Aos vinte e dois de outubro de mil novecentos e vinte e um, às dez horas, na sede do Posto de Assistência Veterinária neste Estado, presente a Escrevente dactylographa D. Berylla Pinto de Carvalho, nomeada por portaria de dezenove do corrente mez, e na falta do Sr. Dr. Delegado de Indústria Pastoril, perante mim, Cyelenêo de Araújo, secretário da Fazenda Modelo de Criação de Urutahy, prestou a referida senhora o compromisso legal, para o exercício do cargo de que ora é investida; do que se lavra este termo, que vai assignado por mim e pela compromissada (LIVRO DE ATA, 1920, nº 1, verso, fl. 3).
>
> Aos vinte e um de dezembro de mil novecentos e vinte e um às quinze horas na Directoria Provisória da Fazenda Modelo de Criação de Urutahy, na perante mim Cyelenêo de Araujo, secretário da mesma Fazenda, compareceu o cidadão João Alves Jardim, nomeado por portaria de 30 de novembro passado, para exercer o cargo de guarda do material da referida Fazenda, a quem o secretário que este exerceu deferiu o compromisso de bem fielmente exercer as funcções do cargo, repetindo o compromisso a fórmula; do que se lavra este termo, que vou assignar pelo secretario e pelo Sr. João Alves Jardim (LIVRO DE ATA, 1920, nº 1, fl. 4).

Os primeiros funcionários foram nomeados para trabalhar na Fazenda em caráter temporário e direto, ou seja, sem serem efetivados via concurso, somente assinaram um termo de compromisso, assumindo a responsabilidade de exercer com eficiência o serviço que o cargo exigia. Em alguns manuscritos avulsos, consta a relação de trabalhadores que prestaram serviços à Fazenda. Em 1920, cerca de 75 funcionários exerceram, de agosto a dezembro, as funções de pedreiro, servente e carpinteiro; e, em 1921, foram 181 pessoas que prestaram serviços: trabalhadores, carpinteiros, servente, pintor, cocheiro, oleiro e fiscal.

De acordo com os registros no Livro de Ponto, constatamos que o contrato era diário, indicando ser a execução de diferentes atividades desprovida de vínculo empregatício efetivo com a instituição. Tal ocorrência pode ser confirmada em diferentes períodos: o primeiro entre 1920, 1921 e 1922; o segundo nos anos de 1932 e 1933; o terceiro, de 1935 até 1940, e, o quarto, nos anos de 1950.

A diferença entre os funcionários contratados através de portarias e os prestadores de serviço, como pedreiro, oleiro, cocheiro e trabalhador, que exigiam força física, é comprovada nos documentos, nos quais houve o reconhecimento e a distinção do trabalho intelectual em detrimento do trabalho braçal. Nos anos de 1950, os funcionários recebiam férias remuneradas, enquanto nos períodos anteriores não há nenhuma referência sobre a aplicação desse direito.

Se, por um lado, o investimento na expansão do setor produtivo agrícola e pecuário sempre esteve presente no empenho das lideranças políticas e nas práticas mantidas na Fazenda, o mesmo não acontecia em relação aos trabalhadores. Em princípio, os registros apontavam para a existência de dois universos distintos: o expressivo crescimento de negócios

fomentados pelo aprimoramento das raças e a introdução de espécies de outras regiões, todo esse incremento garantido pela presença quase imperceptível dos trabalhadores que ocupavam as diferentes funções e tarefas, constituindo a força braçal para operar os trabalhos na dinâmica da Fazenda.

Ao constatarmos a existência de contratos precários (trabalhadores rurais braçais) em contraste com o *status* dos funcionários federais (diretor, veterinário), visualizamos a coexistência de dois "mundos" profundamente distintos e excludentes, que demarcaram as contradições do sistema produtivo a operar o empreendimento, que representou a Fazenda durante as primeiras décadas do século XX.

Seguindo uma contradição típica do capitalismo, o desenvolvimento econômico não favoreceu as relações de produção, pois, no campo, continuava prevalecendo a figura do "agregado"[7], do "camarada"[8] e do "meeiro"[9], relações pré-capitalistas. Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 54), essa forma de exploração da mão de obra foi responsável pelo atraso da modernização da agricultura, pois mantinha "formas arcaicas de produção, centradas na parceria, meação, etc., quando não com práticas servis". As longas jornadas de trabalho e os salários relativamente baixos impuseram uma intensa exploração da força de trabalho. Era uma maneira de tornar os produtos regionais competitivos no mercado, reduzindo ao máximo os custos de sua produção. Outra justificativa para a exploração da mão de obra com baixa remuneração era condicionada pelo baixo nível técnico do trabalhador rural. Sobre a situação do trabalhador no estado, Borges (1990) confirma que:

> As técnicas de produção agrícola, como as relações de trabalho, não se modernizaram no ritmo da expansão da agricultura. Mesmo não havendo o emprego intensivo da tecnologia moderna no campo, a agricultura da região da estrada de ferro desde o início contou com certo desenvolvimento técnico, se comparada com outras regiões do Estado (p. 95).

Na Fazenda, a situação do trabalhador rural (carpinteiro, cocheiro, tratador, pedreiro, servente, fiscal, trabalhador do campo) não seria diferente da condição dos outros trabalhadores em fazendas da região no que diz respeito aos direitos trabalhistas, pois possuíam os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, segundo o Decreto 5.452 de 1 de maio de 1943, mas estes não eram respeitados pelos fazendeiros. Na medida em que a industrialização avançava, tornava-se evidente o descompasso entre a economia rural e

[7] Trabalhadores que recebiam seus ordenados por dia ou por mês e alguns preferiam, para fazer economia, receber o dinheiro só no final da safra, época de voltar para casa.
[8] Trabalhadores que mantinham com os fazendeiros vínculos econômicos e extraeconômicos, pois, além de estarem presos à propriedade por dívida, eram dependentes e obedientes ao senhores da terra.
[9] Trabalhador que exerce seu trabalho na terra de outrem em troca da metade do que é produzido por ele na terra.

urbana. Os problemas decorrentes de tal descompasso vieram à tona já nos primeiros anos de 1950.

Os atrativos sinalizados pelos centros urbanos, somados à falta de assistência e à desvalorização das atividades agrícolas, estimulavam os trabalhadores do campo a abandonarem a vida rural e migrarem para as cidades. Paralelamente ao desenvolvimento industrial, diferentes medidas foram adotadas pelo Estado brasileiro com a finalidade de desenvolver a agricultura, pois, para o sistema capitalista, uma agricultura não produtiva representa um entrave ao desenvolvimento econômico:

> [...] não oferecendo produção compatível com a demanda, os preços dos produtos agrícolas tenderiam a subir mais que os preços industriais, forçando uma transferência de rendimentos da indústria para o setor rural. Isto, além de não tornar viável a acumulação no pólo industrial, permitindo novos investimentos e aprofundamento da industrialização, centrava recursos em mãos dos latinfundiários que, aferrados a formas de produção arcaicas, esterilizavam este capital em aquisição de imóveis ou na suntuosidade de seu estilo de vida, não investindo na modernização da produção agrícola (GONÇALVES NETO, 1997, p. 53).

O governo federal, ao implantar a Fazenda, incentivou o desenvolvimento da agricultura e da pecuária goiana, tornando-a fator de consolidação da economia agrária no estado e na região Centro-Oeste.

2.2 A expansão produtiva agrícola para outras regiões do Estado de Goiás

Nos diferentes registros consultados, a Fazenda cumpriu o seu papel no desenvolvimento econômico do Estado de Goiás até meados dos anos de 1940. O Sudeste Goiano, favorecido pela posição geográfica e pelas vias de transportes, era a região do Estado com maior desenvolvimento, e a Fazenda contribuía para o cruzamento de raças e melhorar o plantel da região. Ao mesmo tempo, outras regiões do Estado iniciaram novos processos de ocupação, sendo inseridas e incentivadas pelas políticas nacionais de expansão produtiva, consoante o que afirma Borges (2000) na obra *Goiás nos Quadros da Economia Nacional 1930-1960.* Além dessa reorientação da expansão agropecuária para outras regiões do Estado, os produtores enfrentavam outra dificuldade: a falta de política de crédito para financiar a lavoura e a pecuária.

> Na edição de 15 e 16 de novembro de 1950, o jornal *O Popular* informava que faltava às agências do Banco do Brasil autonomia e praticamente não havia carteira agrícola organizada no Estado. Aliás, a falta de crédito não se restringia ao agricultor goiano. O Estado populista brasileiro, voltado para o setor urbano-industrial, não implementou nenhuma política de desenvolvimento agrícola no país (BORGES, 2000, p. 101).

A falta de crédito para os agricultores e a reestruturação do espaço agrário provocaram o que a historiografia regional chamou de "pecuarização da lavoura"[10]. Tal processo atingiu de forma mais intensificada a zona cortada pelos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, pois, "segundo o *Correio Oficial* de 22 de agosto de 1941, no município de Pires do Rio, por exemplo, a expansão da pecuária sobre a agricultura provocara um êxodo da população rural, forçada pela falta de terras de cultivo, açambarcadas pelos criadores de gado" (BORGES, 2000, p.103). Isso provocou o aumento da concentração de terras, favorecendo a formação de grandes propriedades, forçando os produtores a procurarem novas regiões para cultivarem suas lavouras.

> Na verdade, houve no estado uma recomposição do espaço agrário após 1940. A fronteira agrícola avança para o sudoeste e o Mato Grosso Goiano, abrindo novas frentes de expansão. Logo estas regiões assumiram a liderança no processo de produção e especialização agrícola. [...] O rápido esgotamento do solo das áreas pioneiras levou ao abandono progressivo da zona da estrada de ferro e à ocupação de novas áreas nas fronteiras oeste e central do estado. Assim, os anos de 40 e 50 marcaram o recuo na ocupação das terras do vale do Corumbá, em busca dos solos de mata dos vales do São Patrício e do Paranaíba (BORGES, 2000, p. 99).

Embora consideradas a complexidade que envolve o conjunto das relações produtivas, mesmo do ponto de vista da composição das propriedades, da falta de incentivos e permanência de relações arcaicas de trabalho no Sudeste Goiano, a lavoura e a pecuária caminharam juntas. As estradas da região e a proximidade do Triângulo Mineiro estimularam a melhoria da pecuária e a mecanização das lavouras. Como resultado, houve o aumento das terras cultivadas, a utilização intensiva do solo e melhoria das pastagens. A região Sudoeste passou a ser considerada a região mais desenvolvida do Estado, atraindo a atenção para novas oportunidades, ficando a região Sudeste em segundo plano na economia goiana.

> No município de Rio Verde, por exemplo, onde crescia a especialização da produção agrícola e iniciava-se um processo de modernização no campo, em dez anos a área cultivada se elevou de 11.200 para 31.362 ha. Em contrapartida, no município de Jataí , registrava-se um decréscimo da ordem de 30% da área agrícola. Apesar desse aumento registrado da áreas cultivadas e do início da tecnificação das lavouras de exportação em algumas regiões do sul do Estado, o crescimento agrícola, no seu conjunto, continuou muito instável e desigual ao longo do período. Na década de 40, os números assinalaram uma acentuada oscilação na área total cultivada e um relativo aumento de preço dos produtos agrícolas. Segundo o Boletim Estatístico do IBGE, de fevereiro de 1945, a agricultura ainda não pesava muito na economia estadual. Apesar do crescimento da produção de arroz, milho, algodão, café fumo e de outros produtos, a sociedade goiana ainda vivia do boi. (BORGES, 2000, p. 104).

A região Sudeste passou a ter o melhor rebanho do Estado. A proximidade com São Paulo, facilitada pela construção da ponte Mendonça Lima, no Rio Grande, em 1943,

[10] Avanço da pecuária sobre as terras que antes eram utilizadas como lavoura.

abriu uma nova rota de exportação do gado goiano sem intermediação dos comerciantes mineiros. Com essa estrutura, as boiadas podiam ser vendidas diretamente aos frigoríficos paulistas, condição que Goiás não dispunha de forma aprimorada, pois havia somente as charqueadas, mas, no mercado interno, este tipo de carne não tinha aceitação. Além disso, o transporte para o Nordeste era dificultado pela falta de estradas em Goiás.

A descontinuidade de investimento e da política agrícola nacional pode ser comprovada no processo de desarticulação das atividades desenvolvidas na e pela Fazenda de Urutaí, a partir do final de 1930. Isso porque, com a transferência do veterinário para São Carlos (SP), onde assumiu a expertise de pesquisa até então desenvolvida na unidade goiana, ao invés de gerar e potencializar a pesquisa na área, passou a receber todas as instruções produzidas e sistematizadas pela Fazenda de São Carlos, como registra os livros de correspondências.

> Relatório Sr. Antônio Teixeira Vianna, Insp. chefe Interino, sobre seus trabalhos na Fazenda em Canchim, enviado a esta F.E.C. para conhecimento dos funcionários da mesma (LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIAS nº. 1, 1934, fl. 365).
>
> Ofício do Sr. Comunicando que os animais transferidos para esta fazenda passam a pertencer ao acervo da repartição (LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIAS nº. 2, 1937, fl. 23).

Com as medidas adotadas, a Fazenda de Urutaí deixou de ter o mesmo desempenho na produção de animais e já não cumpria plenamente os objetivos de origem, isto é, o de promover o desenvolvimento da agropecuária em Goiás. Todavia, mantinha-se todo o arcabouço da estrutura física (bens móveis e imóveis, benfeitorias) de uma propriedade federal com pouca ou nenhuma utilidade prática. Por influência política, o deputado Benedito Vaz, representante de Goiás, natural de Ipameri, protocolou na Câmara o Projeto nº 1.416, em 1951, no qual solicitava a transformação da Fazenda Modelo de Criação de Urutaí em Escola Agrícola, alicerçada nas seguintes prerrogativas:

> Segundo os informes do Ministério da Agricultura, os cofres federais despendem no corrente ano Cr$ 516.058.000 com a Fazenda Modelo de Urutaí. Ora essa fazenda (cujo nome atual é Fazenda de Criação de Urutaí) praticamente nenhum benefício tem prestado à pecuária goiana. Seria muitíssimo mais interessante às economias nacional e goiana utilizar a verba, nos anos subsequentes, para manter uma Escola Agrícola, aproveitando-se as instalações da Fazenda de Criação, aliás excelentes (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 22 de novembro de 1951, p. 11.581).

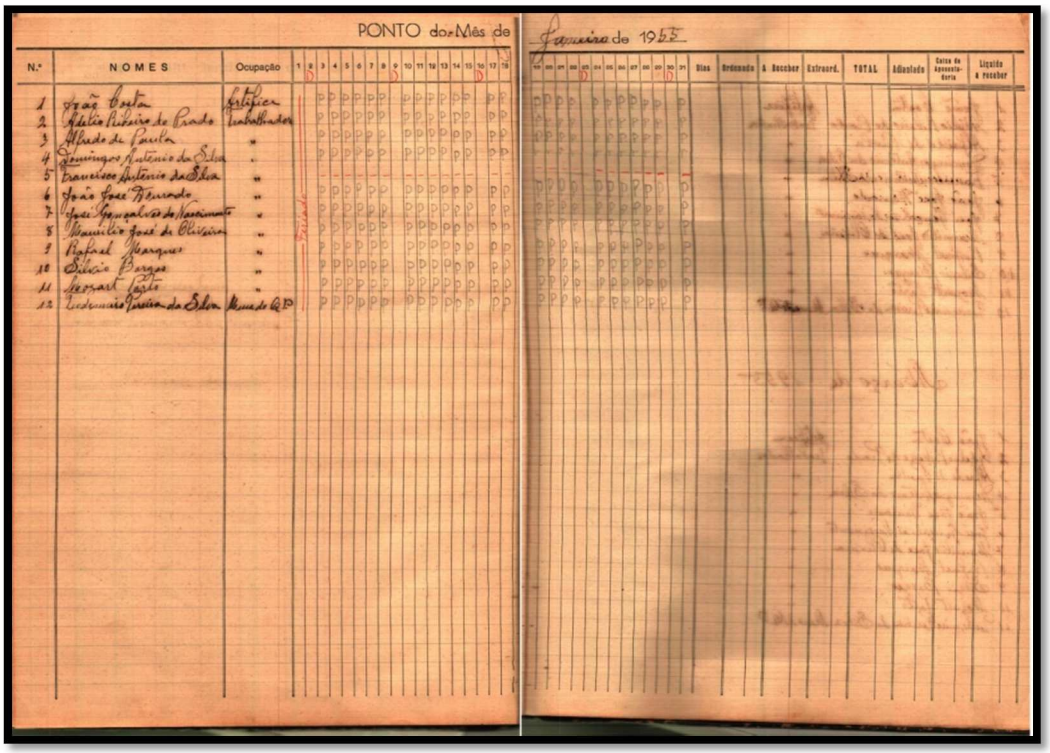
A transformação da Fazenda Modelo de Urutaí em EAU foi justificada pela possibilidade de atração de benefícios para Goiás, já que este estado não possuía nenhuma escola agrícola direcionada pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola e que fosse mantida pelo governo federal. A intenção original tinha por princípio orientar os trabalhadores agrícolas do

Brasil Central. Em discurso no Congresso Nacional, o parlamentar argumentou que:

> Sendo um estado agrícola por excelência, onde ainda se encontram uma das maiores reservas de matas do país, é claro que se impõe a criação imediata, inadiável, não de uma, mas de várias Escolas Agrícolas, que orientem cientificamente os trabalhos de milhares de brasileiros que se dedicam à lavoura nas férteis regiões do Brasil Central, muitas das quais ainda não pisadas pelo homem civilizado (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 22 de novembro de 1951, p. 11.581-11582).

Essa transformação ocorreu pela Lei nº 1.923, de 28 de julho de 1953, nos moldes das escolas agrícolas já existentes no Brasil, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Pelo enquadramento legal, a Escola Agrícola de Urutaí se compreendeu na dinâmica do processo produtivo característico da região Sudeste de Goiás. Toda a estrutura física e os recursos humanos vinculados à Fazenda desativada não foram suficientes para iniciar uma instituição de ensino, tampouco absorver todas as demandas de uma Escola Agrícola. Os funcionários remanescentes da Fazenda compunham um quadro formado somente por um artificie, dez trabalhadores e um secretário. Para o funcionamento da EAU, houve a necessidade de contratar novos funcionários, com especialidades e habilitações próprias, para implementar a estrutura de uma instituição escolar.

Figura 2 - Livro de ponto da Escola Agrícola de Urutaí em 1955.



Fonte: Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí.

Ao encerrar as atividades da Fazenda e, consequentemente, fazer a transferência de toda a estrutura para a EAU, instaurou-se − ou pelo menos se acreditou nisso− a nova dinâmica necessária para a organização e o funcionamento de uma instituição de ensino. Porém, os resquícios das atividades outrora desenvolvidas foram responsáveis pela singularização da cultura escolar agrícola instituída, notadamente marcada pelo investimento em formar profissionais para atuarem no trabalho agrícola.

A permanência de algumas atividades produtivas no interior da EAU e do Ginásio Agrícola de Urutaí, nas décadas seguintes em que a Fazenda cedeu lugar à instituição de ensino, é um aspecto revelador do “espírito da fazenda”. De certo modo, a Fazenda modelou determinadas práticas de cultivo, manejo, melhoramento e comercialização mantidos nesse espaço, coexistindo com as práticas formativas desenvolvidas em alguns núcleos de ensino. Tal suspeita se confirmou diante dos vestígios localizados, em particular, ao identificar a marca oficial do gado existente na escola. Se o plantel de animais servisse exclusivamente ao propósito de formação de mão de obra, ao abastecimento e ao consumo interno, não haveria sentido investir no registro de uma marca oficial. A estrutura da Fazenda foi incorporada integralmente à EAU, sendo os vínculos materiais e simbólicos motivadores de uma cultura escolar agrícola ao longo período estudado.

3 ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ NOS ANOS DE 1950

> A revisão do conceito de "história institucional" envolve um alargamento de uma complexificaçao da monografia historiográfica, designadamente através da centralização do processo historiográfico na relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente, associando de forma integrativa e dialéctica a descrição/caracterização dos públicos ao questionamento e à (re) construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a sua identidade histórica. É um processo que não se confina à investigação propriamente dita, mas que envolve uma intervenção fundamental na preservação, na inventariação e na informação sobre os espólios, as memórias e os fundos arquivísticos e documentais. É uma revisão teórico-conceptual e metodológico mas que envolve um regresso criterioso aos arquivos (MAGALHÃES, 2005, p. 102).

Este capítulo tem por foco a origem e o processo de fundação da EAU, com ênfase nas motivações políticas e contextuais que desencadearam a sua implantação. A organização aconteceu em dois momentos: um que referenciou as circunstâncias internas que movimentaram a estruturação da Escola, tomando por base os dados documentais e as leituras teóricas de origem, e outro a dinâmica interna da instituição nos primeiros anos de funcionamento. Ao final, apontamos algumas sínteses mediadoras consideradas como âncoras dos possíveis vestígios da cultura escolar, que possibilitaram os desdobramentos das demais fases da pesquisa. A localização da Escola Agrícola na cidade de Urutaí foi decisiva para o desenvolvimento da cultura escolar agrícola, que se instalou na instituição, tendo em vista as características do município e da região com base econômica voltada para agropecuária.

3.1 O município de Urutaí nos anos de 1950

O município de Urutaí[11] foi impulsionado pela Estrada de Ferro Goiás, sendo ponto de atração de ferroviários e lavradores da região durante as obras e, posteriormente, pelo aglomerado comercial formado em torno da estação ferroviária, elevada a entreposto de negócios com embarque e desembarque de diversos produtos.

Nos anos de 1950, a população era composta por 4.125 pessoas, segundo o recenseamento do vigente ano, sendo que 84% estavam em idade ativa, ocupando atividades associadas aos setores da agricultura, pecuária e silvicultura. A principal atividade econômica era vinculada à agropecuária, tendo na pecuária, como maior expressão, a criação de bovinos, muares e suínos, enquanto na agricultura se destacava a cultura do arroz, feijão e milho.

[11] A condição de distrito de Ipameri deu-se em 15 de junho de 1915, enquanto que o município foi criado pela Lei Estadual nº 45, de 15 de dezembro de 1947.

> Os produtos com valores superiores a 100 mil cruzeiros são o arroz, 17.400 sacos, no valor de 6 milhões e 500 mil cruzeiros; milho, 6.300 sacos, no valor de 1 milhão e 8 mil cruzeiros; mandioca, 3.200 toneladas, no valor de 640 mil cruzeiros; tomate, 60.000 quilos, no valor de 360 mil cruzeiros, batata-inglesa, 960 sacos, no valor de 288 mil cruzeiros e bergamota, 8.000 centos, no valor de 240 mil cruzeiros (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 439).

De modo particular, a pecuária contribuiu economicamente para o desenvolvimento da região desde os anos de 1920, incentivada pelas atividades desenvolvidas na e pela antiga Fazenda, que foi a responsável pela indução do cruzamento de raças e do fomento de diversos negócios.

> A pecuária é mais expressiva quanto ao seu valor, sendo criadas as seguintes espécies: bovinos, 74.814 cabeças, valendo 163 milhões e 590 mil e 800 cruzeiros; equinos, 700 cabeças, no valor de 1 milhão e 120 mil cruzeiros; muares, 600 cabeças, no valor de 1 milhão e 320 mil cruzeiros e suínos, 11.000 cabeças, no valor de 19 milhões e 800 mil cruzeiros. A criação de aves é apenas em relação ao seu desenvolvimento. Apresentou-se em 1956, com 1500 cabeças de patos, valendo 37 mil e 500 cruzeiros; 650 cabeças de perus, lendo 851 mil e 500 cruzeiros e 24.000 cabeças de galos e frangos, no valor de 600 mil cruzeiros (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 439-440).

A agropecuária representava o setor mais forte da economia de Urutaí (Distrito de Ipameri) e dos demais municípios da região, entre eles: Pires do Rio, Orizona e Catalão. Estes eram atendidos pela EAU e favorecidos pelo regime de internato oferecido pela instituição para acolher os alunos de diferentes lugares do Estado e do país.

> **Catalão** - É a lavoura atividade fundamental do município de Catalão, a par da pecuária. A produção agrícola, em 1956 foi estimada em cinquenta e cinco milhões de cruzeiros, destacando o feijão, com 55 mil sacos de 60 quilos, valendo 29 milhões de cruzeiros, e o arroz com 45 mil sacos, no valor de 18 milhões de cruzeiros. Estimou-se, para 1956, a população pecuária adiante: bovinos, 72 mil cabeças no valor de 180 milhões de cruzeiros, equinos, 6 mil e quinhentas cabeças no valor de 13 milhões de cruzeiros [...] Foram exportadas 12 mil cabeças de gado bovino e 8 mil de suínos além de outros em menor escala.
> **Ipameri** - A produção agrícola em 1956 ofereceu o seguinte resultado: algodão, 1.165 arrobas, no valor de 116 mil e 500 cruzeiros, alho, 300 arrôbas, no valor de 156 mil cruzeiros [...] a pecuária é sua principal fonte econômica. As raças gir, guzerá, indu-brasil, são as preferidas pelos criadores do município. A produção é feita tendo-se em vista a reprodução, a produção de leite e corte.
> **Orizona** - A produção agrícola é suficiente para o consumo do município. A pecuária constitui uma das grandes atividades econômicas do município; cria-se gado de raça, gado comercial, gado comum de custeio e produtor de leite. As raças preferidas pelos criadores são a gir, guzerá e indu-brasil.
> **Pires do Rio** - A produção agrícola é suficiente para o abastecimento do Município, apresentando-se com os seguintes dados, para o ano de 1956: 9.800 sacos de arroz valendo 4 milhões e 704 mil cruzeiros; 3.700 sacos de feijão, no valor de 2 milhões e 960 mil cruzeiros [...] A pecuária superior à agricultura constitui grande fonte de riqueza no município, criando-se gado de raça e comercial, sendo as raças preferidas pelos criadores: gir, nelore, zebu e indu-brasil (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 115, 220, 312, 358, 359).

Notamos que, em 1956, tanto Urutaí quanto os municípios próximos apresentavam atividades econômicas ligadas à agropecuária, com evidente destaque para a pecuária. Ao consultarmos os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, verificamos que Urutaí possuía uma população de 3.058 habitantes, mostrando que, após 57 anos, a população diminuiu, mas continua voltada às atividades agropastoris.

Urutaí possuía, em 1950, apenas 29,3% da população alfabetizada, com nove estabelecimentos de grau primário e um curso agrícola .

Na Tabela 1, é possível verificarmos a movimentação dos alunos entre 1955 e 1957, considerando-se a entrada e a saída.

Tabela 1 – Movimentação dos alunos entre 1955 e 1957.

ANOS	Matrícula inicial		Matrícula final	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1955	224	243	213	219
1956	230	281	238	243
1957	223	297	-	-

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 440.

Em Urutaí, não havia o curso ginasial completo. Na EAU, eram ofertados os primeiros dois anos do curso ginasial, sendo que o curso completo só se tornou possível após os dois primeiros anos do Curso de Iniciação Agrícola iniciar o curso de Mestre, o que ocorreu somente no ano 1963. Um detalhe observado em relação aos alunos formados em Operário Agrícola Qualificado em 1959 é que aqueles que possuíam um poder aquisitivo melhor foram para Goiânia estudar na Escola Técnica, já os outros se inseriram no mercado de trabalho local e regional enquanto aguardavam a implantação do curso de Mestria Agrícola.

3.2 O contexto da Escola Agrícola de Urutaí

A expansão das atividades produtivas, vinculadas à promessa de aumento dos negócios e do comércio (induzidas especialmente pela presença da estrada de ferro) na região, e a crise da fazenda sinalizaram para a necessidade de qualificação e treinamento de mão de obra para trabalhar no meio rural. Esse preparo era para que a produção se tornasse mais

eficiente por meio da apropriação de técnicas que favorecessem a agricultura com maior e melhor aproveitamento do Cerrado para a produção de grãos, bem como facilitasse a criação de um maior número de cabeças de gado em espaço menor e melhores pastagens.

Além do aprimoramento e treinamento para a execução de serviços de suporte nesses dois setores (fabricação de cercas e estruturas, manutenção de pastos, manipulação de ferramentas e máquinas, dentre outros), foi importante desenvolver técnicas para a correção do solo do Cerrado. Neste contexto e cenário, o ensino agrícola foi uma estratégia para preparar os trabalhadores, reforçar os diversos vínculos com as atividades rurais, evitar o êxodo rural e assegurar a manutenção da mão de obra.

Criada em 1953, a EAU se inseriu nos moldes determinantes da política do Governo Vargas que, em discurso na Bahia, ressaltou a importância da instrução profissional e da educação no país.

> [...] O aspecto mais relevante do problema fundamental do Brasil não está, porém compreendido nas considerações que venho de expender. Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progesso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.[...] A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado (VARGAS, 1938, p. 118-122).

Esse discurso realçou o objetivo de implantar uma educação no Brasil para formar mão de obra, pois, em uma época caracterizada pelo predomínio da máquina, era necessária uma educação profissional e técnica. As ações referentes a essa educação até aquele momento foram pontuais em alguns estados, porém, sem nenhuma organização que permitisse a sua expansão e que atendesse às especificidades de cada região do Brasil.

O Governo de Goiás, após 1937, em sintonia com os objetivos do governo federal, definiu como prioridade a educação do homem do campo. Sendo um estado de economia agrícola, era necessário preparar melhor esse homem e, assim, deu-se início à fundação dos clubes agrícolas de Goiás, os quais tinham por finalidade:

> a) Mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos;
> b) Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica;
> c) Dignificar o trabalho manual, bem como elevar e engrandecer a vocação e a profissão de lavrador;
> d) Incutir na consciência de seus sócios o amor à terra, o sentimento de nobreza das atividades agrícolas e a ideia do seu valor econômico e político;
> e) Registrar informações estatísticas e outras relacionadas com a produção, a indústria, o comércio e o transporte (NEPOMUCENO, 1994, p. 115).

Tal posicionamento é revelador das preocupações gerais que movimentaram a

sociedade na busca de educação e na direção de garantir que a mão de obra rural se mantivesse farta e disponível, sem a qual o preconizado desenvolvimento do setor teria sido ameaçado. Se considerarmos que a realidade goiana da época era marcada por uma população predominantemente rural, enquanto as cidades eram, em sua maioria, potencializadas por comércios e negócios afinados com os produtos pecuários e agrícolas, então, era preciso relativizar os riscos da vida urbana. Assim, em texto do ano de 1935, o assunto êxodo rural *versus* clubes agrícolas escolares figurava da seguinte forma:

> O êxodo rural no Brasil já constitui um fenômeno sensível nas regiões em que predomina o regime industrial. Representa esse fato uma verdadeira aberração, considerando que o país luta com a falta de braços e vive, apesar disso, do que produzem os campos que abastecem os mercados internos e concorrem com a quase totalidade das riquezas exportadas. Um dos meios de deter e prevenir o surto das migrações do hinterland, para os centros consumidores é tornar a escola primária um forte núcleo de atuação ruralista, objetivo alcançável pela projeção social dos educandários e pela decisiva influência que podem eles exercer na formação de gerações vinculadas à terra. As instituições periescolares e, sobretudo, os Clubes Agrícolas Escolares são os órgãos mais eficientes dessa atuação socializante em benefício da comuna sertaneja (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1941, p. 38).

Em 1936, Goiás possuía 38 clubes agrícolas, cuja criação foi parte da cruzada empreendida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres[12] a favor da ruralização do ensino. Admitido o êxodo rural como um problema de debate nacional, os clubes agrícolas tiveram por incumbência fomentar “a vocação agrícola do Brasil”, atuando no ensino primário como forma de proporcionar às crianças do campo a oportunidade de crescer familiarizadas com as práticas de organização agrícola.

Tratava-se de formar trabalhadores para o bem da nação, conforme desejava o Ministro da Educação de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema. O Ministério da Educação escolheu Goiás para sediar o VIII Congresso de Educação, que ocorreu de 18 a 26 de julho de 1942, e reuniu educadores de todos os estados brasileiros. Durante o Congresso, o governo goiano fez questão de salientar a principal atividade econômica do estado, realizando no interior deste congresso uma exposição com os principais produtos da agricultura goiana.

> Além das atividades propriamente ligadas ao setor educacional, e desenvolvidas no interior deste Congresso, o governo de Goiás realizou uma exposição dos principais produtos da agricultura goiana. Esta exposição foi realizada na Escola Técnica de Goiânia. Este fato, por si mesmo, explica em parte a estreita relação que se estabeleceu entre a atividade econômica e a política educacional implementada após 1937 (NEPOMUCENO, 1994, p. 120).

A política educacional tinha como objetivo a integração de Goiás ao Centro-Sul e

12 A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada no Rio de Janeiro por seus seguidores, visou, especificamente, desenvolver na criança o amor à terra, às plantas e aos animais, preservando-os da destruição.

visava criar no Brasil uma escola para o trabalho profissional rural, que não fosse apenas para alfabetizar a população que engrandecesse as atividades do campo e da lavoura, da pecuária e da oficina, mas que preparasse o trabalhador para o bem do capital. No discurso final do VIII Congresso Brasileiro de Educação, autoridades educacionais expressaram esse anseio.

> [...] Nós do Congresso de Educação viemos representando um anseio e uma homenagem [...] O anseio é criar... no Brasil uma escola do trabalho e de atividade, rural ou profissional que não seja apenas um aparelho de alfabetização das massas. Uma escola que desperte e forme na criança do Brasil, uma consciência cívica e trabalhista e que seja o alicerce de nossa produção;[...] capaz de satisfazer nossas necessidades e de outros povos; que faça desaparecer o ferrete da humilhação e do desprestígio impresso no trabalho rural ou artesanal desde o tempo da escravidão; que extinga os resquícios doentios de uma aristocracia falida e inoperante [...]; que nobilize e engrandeça as atividades do campo e da lavoura, da pecuária e da oficina, que enfim faça do trabalho organizado e produtivo o código oficial do Estado Novo (O POPULAR, 23 de junho de 1942, p. 3).

Essa visão mostra o interesse por escolas agrícolas no território brasileiro para a formação de mão de obra capacitada para alicerçar a produção. Esta escola era entendida como o domínio de técnicas modernas para alavancar a produção agropecuária e produzir alimentos em grandes quantidades para alimentar o Brasil e outras nações. Tal expectativa confirmou-se, nos anos de 1950, no discurso de progresso e na culminância da industrialização necessária para a consolidação do modelo econômico urbano-industrial.

> A literatura econômica aponta que, para o Brasil, a passagem do modelo agro-exportador para a economia industrial, iniciada na década de 30 e que, na década de 50 se consolida, traz o marco da elevação da indústria ao centro dinâmico da economia e do aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização, transformando essa década em um dos períodos mais representativos da investida nesse modelo econômico (IGNÁCIO, 2000, p. 63).

Na medida em que a industrialização avançava, tornava-se evidente a necessidade de melhorias na área rural. Equidistante ao desenvolvimento industrial, diferentes medidas foram adotadas pelos estados brasileiros, a fim de desenvolverem o setor agrícola e pecuário, dentre as quais a criação de órgãos governamentais para assistir aos produtores rurais. Ao lado dessas estratégias para diminuir o distanciamento entre o setor primário e o industrial, surgiram projetos de criação das escolas profissionalizantes voltadas para área agrícola. Estas atuaram diretamente no processo de recuperação do setor agrícola, instruindo o trabalhador rural e incutindo neles a importância de seu papel na sociedade.

As escolas formaram profissionais que dominaram as técnicas agrícolas necessárias a um país moderno e industrializado. Em síntese, qualquer que fossem o enfoque e o direcionamento da política oficial, a educação era ao mesmo tempo fim e meio; estratégica, âncora e resultado, de um lado, em que o governo depositava o interesse em

promover a modernização e a qualificação da mão de obra, enquanto, de outro lado, operava as bases para impulsionar o setor produtivo agrícola.

As Escolas Agrícolas tiveram a missão de modernizar e beneficiar produtos e derivados por meio de processos de industrialização. Portanto, a EAU teve a incumbência de preparar os jovens de Goiás e de outras regiões para desempenhar esse "papel" modernizador da agricultura e da pecuária.

Em meados de 1950, em torno de 12 Escolas Agrícolas profissionalizantes eram subordinadas ao Ministério da Agricultura; em contrapartida, em 1964, já existiam 24 instituições dessa natureza, como pode ser observado nos dados constantes do Quadro 2:

Quadro 2 - Escolas Agrícolas subordinadas à SEAV.

Nº	INSTITUIÇÕES
01	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – PB
02	Colégio Agrícola João Coimbra – PE
03	Colégio Agrícola Benjamim Constant – SE
04	Colégio Agrícola Floriano Peixoto – AL
05	Colégio Agrícola Sérgio de Carvalho - BA
06	Colégio Agrícola de Brasília – DF
07	Colégio Agrícola Diaulas de Abreu – MG
08	Colégio Agrícola Januária – MG
09	Colégio Agrícola Nilo Peçanha – RJ
10	Colégio Agrícola Visconde da Graça –RS
11	Ginásio Agrícola Amazonas – AM
12	Ginásio Agrícola Manoel Barata – PA
13	Ginásio Agrícola Rio Pomba – MG
14	Ginásio Agrícola Visconde de Mauá – MG
15	Ginásio Agrícola de Bambuí – MG
16	Ginásio Agrícola de Urutaí – GO
17	Ginásio Agrícola Gustavo Dutra – MT
18	Ginásio Agrícola Passo Fundo – RS
19	Ginásio Agrícola Frederico Westphalen – RS
20	Colégio de Economia Doméstica Rural de Iguatu - CE
21	Colégio de Economia Doméstica de Souza – PB
22	Colégio de Economia Doméstica de Brasília – DF
23	Colégio de Economia Doméstica de Uberaba – MG
24	Colégio de Economia Doméstica Visconde da Graça – RS

Fonte: CAPPELLE (2006).

Essas instituições de ensino, em sua maioria, eram patronatos agrícolas[13]. O Ginásio Agrícola de Bambuí é correspondente ao formato similar à EAU, porque também teve origem em uma fazenda, a Fazenda Varginha[14]. O estado de Minas Gerais, como é

[13] As finalidades atribuídas aos patronatos agrícolas conformavam o perfil institucional entre dois modelos: o escolar – voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho – e o correcional – com o intuito de regenerar através da vida no campo, com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares (OLIVEIRA, 2013, p. 349).

[14] Diferenciava da Fazenda Modelo de Urutaí ao prestar assistência técnica e suporte com insumos aos agricultores da região, produzindo sementes e emprestando máquinas agrícolas, enquanto a Fazenda Modelo de

possível notar, possuía seis escolas agrícolas federais, enquanto Goiás apenas uma, embora, pela relação de proximidade regional, o Sudeste Goiano poderia ter acesso às duas instituições agrícolas instaladas no distrito federal, porém, as demais regiões do estado permaneceriam desguarnecidas dessa modalidade de educação. Esse dado evidencia que Minas Gerais dedicava maior interesse à educação, estando inclusive à frente de Goiás, se analisado em termos comparativos.

No processo de criação da EAU, o Parecer da Comissão de Economia mencionou a questão da desvalorização da agricultura e, consequentemente, do ensino agrícola, comparado ao ensino industrial.

> É conveniente salientar-se que a preparação de profissionais para as atividades agrícolas não tem merecido a atenção necessária reclamado pelo progresso nacional. Comparado ao número sempre crescente das escolas para a formação de operariado para a indústria, verifica-se esta triste verdade (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 04 de maio de 1956, p. 2940).

Já se antecipava a preocupação e abria a possibilidade de inserir na organização curricular, componentes que contemplassem aspectos da prática e beneficiamento de produtos industrializados. No caso da EAU, esse alerta foi aproveitado e se materializou na composição de núcleos destinados ao beneficiamento de matéria prima e à transformação de derivados de origem pecuária e agrícola, tais como: leite, frutas e demais alimentos.

A dinâmica de expansão produtiva no âmbito da política nacional e a implantação da EAU mantida por recursos federais sinalizavam a escolarização do trabalho agrícola, bem como a manutenção de práticas formativas para o trabalhador rural, entrelaçadas ao processo de modernização pelo qual passava a sociedade do Sudeste Goiano. Neste sentido, entendemos o ensino agrícola em Goiás como uma das estratégias de modernização da agricultura, uma maneira de instrumentalizar os trabalhadores rurais a desempenharem melhor as funções e tarefas no campo, uma vez que ainda mantinham técnicas rudimentares de produção.

Pelo Projeto de Lei nº 1.416/51[15], criou-se a EAU e, pela Lei nº 1.923[16], de 28 de

---

Urutaí prestava assistência no desenvolvimento de animais de raças. Essas características se diferenciavam de acordo com as características de cada região onde estavam localizadas.

[15] Projeto apresentado pelo Deputado Benedito Vaz, advogado, natural de Ipameri, liderança política que, enquanto parlamentar goiano, capitaneou recursos federais para a região.

[16] Cria a Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás, e dá outras providências. O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. É criada, nos moldes das atuais, a Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás.
Parágrafo único. A escola será subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
Art. 2º. A Escola Agrícola de Urutaí terá por objetivo ministrar os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola (art. 7, 8 e 12 do Decreto-lei, nº 9.613, de 20 de agôsto de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola), e observará o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola baixado pelo Decreto nº 21.667, de 20 de agôsto de

junho de 1953, foi institucionalizada. Teve como suporte legal o Decreto-Lei nº 9.163/46, que instituiu a Lei Orgânica sobre o Ensino Agrícola, e o Decreto nº 21.667/46, que regulamentou os currículos dos cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola. Ambos constituíram as bases legais para o funcionamento da EAU.

> No período do Estado Novo e durante o início do Governo provisório, o país vivenciava o crescimento interno da indústria e precisava de mão de obra qualificada, porém, devido à economia de guerra, este enfrentava dificuldade de importar técnicos para o trabalho. Nesse contexto, acontece outra reforma da educação, conhecida como a Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma foi muito significante na história do ensino profissional; pela primeira vez, devido a demanda do desenvolvimento nacional, o governo se engajou na questão da profissionalização em nível técnico (GOMES, 2013, p. 67).

A partir da segunda metade dos anos de 1950, o desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser caracterizado pelo rápido crescimento do setor de bens de consumo duráveis, com ampla participação de capitais externos. No início dos anos 1960, os setores de ponta da indústria passaram a se basear em ramos como a produção automobilística, naval, mecânica e outros, concentrando-se na região Sudeste do país, com preponderância de investimento externo.

Nesse contexto, o país necessitava de uma agricultura e pecuária fortes e de novas fronteiras para sua expansão, visto que a região Sudeste, que antes era uma grande produtora de produtos agropecuários, estava se industrializando e precisava de outras regiões para desenvolver a agropecuária. O Sudeste Goiano é porta de entrada da região Sudeste do país na Região Centro-Oeste, sendo que a estrada de ferro possibilitou tais intercâmbios entre as duas regiões. Assim, para uma produção agropastoril forte, foi necessário formar os técnicos que atuariam no campo, e a EAU teve o objetivo de preparar os jovens para atuar na lavoura e na pecuária, assegurando as condições de base para a indústria consolidar, ou seja, era necessário que a lavoura e a pecuária expandissem.

A EAU iniciou suas atividades como instituição de ensino agrícola em 1957, no formato e na organização da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Tal dado se confirma nos registros da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros[17] quando se refere a Goiás, ressaltando que a EAU, em 1957, teve o seguinte movimento de matrícula: no Curso de Adaptação[18], 11 alunos, e, no Curso Agrícola, 33 matrículas. Segundo os relatórios anuais enviados à SEAV e conservados no antigo arquivo da instituição, em 1957, é possível verificar que, no Curso de

---

1946.

[17] Livro editado em 1958 pelo IBGE, que descreve a situação política e econômica dos municípios do Estado de Goiás, do arquivo pessoal de Laércio Porto.

[18] Curso preparatório para os exames de seleção para ingresso no nível secundário aos estudantes que haviam teminado o primário.

Adaptação, houve 18 alunos matriculados e, no de Iniciação Agrícola, foram aprovados 27 alunos, cinco foram reprovados e 13 não compareceram para a avaliação final, totalizando, naquele ano, 45 matrículas no referido curso. A política de criação de escolas profissionais foi remanescente do governo Vargas por meio das leis orgânicas, sendo a Lei Orgânica de Ensino Agrícola a última a ser criada em 1946.

> É obvio que, para instruir, é preciso crear escolas. Não as crear, porém, segundo modêlo rígido aplicável ao país inteiro. De acôrdo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convém: nos centros urbanos, populosos e industriais – o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior – rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o carater prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que os habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente do seu valor moral. (VARGAS, 1938, p. 118-122).

A EAU, ao ser organizada, implementou na sua cultura agrícola as características de Goiás, ensinando aos alunos o que poderia ser utilizado nas propriedades rurais do estado com hábitos de higiene, disciplina para o estudo e trabalho naquela época.

As dúvidas sobre o início das atividades de ensino propriamente ditas podem ser esclarecidas pela natureza dos cursos inaugurados na EAU. Em princípio, teria sido ofertado apenas o Curso de Adaptação, e não o Curso de Iniciação Agrícola. No relatório de 1957 enviado à SEAV, o secretário registrou a dificuldade em relação ao número reduzido de pessoal.

> O pessoal desta Escola é o mesmo de abril de 1955, quando teve início a sua atividade. É composto, apenas, de 11 extranumerários mensalistas e o seu diretor, único funcionário técnico. Não obstante isso, os seus trabalhos estão sendo feitos com toda normalidade. Urge, contudo, uma providência do poder público, dotando-a de um quadro de pessoal administrativo, técnico e docente o quanto antes possível (RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ, 1960, p. 23-24).

Os três relatórios enviados à SEAV e utilizados como fontes documentais (1957, 1958, 1960) remetem ao fato de as atividades terem se iniciado em 1955; contudo, não foi localizado nenhum documento que explicasse o funcionamento da escola como uma instituição de ensino, nem os cursos oferecidos nos anos 1955 e 1956. Pressupomos que, nesses dois anos, na instituição, funcionou o Curso de Adaptação[19]. Vale ressaltar que os representantes políticos do Sudeste Goiano cobraram explicações pelo atraso das atividades na EAU, em 1955, indagando o Ministério da Agricultura a respeito do funcionamento da instituição nos “moldes” para os quais foi criada, conforme excerto do Jornal *O Ipameri:*

[19] Curso preparatório para o aluno cursar o ginásio.

> Quais providências foram tomadas pelo Ministério da Agricultura para fazer funcionar a Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás, criada pela Lei n. 1.923, de 25 de julho de 1953? Deu o Ministério aplicação à verba de Cr$ 1.500.000,00, destinada a instalação daquela Escola, conforme se vê do orçamento federal para 1954, publicado pelo Diário Oficial de 21 de Dezembro de 1953, p.182? (O IPAMERI, 24 de abril de 1955, n. 542, s/p).

Em resposta, o ministro Costa Pôrto justificou fundamentando-se em três pontos: o fato de a escola ter sido criada no meio do ano de 1953; a reduzida verba destinada em 1954, que não assegurou que as adaptações necessárias fossem realizadas; e, por fim, a menção da dificuldade alusiva à mão de obra qualificada, alegando não ter encontrado pessoal técnico que aceitasse a incumbência. Além disso, esclareceu que o pessoal, para trabalhar na instituição pública, somente seria admitido segundo as normas do Departamento Administrativo do Serviço Público, mediante concurso ou prova de habilitação.

> O Ministério fica na dependência de obter pessoal técnico com que possa fazer funcionar a Escola para, então, aplicar, nas obras de adaptação dos imóveis os recursos constantes do orçamento. Do contrário, pode acontecer que se gaste o dinheiro e que a Escola não funcione por falta de professores. Só ultimamente, tendo sido encontrado um técnico que resolvesse aceitar a direção do estabelecimento, foi o mesmo designado pela portaria n. 108, de 20 de dezembro de 1954 (O IPAMERI, 24 de abril de 1955, n. 542, s/p).

Segundo informações de um ex-aluno da primeira turma do Curso de Iniciação Agrícola da EAU, após muita expectativa, o referido curso só foi iniciado em 1957, conforme registra o memorial *Urutaí, Memórias de uma Juventude* (2005).

> Felizmente nossa maior alegria aconteceu quando a Fazenda Modelo (aquela onde o Joaquim e sua família moraram um tempo) foi transformada numa escola agrícola. A abençoada Escola Agrícola de Urutaí nos oferecia os cursos de Adaptação e Iniciação Agrícola. Eu tive a honra de pertencer à primeira turma que ocupou os pátios daquela escola (BORGES, 2005, p. 62).

O ex-aluno ressaltou a oportunidade de estudar, frequentando o Curso de Iniciação Agrícola, uma novidade para a região à época. A satisfação e o deslumbre diante da inserção no ambiente da escola revelaram a importância da instituição, pois conferia aos alunos um novo espaço de formação e sociabilidade.

Em 1957, entrou em funcionamento a primeira turma de Iniciação Agrícola e, em 1959, deveria começar o Curso de Mestria Agrícola, nos moldes previstos na Lei de Criação da Instituição, a qual se encontra colada no Livro de Recortes do Diário Oficial da União. Embora estivesse prevista a oferta desses cursos nos termos da Lei Orgânica para o Ensino Agrícola, a documentação consultada revela que, no caso local, houve um formato distinto do que estabelecia a lei. O Curso de Mestria Agrícola se iniciou em 1963 quando a EAU passou

a oferecer o curso ginasial[20] completo, após a promulgação da LDB nº 4024 /61, a qual previa no artigo 44 que "o ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos". Destacou-se, no primeiro parágrafo, que "o ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo".

É válido mencionar que a Constituição de 1946, no seu art. 5º (inciso XV, alínea d, do cap. I), definiu como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Assim, ocorreu a discussão e elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada somente em 1961. Durante esse período, a legislação que direcionou a educação foi elaborada no período anterior (1942-1946). Portanto, a EAU seguiu as normas referentes a esse período da educação brasileira até 1963, ano em que passou a oferecer o curso ginasial completo, como previa a LDB nº 4024/61.

O ensino voltado para a área agrícola estava subordinado à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) do Ministério da Agricultura, isto é, não era ligado ao Ministério da Educação. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a SEAV transferiu-se para a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), conforme o consta o Art. 1º[21] .

A EAU, ao ser denominada Ginásio Agrícola, foi instruída pela LDB 4.024/61, que previa em seu Art. 49 que "os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos". Com a industrialização cada vez mais crescente no país, a política educacional passou a dar mais atenção à formação das classes populares e do ensino primário aos diversos cursos profissionalizantes. Por conseguinte, o desenvolvimento econômico necessitava de mão de obra minimamente qualificada e, por isso mesmo, o Estado determinava as políticas educacionais diferenciadas, conforme a posição ocupada pelo indivíduo no processo de produção.

Goiás, sendo um Estado ligado à agropecuária, precisava formar pessoas qualificadas para atuarem nesse campo e, assim, desenvolver a agricultura e pecuária em grande escala. Diante do processo de industrialização dos grandes centros, os estados, voltados para produção de alimentos, precisavam produzir o suficiente para atender a população das cidades. Ou seja, ao investir no campo, o governo estava desenvolvendo uma política que favorecia as indústrias e o capitalismo emergente.

---

[20] § 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais (Capítulo II LDB de 1961).

[21] Os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, nos termos do art. 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, combinado com o art. 154 do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

> A expansão do setor agrícola e, consequentemente, o fortalecimento da participação de Goiás no mercado inter-regional do trabalho, passaram a exigir no pós-30 uma política educacional que pudesse, paulatinamente, ir "secundando" o avanço e a concretização do capitalismo. O conjunto das políticas implementadas a partir desta época foi garantindo, então para Goiás, sua integração e sua permanência definitiva no mercado nacional, como consumidor de manufaturados e fornecedor de produtos agropecuários baratos, necessários à sobrevivência e permamência do Centro-Sul como área dinâmica e hegemônica do capitalismo brasileiro (NEPOMUCENO, 1994, p.142-143).

Era necessário formar a população goiana não apenas para saber ler e escrever, mas era preciso formar homens práticos por meio de uma sistemática educação de instrução e de propaganda a produzir uma mentalidade agrícola indispensável ao progresso material de que o país e Goiás aspiravam. E a EAU é resultado dessa política nacional. O início das atividades pedagógicas na instituição coincidiu com o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e de João Goulart (Jango), governo iniciado em 1956 e pautado na promessa de fazer o Brasil crescer "50 anos em 5". Foi um governo de otimismo com o apoio de diferentes setores da sociedade: a burguesia industrial e agrária e os operários, que adotaram uma política desenvolmentista baseada no capital estrangeiro.

> Com Juscelino, acentua-se a implantação da indústria pesada no Brasil, mas ganha também novas formas a entrada de capital internacional, através da implantação de filiais das multinacionais. Enquanto, no setor político, se dá continuidade ao modelo getuliano populista, no setor econômico abrem-se amplamente as portas da economia nacional ao capital estrangeiro (ROMANELLI, 1978, p. 53).

O modelo econômico adotado pelo presidente JK, baseado na defesa do grande capital, do monopólio e da internacionalização da economia, aprofundou o processo de concentração de riquezas, e o desenvolvimento econômico aumentou a possibilidade de emprego, tanto que a educação, durante seu governo, estava atrelada à concepção de atendimento ao mercado. Deste modo, houve uma maior ênfase na valorização da educação profissional, principalmente relativa ao nível do 2º ciclo, como salienta Chagas (1980, p. 59) ao abordar a educação desse momento: "na base, estava a expansão da matrícula que, por sua vez, refletia o surto de desenvolvimento alcançado pelo País nos anos 50. Valorizava-se o ensino profissional, principalmente ao nível do 2.º ciclo, enquanto se multiplicavam as escolas mantidas pelos governos estaduais e municípios".

Na EAU, ministrava-se o ensino referente ao 1º ciclo do ensino secundário, o que não era o "foco" de investimento nos anos de 1950. A instituição ainda enfrentava algumas dificuldades em relação ao número de funcionários, a falta de material e de transporte. Isso é visível nos registros do secretário em 1957, demonstrando que os governantes não investiam

adequadamente na escola, inviabilizando o melhoramento da estrutura e a abertura de novos cursos.

> O primeiro, talvez mais importante e de maior urgência, é o fator humano, pois a Escola só dispõe de 11 trabalhadores para atender tôdo o serviço de rotina. O segundo, também importante, é o fator material, pois o preparo do terreno para cultura está sendo feito por tração animal, na falta de um trator. E o terceiro, finalmente, é o fator transporte, pois tôdo esse serviço é feito por tração animal, na falta de um trator (RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DA EAU, 1957, p. 5).

O governo JK deixou o país com uma crise econômica grave: inflação alta, déficit na balança de pagamentos, acúmulo de dívida externa. Jânio Quadros, ao assumir, criou uma política anti-inflacionária, restringindo créditos, congelando salários e incentivando as exportações para os países socialistas, a fim de buscar mercado para os produtos brasileiros. Isso provocou uma forte oposição, que resultou em sua renúncia após sete meses de governo.

Já o governo Jango apresentava propostas de reforma de base, dentre as quais: reforma agrária, reforma do sistema tributário, reforma do sistema eleitoral e reforma universitária. No mesmo período, ocorreram greves de operários, crescimento de organizações sindicais, surgimento de Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, mobilizações de militares e estudantes. Na educação e na cultura, refletiu-se também a necessidade de consciência política e social. Paulo Reglus Neves Freire, educador pernambucano, ao discorrer sobre a situação do país na época, configura a realidade brasileira como uma sociedade em crescente processo de industrialização, constatando que a educação não acompanhava o processo.

> Nos anos 60, preocupado já com esses obstáculos, apelei para a conscientização não como panacéia, mas como um esforço de conhecimento crítico dos obstáculos, vale dizer, de suas razões de ser. Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização. Insisto na sua atualização (FREIRE, 1996, p. 54).

Nesse contexto educacional e político dos governos de JK, Jânio Quadros e Jango, desenharam-se e desenvolveram-se as atividades pedagógicas na EAU.

3.3 Atos oficiais publicados no Diário Oficial da União: prescrições e adequações legais

No Livro de Recortes do Diário Oficial da União, localizado no arquivo da instituição, foram organizados e conservados os atos de interesse da EAU e sobre o Ensino Agrícola do País, alusivos a sua configuração e estrutura à época. Logo na primeira folha, sem

numeração sequencial, encontra-se o recorte da Lei nº 1.923[22], de 28 de julho de 1953, publicada no Diário Oficial da União, criando a EAU.

A referida Lei previa que a instituição iniciasse suas atividades com o Curso de Iniciação Agrícola e, logo após, o de Mestria Agrícola, assim como utilizaria toda a infraestrutura da Fazenda de Criação de Urutaí para ministrá-los e se instalar como uma instituição de ensino. Em seu artigo 4º[23], explicitava em detalhes como deveriam ser realizadas as atividades da instituição.

Na segunda página, o recorte do Diário Oficial da União nº 96 com o Decreto nº 39.075, de 24 de abril de 1956, mostra a transferência de servidores da Inspetoria Regional da Divisão de Fomento da Produção Animal em Goiânia para a EAU. Os nove servidores tinham como função "trabalhador".

A Portaria nº 1.197, de 20 de agosto de 1954, do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 24 de agosto de 1954, afixada na primeira folha do Livro de Recortes do Diário Oficial, trata da transferência do servidor Teodomiro Pereira da Silva, da Divisão de Fomento da Produção Animal em Goiânia para a EAU. Ele trabalhou como secretário da escola por anos, uma vez que os documentos encontrados referentes à instituição trazem sempre a sua assinatura.

O fragmento do Diário Oficial da União, publicado em 11 de outubro de 1955, mostra que o Decreto nº 38.042 aprovou o currículo do Ensino Agrícola, no qual constavam os seguintes cursos: Iniciação Agrícola, Mestria Agrícola, Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola.

> Capítulo I
>
> **Do curso de Iniciação Agrícola**
> Art. 1.º As disciplinas de cultura geral do curso de Iniciação Agrícola são as seguintes:
> 1. Português
> 2. Matemática
> 3. Francês
> 4. Ciências Naturais
> 5. Geografia (Geral e do Brasil)
> 6. História (Geral e do Brasil)

[22] Art. 2.º A Escola Agrícola de Urutaí terá por objetivo ministrar os cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola (art. 7, 8 e 12 do Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agôsto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola), e observará o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola baixado pelo Decreto n.º 21.667, de 20 de agosto de 1946 (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL, 1955, s/p.).

[23] Art. 4º. As diversas séries dos cursos da Escola serão instalados progressivamente, começando-se pela primeira série do curso de Iniciação Agrícola. No segundo ano de funcionamento, será instalada a segunda série e, no terceiro e quarto anos, a primeira e segunda turma de Mestria Agrícola. Daí por diante, a Escola funcionará na plenitude dos seus cursos (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL, 1955, s/p.).

> Art.2.º As disciplinas de cultura técnica do curso de Iniciação Agrícola são as seguintes:
> 1. Agricultura
> 2. Criação de animais domésticos
> 3. Desenho Técnico
>
> Art. 3.º As disciplinas constitutivas do curso de Iniciação Agrícola terão a seguinte seriação:
> Primeira Série: 1) Português, 2) Francês, 3) Matemática, 4) Ciências naturais, 5) Geografia Geral e do Brasil, 6) História Geral e do Brasil, 7) Agricultura, 8) Desenho Técnico. Segunda série 1) Português, 2) Francês, 3) Matemática, 4) Ciências Naturais, 5) Geografia Geral e do Brasil, 6) História Geral e do Brasil, 7) Agricultura, 8) Desenho Técnico; 9) Criação de Animais Domésticos (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, fl. 3).

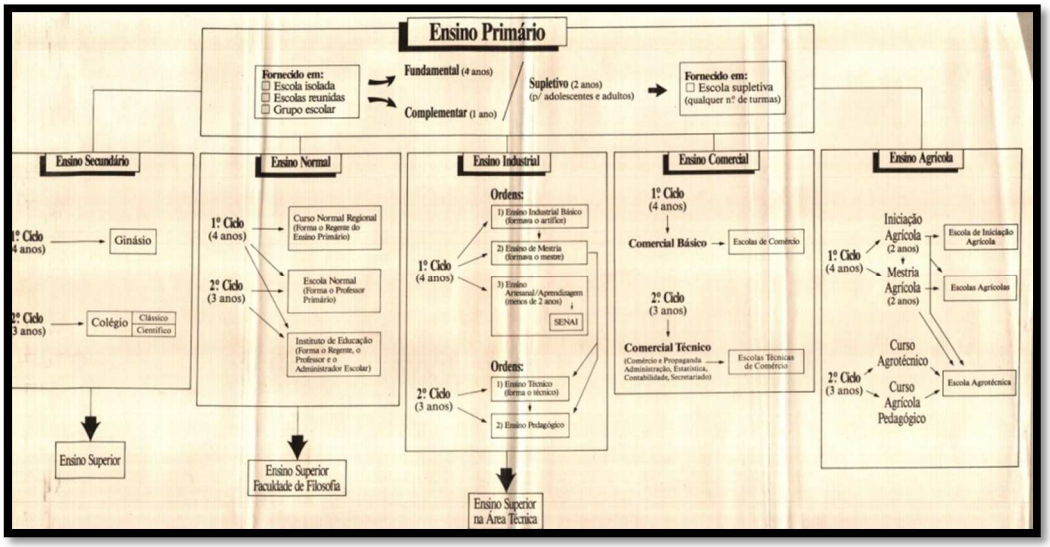
Nos diferentes componentes curriculares do Curso de Iniciação Agrícola, evidenciou-se o direcionamento das atividades formativas compostas por conhecimentos gerais e específicos, de base técnica diversificada, incluindo aperfeiçoamentos direcionados para a agroindústria, como a disciplina de Desenho Técnico. Havia certa intencionalidade de uma formação de cunho modernizante, mesclando o preparo da mão de obra com práticas industriais.

Os alunos, ao concluírem o ensino primário, tinham que prestar exames para ingressar na EAU, pois não havia articulação entre os dois níveis de ensino e, para muitos, este adquiria o caráter de terminalidade.

A educação no Brasil seguia as normas determinadas no Governo de Getúlio Vargas e organizadas segundo o modelo apresentado na Figura 3.

Os alunos que terminavam o primário e não tinham condições de se dirigirem aos grandes centros, normalmente não continuavam seus estudos. Assim, a EAU era a oportunidade de dar continuidade aos estudos, haja vista ser o Curso de Iniciação Agrícola apenas de dois anos. Contudo, os exames não só selecionavam os alunos como significavam uma maneira de excluí-los.

Figura 3 – Ensino do Brasil no Estado Novo.



Fonte: Ghiraldelli, 1994, p. 108.

As aulas de cultura geral e técnica eram realizadas em ambientes diferentes. Enquanto o propedêutico era ministrado em salas de aula com carteiras individuais, o ensino técnico dependia de espaços apropriados para cada caso, observadas as especificidades, como pode ser observado nas Fotografias 1 e 2.

Fotografia 1 – Aula expositiva de cultura geral ministrada pelo professor Manoel Luiz Alves.

Fonte: Anexo do Relatório de 1958 - Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Fotografia 2 - Aula expositiva de cultura técnica.

Fonte: Anexo do Relatório de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Merece atenção o uso de uniforme, os equipamentos utilizados, o quadro de giz e a distinta disposição das carteiras, pois, na sala de aula de cultura geral, as carteiras eram individuais (Fotografia 1), enquanto no laboratório de práticas, eram coletivas, tendo um professor e/ou instrutor na condução de ambos os procedimentos. Já a Fotografia 2 mostra uma aula do ensino técnico, na qual, apesar de prevalecer o quadro-giz, contava com a presença de alguns equipamentos agrícolas utilizados pelos professores/instrutores para ensinar os alunos a trabalharem na prática. O Curso de Iniciação Agrícola visava oferecer uma formação humana e técnica, observando características distintas.

> Muitas, ao contrário, eram as soluções comuns ao ensino secundário e aos ramos de ensino profissional. Todos estes, por exemplo, tinham dois ciclos paralelos aos daqueles. Os currículos eram estabelecidos em leis e os programas das disciplinas, com as correspondentes "instruções metodológicas", fixados nacionalmente em portarias ministeriais. Os do ensino profissional, ante a preocupação de propiciar uma "formação humana" e "evitar a especialização prematura e excessiva", continham uma base de cultura geral que repetia, em última análise, o conteúdo do secundário certamente ajustado à natureza e aos objetivos dos cursos[24]. Eram obrigatórios o Canto Orfeônico, a Educação Pré-Militar e a Educação Moral e Cívica, exigindo-se também Orientação Educacional (CHAGAS, 1980, p. 55).

[24] Como disciplina de cultura geral, variando em intensidade conforme ao ramos, estudavam-se Português, Matemática, Ciências Naturais e Geografia e História, no 1º ciclo; e Português, Francês ou Inglês, Matemática, História Natural, Física, Química, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, no 2º ciclo.

A EAU procurou adequar essa proposta aos alunos que tiveram a oportunidade de frequentar a instituição de ensino, porém, não ofereceu as disciplinas Canto Orfeônico, Educação Pré-Militar, Educação Moral e Cívica e Orientação Educacional.

Pelos dados obtidos, notamos que os discentes frequentavam a EAU após aprovação no exame vestibular, cujas normas foram determinadas pela SEAV e publicadas no Diário Oficial da União[25] em 23 de julho de 1957, indicando todas as instruções para a matrícula nos estabelecimentos de ensino agrícola oficiais[26], equiparados[27] e reconhecidos[28] no Brasil.

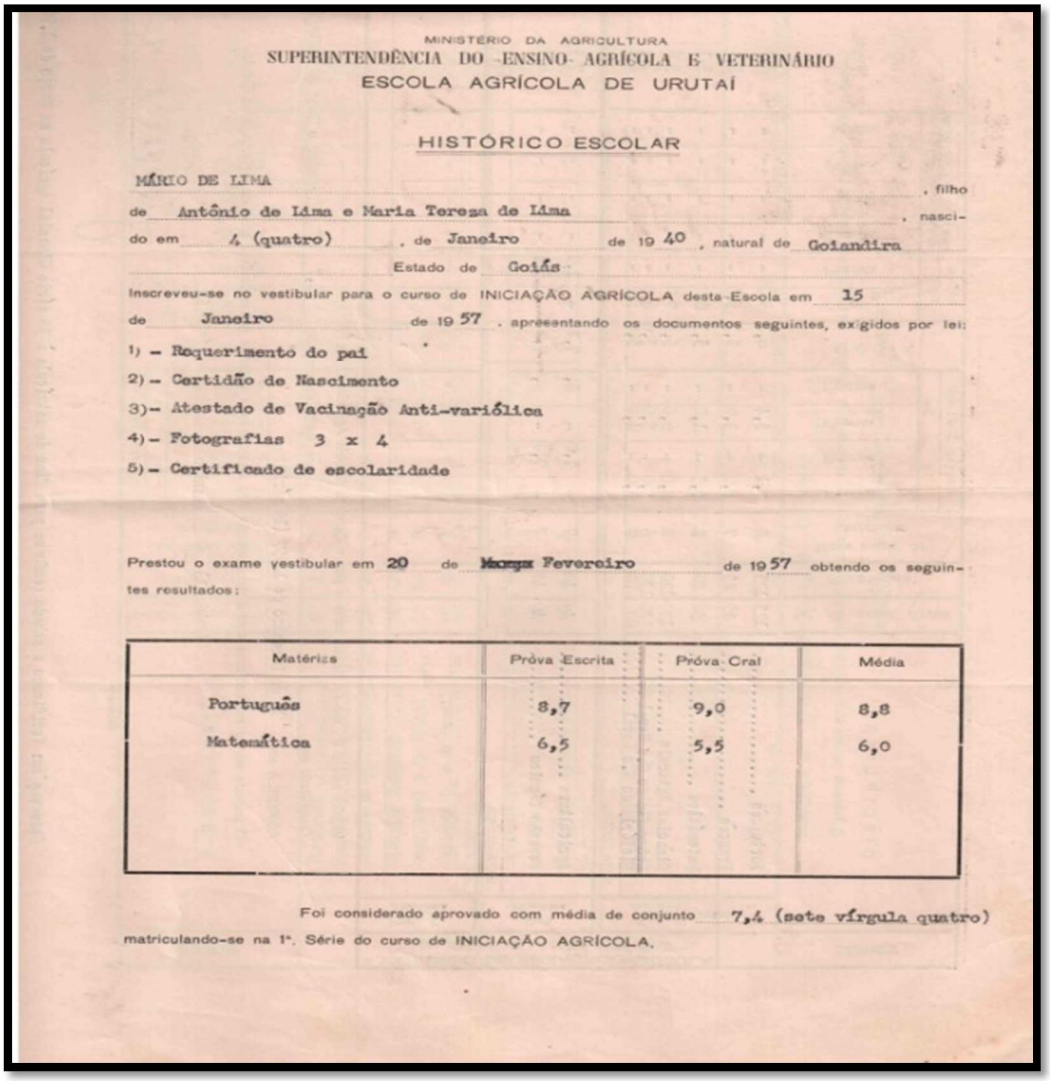
O regulamento explicava que o candidato à matrícula[29] na primeira série de cada curso de ensino agrícola prestaria o exame vestibular na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada ano, cuja inscrição ocorreria somente no período de 1º a 31 de janeiro, mediante requerimento firmado pelo pai, mãe ou tutor legalmente constituído, ou pelo próprio candidato quando maior de 18 anos.

O referido requerimento deveria: ser acompanhado de certidão de nascimento e atestado de vacinação antivariólica, fornecido por médico oficial como prova de que não sofria de doença contagiosa; possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares; apresentar três fotos 3 x 4 cm tiradas de frente e sem chapéu e certificado de escolaridade. Todos os documentos deveriam ser com firmas reconhecidas, inclusive o próprio requerimento.

---

[25] Recorte registrado na folha 23 do Livro de Recortes do Diário Oficial da União do arquivo da instituição.
[26] Estabelecimentos de ensino mantidos diretamente pela União
[27] Estabelecimentos de ensino mantidos pelos estados e pelo Distrito Federal
[28] Estabelecimentos de ensino mantidos pelo município e por particulares
[29] **Art. 25.** O candidato à matrícula inicial em qualquer dos cursos de formação deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.
Art. 26. Além das condições referidas no artigo anterior, deverá o candidato satisfazer o seguinte:
I. Para o Curso de Iniciação Agrícola:
a) ter doze anos completos;
b) ter recebido educação primária conveniente;
c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
d) ser aprovado em exame vestibular.
II. Para o Curso de Mestria Agrícola:
a) ter concluído o Curso de Iniciação Agrícola;
b) possuir capacidade física para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
c) ser aprovado em exames vestibulares.

Figura 4 – Capa do histórico escolar da Escola Agrícola de Urutaí.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO
ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ

HISTÓRICO ESCOLAR

MÁRIO DE LIMA . filho
de Antônio de Lima e Maria Tereza de Lima . nasci-
do em 4 (quatro) de Janeiro de 19 40 , natural de Goiandira
Estado de Goiás
Inscreveu-se no vestibular para o curso de INICIAÇÃO AGRÍCOLA desta Escola em 15
de Janeiro de 19 57 , apresentando os documentos seguintes, exigidos por lei:
1) – Requerimento do pai
2) – Certidão de Nascimento
3) – Atestado de Vacinação Anti-variólica
4) – Fotografias 3 x 4
5) – Certificado de escolaridade

Prestou o exame vestibular em 20 de ~~Março~~ Fevereiro de 1957 obtendo os seguintes resultados:

Matérias	Prova Escrita	Prova Oral	Média
Português	8,7	9,0	8,8
Matemática	6,5	5,5	6,0

Foi considerado aprovado com média de conjunto 7,4 (sete vírgula quatro)
matriculando-se na 1ª. Série do curso de INICIAÇÃO AGRÍCOLA.

Fonte: Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

No vestibular para o Curso de Iniciação Agrícola, os candidatos faziam provas (escrita e oral) de Português e Matemática (Figura 4), enquanto para o Curso de Mestria Agrícola, além das referidas provas, faziam provas prático-orais de Agricultura. Destacava-se que o programa dos exames vestibulares exigiam os seguintes conteúdos:

> 1- Programa de Português.
> A prova escrita de Português, na qual se apreciarão, além de outros elementos, a grafia, a pontuação e a caligrafia, constará de um ditado de trecho de autor brasileiro, contemporâneo e de 10 (dez) questões sobre a seguinte matéria:
> a) Alfabeto, vogais e consoantes, grupos vocálicos e consonantais, sílabas, vocábulos, notações léxicas e acento tônico;
> b) Reconhecimento das diferentes categorias gramaticais;
> c) Flexão nominal e verbal em casos comuns;
> d) Exercícios sobre sinônimos e antônimos;
> e) Interpretação dos pequenos trechos mediante questionário.
> Parágrafo Único – a prova oral se fará sobre a mesma matéria adotada para a prova escrita.
> 2-Programa de Matemática.
> A prova escrita de Matemática constará de 10 (dez) questões visando de maneira a mais prática possível, a noções básicas sobre a seguinte matéria:

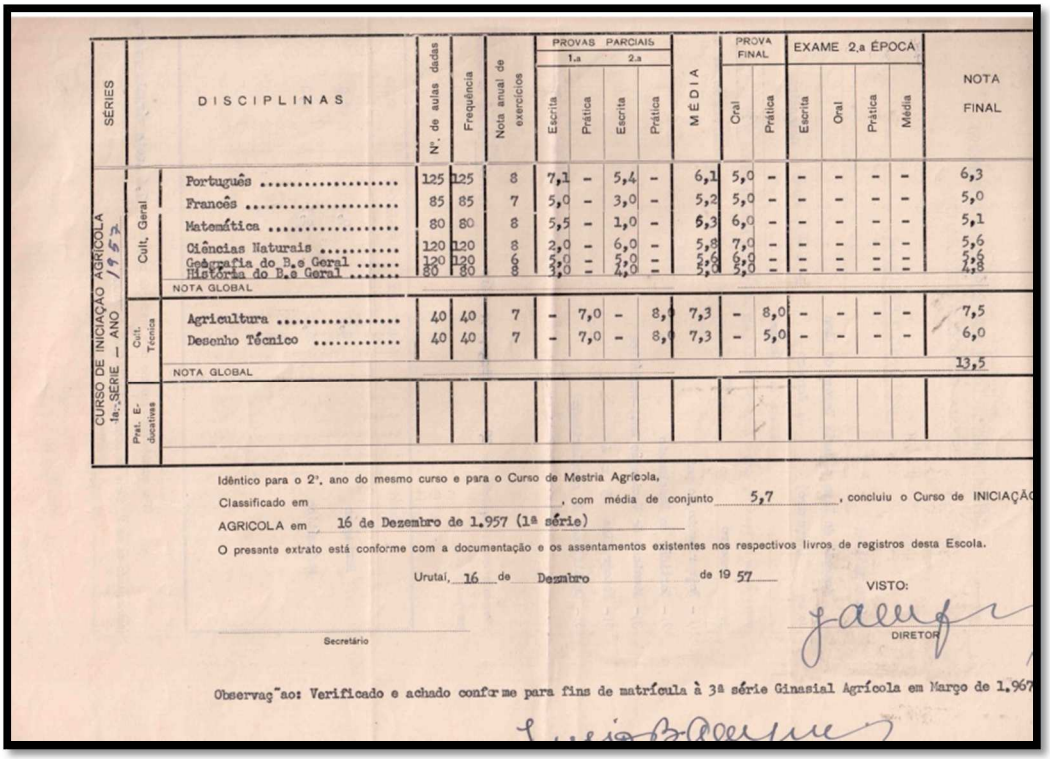
> a) Sistema de numeração decimal;
> b) Operações fundamentais;
> c) Divisibilidade;
> d) Números primos e múltiplos;
> e) Frações ordinárias e decimais;
> f) Sistema métrico decimal, metro, metro quadrado, metro cúbico, litro, quilograma, seus múltiplos e submúltiplos
> g) Sistema monetário brasileiro.
> Parágrafo Único – A prova oral se fará sobre a mesma matéria adotada para a prova escrita (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, verso da fl. 22).

O programa exigido no vestibular demonstra que o aluno precisava frequentar uma boa instituição de ensino, condição para ser aprovado nos exames, e ter bom desempenho nos cursos agrícolas.

> Os exames de admissão para o primeiro ciclo são outro aspecto criticável, dessa legislação pois revela a oficialização da seletividade. Esse pormenor, num país que praticamente não possuía mão de obra qualificada, denunciava uma contradição. Mais, no entanto, do que uma contradição, a legislação denunciava efetivamente a sobrevivência da velha mentalidade aristocrática que estava aplicando ao ensino profissional, que deveria ser o mais democrático dos ramos do ensino, os mesmos princípios adotados na educação das elites. E denunciava, enfim, a continuidade do jogo de forças antagônicas que caracterizava a liderança política responsável pela legislação do ensino (ROMANELLI, 1978, p. 156).

Os exames revelavam a seletividade como forma de acesso aos cursos. Assim, os alunos, ao terminarem o Curso de Iniciação Agrícola poderiam matricular-se na Escola Técnica em Goiânia, mas, quem não tinha condições de se dirigir para a capital goiana, ficava esperando a implantação do Curso de Mestria Agrícola. O Sr. Pedro Pereira Martins, aluno pertencente à primeira turma do Curso de Iniciação Agrícola ao concluir o curso, matriculou-se em Goiânia no curso de Selaria, onde concluiu o Ginasial. Outros ficaram na cidade de Urutaí esperando o início do curso de Mestria Agrícola, como é possível verificar no certificado do ex-aluno Mário de Lima, no qual consta que o documento foi verificado para fins de matrícula na 3ª série do curso ginasial em 1967.

Figura 5 – Certificado do ex-aluno Mário de Lima.



SÉRIES	DISCIPLINAS	Nº. de aulas dadas	Freqüência	Nota anual de exercícios	PROVAS PARCIAIS 1.a Escrita	1.a Prática	2.a Escrita	2.a Prática	MÉDIA	PROVA FINAL Oral	PROVA FINAL Prática	EXAME 2.a ÉPOCA Escrita	Oral	Prática	Média	NOTA FINAL
CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA 1a. SÉRIE — ANO 1957 — Cult. Geral	Português	125	125	8	7,1	–	5,4	–	6,1	5,0	–	–	–	–	–	6,3
	Francês	85	85	7	5,0	–	3,0	–	5,2	5,0	–	–	–	–	–	5,0
	Matemática	80	80	8	5,5	–	1,0	–	6,3	6,0	–	–	–	–	–	5,1
	Ciências Naturais	120	120	8	2,0	–	6,0	–	5,8	7,0	–	–	–	–	–	5,6
	Geografia do B.e Geral	120	120	6	5,0	–	5,0	–	5,6	6,0	–	–	–	–	–	5,6
	História do B.e Geral	80	80	8	3,0	–	4,0	–	5,0	5,0	–	–	–	–	–	4,8
	NOTA GLOBAL															
Cult. Técnica	Agricultura	40	40	7	–	7,0	–	8,0	7,3	–	8,0	–	–	–	–	7,5
	Desenho Técnico	40	40	7	–	7,0	–	8,0	7,3	–	5,0	–	–	–	–	6,0
	NOTA GLOBAL															13,5
Prat. Educativas																

Idêntico para o 2º. ano do mesmo curso e para o Curso de Mestria Agrícola,
Classificado em _____, com média de conjunto 5,7, concluiu o Curso de INICIAÇÃO
AGRICOLA em 16 de Dezembro de 1.957 (1ª série)
O presente extrato está conforme com a documentação e os assentamentos existentes nos respectivos livros de registros desta Escola.
Urutaí, 16 de Dezembro de 19 57
VISTO:
Secretário
DIRETOR
Observação: Verificado e achado conforme para fins de matrícula à 3ª série Ginasial Agrícola em Março de 1.967

Fonte: Arquivo do IF Goiano – Câmpus Urutaí

Conforme pode ser observado no documento, o aluno cursou Iniciação Agrícola em 1957 e 1958 e retornou aos estudos em 1967, quase uma década após a conclusão do primeiro curso e quatro anos após o início do curso de Mestria Agrícola em 1963. Tais evidências são indicativas do permanente interesse dos antigos alunos em prosseguirem nos estudos, buscando outras qualificações, o que foi adiado por fatores externos como condições de acesso e vínculo com o mercado de trabalho rural.

Em um estado como Goiás, essencialmente agrícola, era de se supor que, ao estabelecer as instruções da seletividade, poucos foram os candidatos que dispuseram das condições para concorrer, ser aprovado e lograr êxito nos cursos oferecidos pela EAU. Não foi encontrada nenhuma avaliação aplicada nos exames vestibulares, apenas as notas expressas em históricos escolares.

A idade era outro dado relevante, uma vez que, para os cursos de formação[30] como o de Iniciação Agrícola, que visava o público adolescente, o cantidato deveria ter no

[30] Art. 8º. O primeiro ciclo do ensino agrícola compreenderá dois cursos de formação :
1. Curso de Iniciação Agrícola;
2. Curso de Mestria Agrícola,
§ 1º O Curso de Iniciação Agrícola, com a duração de dois anos, destina-se a dar a preparação profissional necessária à execução do trabalho de operário agrícola qualificado.
§ 2º O Curso de Mestria Agrícola, com a duração de dois anos, e seqüente ao Curso de Iniciação Agrícola, tem por finalidade dar a preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de mestre agrícola.

mínimo 12 anos completos e ser menor de 17 anos para ficar em regime de internato. Já os que estivessem acima desta idade podiam fazer o curso regular em regime de externato, semi-internato ou de internato, quando se tratasse de Escola Agrícola ou Agrotécnica e dispusesse de alojamento separado para alunos dessa idade.

No Curso de Mestria Agrícola, não houve referência à idade, mas o candidato deveria apresentar certificado de concluinte do Curso de Iniciação Agrícola ou a 2ª série de um dos seguintes cursos: ginasial, comercial básico, normal regional ou de nível correspondente, ou de seminário, além de ser aprovado no exame vestibular.

Pelo Decreto nº 53.558/1964, a EAU passou a denominar-se Ginásio Agrícola, embora já assim funcionasse, de modo que o referido Decreto apenas formalizou o que tinha iniciado na instituição em 1963.

> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição e tendo em vista o que dispõe a Lei de Diretrizes de Base da Educação - Lei 4.024, de 1961, decreta:
> Art.1º- As Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e agrotécnicas da rede federal, em regime de acordo entre o Ministério da Agricultura, Estado e Municípios, passam a denominar as duas primeiras Ginásios Agrícolas e as últimas Colégios Agrícolas.
> Art. 2- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
> Brasília, 13 de fevereiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955).

No livro de registro de diplomas da EAU, o curso de Arador Tratorista foi o primeiro a ser mencionado, pois, no arquivo da instituição, não foi localizado nenhum livro com o registro de diplomas do Curso de Iniciação Agrícola. O certificado do ex-aluno Mário de Lima foi localizado solto entre outros documentos e nele foi possível constatar as disciplinas ministradas no Curso de Iniciação Agrícola oferecido pela instituição.

Arador Tratorista era um curso prático de agricultura de curta duração, que possibilitava a preparação de jovens e adultos já trabalhadores da agricultura e da pecuária para a operação de máquinas agrícolas. Era um curso de continuação[31] e foi oferecido pela EAU nos anos de 1962 e 1963, tendo como objetivo formar tratoristas, pois a agropecuária goiana necessitava de instrumentos mais modernos, mas Goiás não possuía mão de obra qualificada para trabalhar nas máquinas agrícolas.

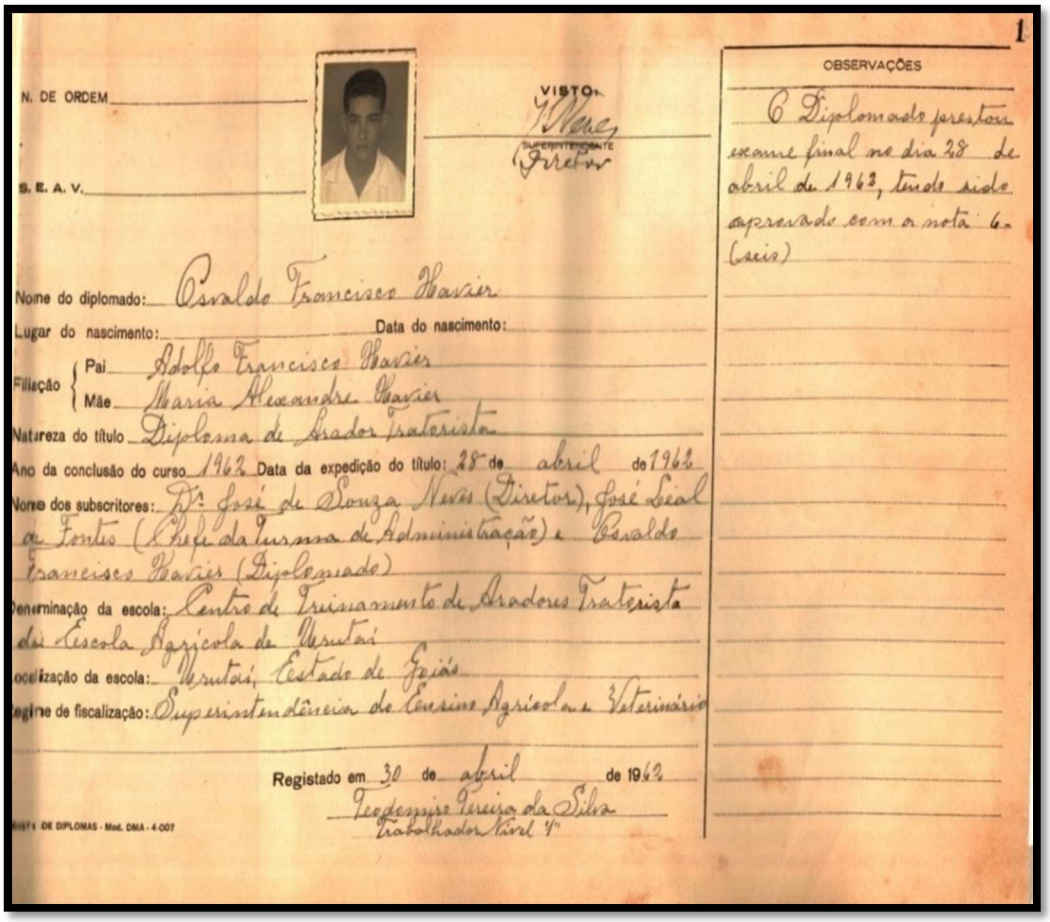
---

§ 3º O Curso de Iniciação Agrícola e o Curso de Mestria Agrícola revestir-se-ão, em cada região do País, da feição e do sentido que as condições locais do trabalho agrícola determinarem.

[31] **Art. 10.** Os cursos de continuação, que também se denominarão cursos práticos de agricultura, pertencem ao primeiro cíclo do ensino agrícola, e são destinadas a dar a jovens e adultos não diplomados nesse ensino uma sumária preparação que habilite aos mais simples e correntes trabalhos da vida agrícola.

No livro de registro de diplomas, a instituição foi denominada “Centro de Arador Tratorista da Escola Agrícola de Urutaí” (Figura 6). Este curso demonstrava que a EAU mantinha uma relação direta com a chamada vocação produtiva de Goiás, essencialmente agrícola. Segundo Borges (2000, p. 98), “o estado contava em 1950, com apenas 86 tratores. Em 1960, este número havia se elevado para 1.349”, o que significou a crescente demanda pela formação de mão de obra para trabalhar com essas máquinas na lavoura.

Figura 6 – Registro de diploma do Curso Técnico de Arador Tratorista.



1

N. DE ORDEM

S. E. A. V.

VISTO:
SUPERINTENDENTE
(Diretor)

OBSERVAÇÕES

O Diplomando prestou exame final no dia 28 de abril de 1963, tendo sido aprovado com a nota 6. (seis)

Nome do diplomado: Osvaldo Francisco Xavier
Lugar do nascimento: Data do nascimento:
Filiação { Pai Adolfo Francisco Xavier / Mãe Maria Alexandre Xavier
Natureza do título Diploma de Arador tratorista
Ano da conclusão do curso 1963 Data da expedição do título: 28 de abril de 1963
Nome dos subscritores: Dr. José de Souza Neves (Diretor), José Leal de Fontes (Chefe da Turma de Administração) e Osvaldo Francisco Xavier (Diplomado)
Denominação da escola: Centro de Treinamento de Aradores Tratorista da Escola Agrícola de Urutaí
Localização da escola: Urutaí, Estado de Goiás
Regime de fiscalização: Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário

Registado em 30 de abril de 1963
Teodemiro Teixeira da Silva
Trabalhador Rural 4º

REGISTRO DE DIPLOMAS - Mod. DMA - 4-007

Fonte: Livro de Registros de Diplomas nº 1, fl. 1 - Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Esse curso era uma formação rápida para atender as necessidades do mercado de trabalho, o qual se constituía em uma alternativa para muitos adultos que não tiveram a oportunidade de estudar e ter uma profissão. A duração do curso era de 120 dias e o período de aula era integral, admitindo alunos internos e semi-internos. No período matutino, os alunos tinham aula de Português, Matemática e Mecânica e, no período vespertino, aulas práticas com os instrutores contratados para esse fim.

À época, a instituição possuía três tratores, dois menores e um maior, da marca *Alls-chams*. Estes equipamentos eram utilizados para ministrar as aulas práticas e realizar serviços de manutenção interna. Observamos que a coexistência de atividades formativas e práticas de manutenção interna possivelmente absorvia a atenção de instrutores e alunos, devido à característica da EAU, que incluía a necessidade de abastecimento e manutenção de alojamentos, jardinagem, serviços braçais, manejo agrícola, cuidado de animais, hortaliças, pomar, cozinha, refeitório, higiene e limpeza, dentre outras tarefas.

Pelos registros consultados, não havia profissionais contratados em quantidade suficiente para o provimento de todos os serviços demandados pela instituição. Assim, tanto os instrutores quanto os alunos em processo de formação alternavam o aprendizado com afazeres internos exigidos no modelo e na funcionalidade complexa da EAU.

Fotografia 3 – Aula prática do Curso Técnico de Arador Tratorista.

Fonte: Arquivo pessoal do ex-aluno Osvaldo Francisco Xavier (1962).

A Fotografia 3 ilustra o trator concebido como capaz de substituir a mão humana nas práticas agrícolas, promovendo o aumento da produção e transformando a realidade do precário setor agrícola brasileiro. O maquinário, sob o comando do ex-aluno do curso Arador Tratorista, expressa a ideia de sua utilização para fins educativos, imprimindo ao ensino um caráter de atualização e sintonia com a fase de desenvolvimento nacional apregoado nos discursos da época.

Ao analisarmos a origem dos concluintes do curso de Arador Tratorista, foi possível notar a predominância de alunos da região, posto que, do total de 40 (25 em 1962 e 15 em 1963), 60% pertenciam a Urutaí e às cidades vizinhas (Orizona, Pires do Rio, Goiandira, Ipameri e Santa Cruz), 12,5% a Minas Gerais, 12,5% ao Nordeste (Bahia e Piauí) e 15% não informaram a naturalidade nos registros. A média de idade dos alunos era de 19 anos.

O ex-aluno Osvaldo Francisco Xavier concluiu o curso em 1962 e, em 1968, já estava trabalhando como motorista do Ginásio Agrícola de Urutaí (Fotografia 4). Este caso revelou que a expectativa de qualificação de profissionais capazes de auxiliar na manutenção da própria instituição depois de formados era um indicativo de que nem todos os serviços demandados eram realizados por profissionais contratados por meio de concursos públicos.

Fotografia 4 – Ex-aluno trabalhando no Ginásio Agrícola de Urutaí em 1970.

Fonte: Arquivo pessoal do ex-aluno e servidor aposentado Osvaldo Francisco Xavier (1970).

Verificamos, portanto, que a necessidade de pessoal para atuar em diferentes ocupações, na própria EAU, era recorrente. Na medida em que os alunos concluíam os cursos, eles já podiam trabalhar no setor, pois a instituição precisava de funcionários habilitados para manter e oferecer os cursos agrícolas. A condição de internos dos alunos que residiam nas dependências da escola permitiu-lhes a oportunidade de se destacarem na prestação de serviço, o que facilitou a conquista do emprego. Assim, nos casos em que havia interesse, eles

eram admitidos sem concurso público.

A legislação trabalhista estendida aos trabalhadores rurais significou um incentivo para que mais pessoas buscassem a formação. O Ensino Agrícola se estendeu em relação à formação de mão de obra e, no ano de 1963, a EAU matriculou alunos para o curso ginasial agrícola.

Todos os alunos da EAU nos cursos de Iniciação Agrícola e de Arador Tratorista seguiam o regime de internato e semi-internato, conforme previa o artigo 61[32] da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Desta forma, a EAU abriu Edital de concorrência pública, publicado no Diário Oficial da União, no dia 10 de agosto de 1957, para execução das obras de construção de um alojamento para 60 alunos.

> O edital de concorrência pública n.º 19-57, conforme processo n.º S.C. 6.015-57 e de acordo com os dispositivos do código de Contabilidade Pública, faço público, para conhecimento dos interessados que às quinze horas do dia 27 de agosto de 1957, na sede desta Divisão de Obras, 4º andar do edifício sede do Ministério da Agricultura, à praça Marechal Ancora, onde se reunirá a Comissão de Concorrência desta Divisão, integrada pelos chefes das Seções Técnicas, Administrativa e Financeira sob a presidência do primeiro, serão recebidas propostas para a execução dos serviços especificados no grupo abaixo:
> Execução das obras de construção de um alojamento para 60 alunos na Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, fl. 24).

Em relação ao internato na EAU, o relato do ex-aluno Adilson dos Santos Borges, em seu livro de memória *Urutaí*: memórias de uma juventude (2005), mostra que o alojamento dos internos era improvisado, podendo ser explicado pela escassez de verbas específicas para tal finalidade.

> Estudávamos em regime de semi-internato. Começávamos às sete horas da manhã com o café da manhã depois íamos para as tarefas de trabalho... quando chegava às dez horas, assim que o apito da sirene tocava, todos paravam o trabalho e praticavam algum esporte por quarenta minutos. Daí vinha a hora de tomar banho e se encaminhar para o refeitório. A comida era de muito boa qualidade com direito a sobremesa e tudo. Ao meio dia em sala, recebíamos duas aulas, uma de cada matéria. Às quatorze horas fazíamos um pequeno intervalo e nos dirigíamos ao refeitório para o devido lanche. Meia hora depois, recomeçávamos em sala de aula até as dezesseis horas e trinta minutos, quando, ao som da sirene novamente, toda turma era dispensada...todos nós rumávamos para nossas casas, com exceção dos jovens que vinham de outras cidades e tinham seus aposentos improvisados na própria escola (BORGES, 2005, p. 64-65).

[32]**Art. 61.** Serão observadas, quanto à administração escolar, nos estabelecimentos de ensino agrícola, as seguintes prescrições:

2. Funcionarão os estabelecimentos de ensino agrícola com o regime de internato, e bem assim, para os alunos residentes nas proximidades, com o regime de semi-internato e de externato.

A organização das atividades pedagógicas direcionadas ao ensino agrícola exigia, além do tempo regular para os horários das aulas, a organização do tempo dos alunos para o atendimento dos serviços da escola referente à manutenção dos núcleos agrícolas. Sobre o tempo escolar, Viñao Frago (1995) expõe que:

> Uma de las modalidades temporales es el tiempo escolar, um tiempo también diverso y plural, individual e institucional, condicionante de y condicionado por otros tiempos sociales; un tiempo aprendido que conforma el aprendizaje del tiempo; una construcción, em suma, cultural y pedagógica; un "hecho cultural". El tiempo escolar – como el espacio y el discurso escolares – no es, por tanto, "un simple esquema formal o una estructura neutra" en la que se "vacia" la educación, sino uma secuencia, curso o sucesión continuada de momento en los que se distribuyen los procesos y acciones educativas, el quehacer escolar; un tiempo que refleja unos determinados supuestos psicopedagógicos, valores y formas de gestión, um tiempo a interiorizar y aprender (p. 72).

O tempo de permanência na EAU era ocupado em torno de uma estrutura educativa composta por diferentes atividades e horários. Os alunos, ao cumprirem as tarefas exigidas nas salas de aulas (cultura geral e cultura técnica) e nos núcleos agrícolas − espaços onde, além do aprendizado, também trabalhavam, executando tarefas de manutenção −, eram disciplinados para o aprendizado e o cumprimento de tarefas nos moldes do trabalho, na lavoura e na pecuária, cujos horários eram marcados conforme a dinâmica do cultivo e do manejo. Ao observar a similaridade com as rotinas do trabalho, os alunos vivenciavam, na prática, o tempo do plantio, do cuidado e da colheita, e os cuidados de manejo elementares dos rebanhos e da destinação dos produtos em derivados industrializados. Particularmente, os internos que ajudavam na realização das atividades da EAU tinham acesso e oportunidade de aprendizagens práticas mais complexas e prolongadas do que os alunos externos. Contudo, essa condição diferenciada também representava gastos para a instituição, havendo a contrapartida da mão de obra e execução das tarefas internas demandadas para a funcionalidade e manutenção da estrutura interna.

Na Tabela 2, constam os gastos gradativos da EAU com os alunos semi-internos no triênio 1957-1960. Os dados mostram que o investimento direcionado para a manutenção dos alunos triplicou de valor em três anos, sendo proporcional ao número de matriculados.

Tabela 2 - Custo médio dos alunos internos da Escola Agrícola de Urutaí.

Ano	Número de alunos matriculados	Custo médio dos alunos
1957	45	Cr$ 11.550,00
1958	70	Cr$ 12.500,00
1960	44	Cr$ 36.000,00

Fonte: Relatórios enviados à SEAV em 1957,1958 e 1960 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

A oferta de internato prevista na Lei Orgânica do Ensino Agrícola priorizava os alunos que residiam em outros municípios, no semi-internato e externato, e para os que moravam próximos à instituição. No caso dos dados da EAU, eram internos e semi-internos, pois não havia nenhum no regime de externato, o que justificava os gastos da escola com os alunos.

A participação dos alunos em atividades de manutenção interna se confirmou no caso da obra do alojamento, como uma característica da EAU que, provavelmente, devido à dificuldade de preenchimento de cargos específicos, recorria aos educandos na compensação de algumas tarefas.

Para além das prescrições e da estrutura organizacional, o que escapou aos dados oficiais e aos registros localizados foram os efeitos das dinâmicas vivenciadas pelos diferentes alunos, na condição de interno ou na condição de externo. Há de se considerar outras variáveis, cujas lacunas permanecem em aberto, tais como: haveria algum critério interno para a definição da escala de trabalhos dos alunos nos diferentes setores e núcleos? A estrutura organizacional dos cursos assegurou um equilíbrio de formação entre os núcleos? A condição de interno seria mais vantajosa enquanto oportunidade de aprendizado ou representaria uma sobrecarga de trabalho como contrapartida? Como seriam as condições objetivas de alimentação, bem-estar, acomodações e lazer dos internos? Em relação aos alunos externos, o que seria mais promissor, haveria uma condição social diferenciada?

São vozes que permaneceram inaudíveis, cujas vivências e práticas ainda merecem ser desveladas.

Semelhante ao observado nas salas de aula e nos núcleos de aulas práticas, percebemos, na Fotografia 5 que os alunos usavam uniformes diferenciados nos diversos afazeres. Esse indicativo de padronização disciplinar de comportamentos, regulação e controle de posturas individuais e coletivas é próprio da rotinização da vida escolar em diferentes espaços. A observância de normas de conduta, higiene e organização dos ambientes também são aspectos que merecem ser considerados na estrutura institucional.

Fotografia 5 – Alunos em frente ao alojamento na Escola Agrícola de Urutaí.

Fonte: Museu do IFG goiano – Câmpus Urutaí.

Os alunos internos e semi-internos faziam as refeições em refeitório próprio (Fotografia 6). Em se tratando de alunos oriundos do meio rural, a convivência em espaços coletivos e o cultivo de hábitos tidos como civilizados, tais como: higiene, saúde, limpeza, cuidados com o corpo e objetos de uso pessoal, também constituíram em aprendizados requeridos ao profissional preparado pela instituição para atuar na moderna agricultura. Ou seja, a inculcação de hábitos e princípios da vida social fazia parte do processo formativo desse trabalhador. A uniformização não apenas das roupas e dos comportamentos, mas, sobretudo, das rotinas da instituição, a atenção e o cuidado com a higiene e saúde eram requisitos básicos da sociedade civilizada, escolarizada e padronizada.

Fotografia 6 – Alunos da Escola Agrícola de Urutaí no refeitório em 1958.

Fonte: Relatório enviado à SEAV, 1958 - Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Conforme verificamos nos diferentes relatórios em arquivo, toda a base alimentar era produzida na própria EAU. Os cultivares, animais e vegetais consumidos pelos alunos, professores e funcionários advinham da produção interna, cujas aquisições de produtos externos apenas complementavam aquilo que não era ali produzido.

Nesse ponto, levantamos uma indagação suscitada pelos registros constantes dos relatórios: se era recorrente a escassez de recursos e rupturas no suprimento de determinados setores, evidenciados pelas dificuldades experimentadas pela escola, é pertinente levantar a possibilidade de ter havido falta de abastecimento de produtos, colocando em risco a manutenção dos alunos internos e semi-internos. Afinal, se o recurso atrasava e os cultivares agrícolas atingiam ponto de colheita em diferentes épocas ao longo do ano, como seria regularizado o provimento de víveres e insumos para humanos e animais? Apesar de os relatórios não explicitarem tais aspectos, é possível que tenha ocorrido momentos de dificuldades financeiras e materiais capazes de comprometer, relativamente, o projeto formativo da EAU. São lacunas que os documentos ocultam e permanecem como desafios a serem investigados em outros momentos.

A implantação da EAU, apesar da existência de uma estrutura física, enfrentou embaraços para encontrar pessoal capacitado para trabalhar. Por falta de profissionais, o

Curso de Mestria Agrícola não começou dois anos após o início de suas atividades como estava previsto, dificultando a continuação dos estudos dos alunos que frequentaram o Curso de Iniciação Agrícola. Aqueles que dispunham de condições financeiras favoráveis dirigiram-se para Goiânia e concluíram o ginasial. Os outros ficavam à espera da implantação do Curso de Mestria Agrícola e, de certo modo, acreditamos que muitos desistiram de estudar e buscaram o mercado de trabalho.

Esse fato mostra que a educação nos anos de 1950 não era uma possibilidade para todos os interessados. Assim, a EAU, que deveria desempenhar um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico da região e de Goiás, cuja mão de obra operária deveria ser suficientemente aculturada, de modo a poder executar melhor o trabalho no campo e operar máquinas agrícolas mais sofisticadas, não conseguia atingir esses objetivos em sua plenitude.

4 A ESCOLA AGRÍCOLA DE URUTAÍ: organização pessoal, gestão, práticas e ritos

> Conduzir um estudo que tome a cultura escolar como objeto de investigação e se sensibilize pela análise das práticas escolares, enquanto práticas culturais, impõe um duplo investimento. Por um lado, ocupar-se do mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à formalidade das práticas. Nos dois procedimentos é necessário ter clareza de que os sujeitos encarnam representações que se produzem nas situações concretas do fazer ordinário da escola (VIDAL, 2005, p. 15-16).

Ao "mergulharmos" nos dados e nas fontes consultadas, dois sentimentos conduziram a investigação: de um lado, a curiosidade diante das descobertas; de outro, as indagações sobre qual cultura escolar agrícola se desvelava. Diante dos documentos empíricos, muitas dúvidas emergiram, enquanto outras iam sendo explicitadas. Neste sentido, direcionamos o olhar sobre os dados localizados, com o interesse em perceber a instituição pesquisada, mais precisamente interrogando: que instituição era esta? Como se organizava? Quem a compunha? O que desenvolvia?

As possíveis aproximações nessa direção conferem visibilidade aos vestígios de uma cultura escolar agrícola singular. A composição deste capítulo tem por finalidade caracterizar os aspectos estruturais e organizacionais da EAU, fundamentados em três relatórios[33] anuais, que serviram de fontes para o levantamento das características internas, as normas e práticas que marcaram as rotinas e a disciplina de funcionamento nela instituídas.

Gatti Júnior e Peçanha (2005) elencam categorias básicas de análise em uma pesquisa sobre a história das instituições educacionais, que são:

- Espaço (local / lugar, edifício, topografia).
- Tempo (calendário, horário, agenda antropológica).
- Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc. ou racionalidade da prática).
- Modelo pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação).
- Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações).
- Manuais escolares.
- Públicos (cultura, forma de estimulação e resistência).
- Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida) (p. 80).

[33] Os relatórios (realizados em cumprimento a uma normatização, a Circular n.º 34, de 12 de outubro de 1955) eram documentos elaborados pela instituição e encaminhados à SEAV (Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário), nos quais se relatavam todas as atividades desenvolvidas, os avanços e as dificuldades enfrentadas ao longo do ano letivo.

Essas categorias, em grande número, foram localizadas e percebidas nos três relatórios anuais, possibilitando aclarar a cultura escolar agrícola presente na instituição em estudo. Os relatórios se iniciaram de forma semelhante, fazendo referência aos relatórios do ano anterior e às matrículas realizadas na EAU no presente ano do relatório. Na Tabela 3, são sistematizados os dados sobre as matrículas da escola nos anos de 1957,1958 e 1960.

Tabela 3 - Matrículas no Curso de Iniciação Agrícola.

Ano	**1957**		**1958**		**1960**	
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Alunos matriculados	45	Não houve matrícula	43	27	25	19
Alunos aprovados	27	Não houve matrícula	18	19	21	13
Alunos reprovados	05	Não houve matrícula	02	0	0	0
Alunos desistentes da prova final	13	Não houve matrícula	23	08	04	06

Fonte: Relatórios Anuais (1957; 1958; 1960) - Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Verificamos que, em 1957, 60% dos alunos foram aprovados, 11,11%, reprovados, e 28,88% desistiram da prova final. No ano de 1958, na 1ª série, 41,86% dos alunos conseguiram ser aprovados, 4,65%, reprovados, e 53,48% não realizaram a prova final; na 2ª série, houve 70,37% de aprovação e 29,62% de desistência do exame final, indicando que nenhum aluno fora reprovado. Em 1960, na 1ª série, 84% dos alunos foram aprovados e 16% desistiram da prova final; na 2ª série, houve 68,42% de aprovação e 31,57% de desistência na realização da prova final e, mais uma vez, nenhum aluno das duas séries foi reprovado.

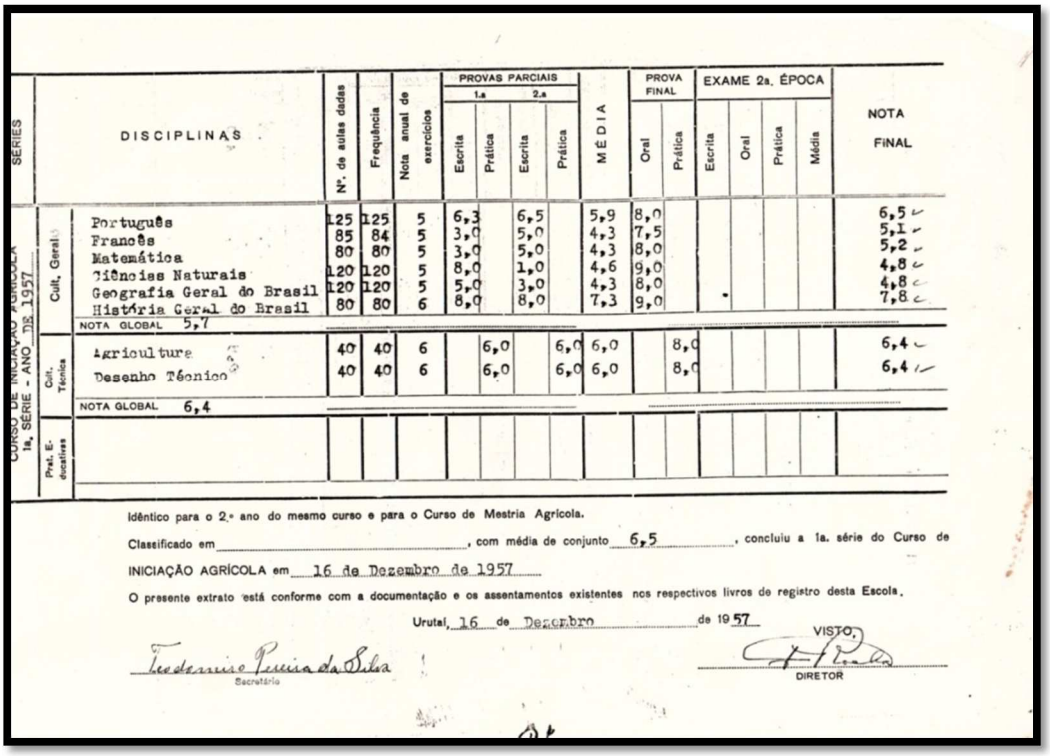
Analisando os índices, é possível perceber que o número de desistência foi muito superior ao número de reprovações, principalmente na 1ª série, em 1957 e 1958. Talvez porque o ensino, nesse período, fosse exigente, e os alunos, para serem aprovados, precisavam empenhar-se, pois “recomendava-se a adoção de critérios objetivos na verificação da aprendizagem” (CHAGAS, 1980, p. 53). Aos alunos que iriam prestar os exames finais, eram exigidos bom desempenho ao longo do ano letivo e frequência igual ou superior a 75% das aulas ministradas.

> Prescrevia-se a frequência de pelo menos 75% para a prestação de exames finais, que levava que levavam à conclusão de série, os quais vinham precedidos de provas parciais realizadas semestralmente. Considerava-se aprovado o aluno que obtivesse

> 5 ou 50 por disciplina, conforme a escala decimal ou centesimal também já prevista, e 4 ou 40 no conjunto dos estudos de cada série (CHAGAS, 1980, p. 55).

O aluno poderia ter nota quatro ou 40, desde que a média global/nota final fosse maior que 50. No histórico do ex-aluno Pedro Martins da Costa, pode ser constatada essa norma em relação à avaliação, sendo expressas as notas parciais da prova escrita e as das provas orais feitas por uma banca examinadora. Observe a figura 7:

Figura 7 – Histórico da 1ª série do Curso de Iniciação Agrícola do ex-aluno Pedro Martins da Costa.



CURSO DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA — 1a. SÉRIE - ANO DE 1957

SÉRIES	DISCIPLINAS	Nº. de aulas dadas	Freqüência	Nota anual de exercícios	PROVAS PARCIAIS 1.a Escrita	1.a Prática	2.a Escrita	2.a Prática	MÉDIA	PROVA FINAL Oral	PROVA FINAL Prática	EXAME 2a. ÉPOCA Escrita	Oral	Prática	Média	NOTA FINAL
Cult. Geral	Português	125	125	5	6,3		6,5		5,9	8,0						6,5
	Francês	85	84	5	3,0		5,0		4,3	7,5						5,1
	Matemática	80	80	5	3,0		5,0		4,3	8,0						5,2
	Ciências Naturais	120	120	5	8,0		1,0		4,6	9,0						4,8
	Geografia Geral do Brasil	120	120	5	5,0		3,0		4,3	8,0						4,8
	História Geral do Brasil	80	80	6	8,0		8,0		7,3	9,0						7,8
	NOTA GLOBAL 5,7															
Cult. Técnica	Agricultura	40	40	6		6,0		6,0	6,0		8,0					6,4
	Desenho Técnico	40	40	6		6,0		6,0	6,0		8,0					6,4
	NOTA GLOBAL 6,4															
Prat. Educativas																

Idêntico para o 2.º ano do mesmo curso e para o Curso de Mestria Agrícola.

Classificado em _____, com média de conjunto 6,5, concluiu a 1a. série do Curso de INICIAÇÃO AGRÍCOLA em 16 de Dezembro de 1957

O presente extrato está conforme com a documentação e os assentamentos existentes nos respectivos livros de registro desta Escola.

Urutaí, 16 de Dezembro de 1957

Teodomiro Pereira da Silva
Secretário

VISTO:
DIRETOR

Fonte: Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

O artigo 38[34] da Lei Orgânica do Ensino Agrícola instruía que, para a realização do exame oral final, era preciso designar a composição de uma banca examinadora para esse

[34] **Art. 38.** A prova final será, conforme a natureza da disciplina, oral ou prática.
§ 1º A prova final prestar-se-á perante banca examinadora.
§ 2º Haverá duas épocas de prova final. A primeira terá início a partir de 1 de dezembro e a segunda em período especial, no decurso dos últimos trinta dias de férias.
§ 3º Não poderá, prestar prova final, na primeira ou na Segunda época, o aluno que tiver, como resultado dos exercícios e as duas provas parciais, no conjunto das disciplinas média aritmética inferior a três. Também não poderá prestar prova final na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas ou a trinta por cento das aulas dadas em cada prática educativa, e, na segunda época, o aluno que tiver incidido no dôbro das mesmas faltas.
§ 4º Só poderá prestar prova final em segunda época o aluno que não a tiver feito na primeira por motivo de fôrça maior, nos têrmos do § 3º, do artigo anterior, ou o que, tendo-a prestado em primeira época, não houver satisfeito uma das condições de habilitação referidas no artigo seguinte. (Lei Orgânica do Ensino Agrícola, 1946.)

fim. Diante das exigências, acreditamos que os alunos desistiam da prova final, pois tinham de conseguir atingir notas e frequências necessárias para sua realização. Além disso, é provável que o número elevado de desistência possa ser atribuído às dificuldades dos alunos em acompanhar o Curso de Iniciação Agrícola e a frequência, pois a Lei Orgânica do Ensino Agrícola exigia 80% de presença da totalidade das aulas dadas e, nas disciplinas de prática educativa, 70% de presença.

Nos três relatórios estão registrados alunos, professores, diretores e funcionários técnicos administrativos que colaboraram para a construção da EAU. A propósito daqueles que protagonizam a história de uma instituição, esses sujeitos compõem a cultura escolar agrícola da EAU.

> Los actores, es decir, los profesores, los padres, los alumnos y el personal de administración y servicios. A los primeros les corresponde, por su especial posición, El papel más relevante en La conformación de La cultura escolar. De ahí La importância de conocer su formación, modos de selección, Carrera académica, categorias, estatus, asociacionismo, composición social, por edades o sexo, ideas y representacions mentales, entre otros aspectos, así como su grado de profesionalización em relación con unas materias o disciplinas dadas (VIÑAO FRAGO, 2000, p. 74).

O foco no ensino e nos conteúdos específicos identificam os atores (professores e funcionários administrativos) com o setor agrícola e com uma cultura escolar caracterizada por essas interfaces. Ao matricularem-se na EAU, os alunos oriundos do meio rural se inseriam e experimentavam os conhecimentos, as metodologias e as práticas que articulavam os fins e objetivos educacionais da instituição comprometida com as relações produtivas e formativas referentes à agricultura e à pecuária. Nesse sentido, tanto a expectativa de aprimorar os processos produtivos e manejos agropecuários quanto à possibilidade de qualificar a mão de obra de serviços fortaleceriam os laços institucionais e a cultura escolar vivenciada na EAU.

4.1 Os professores

Ao ser organizada com um currículo propedêutico e técnico, a EAU foi protagonista de uma nova cultura formativa no cenário rural. A presença e o envolvimento de profissionais provenientes de diferentes ramos do conhecimento são singulares, visto que, diante da escassez de professores especializados nas áreas demandadas, a Escola foi assumida por profissionais liberais com diferentes níveis de formação e ocupações.

Esse dado revelou um movimento interessante de acolhida e adesão à implantação de uma escola federal nessa região, sobretudo, uma dinâmica relacional entre estes profissionais com os núcleos urbanos próximos e as atividades produtivas do meio rural. Ou seja, cultivaram interesse comum para as atividades liberais urbanas e, ao mesmo tempo, conservaram afinidades com o setor produtivo agropecuário a ponto de se envolverem profissionalmente no processo formativo da EAU. O quadro de professores da cultura geral da EAU (Quadro 3) é revelador diante do variado perfil dos profissionais.

Quadro 3 - Professores da Escola Agrícola de Urutaí.

PROFESSOR	FORMAÇÃO	DISCIPLINA	ANO
Deusdedit Caunigel Cardoso D`Avila	Bacharel em Direito	Geografia e História do Brasil	1957
Francisco Chagas da Rocha	Bacharel em Direito	Geografia e História do Brasil	1958
José da Costa Junior	Bacharel em Ciências Contábeis	Matemática	1957-1960
Manoel Luis Alves	Bacharel em Direito	Língua Portuguesa	1957-1958
		Língua Portuguesa e História Geral e do Brasil	1960
Raymundo José Bazilio	Bacharel em Química e Farmácia	Ciências Naturais, Francês e Matemática	1957
Wagner Ulysses Costa de Sousa	Engenheiro Agrônomo	Ciências Naturais, Agricultura e Desenho Técnico	1960

Fonte: Relatórios Anuais – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí (1957, 1958, 1960).

O corpo docente composto por profissionais bacharéis era predominante. Contudo, havia outras especialidades liberais, tais como: juízes, farmacêuticos, contabilistas. Isso indica que esses profissionais, além das aulas ministradas na EAU, também desempenhavam outras funções externas. Notamos que os professores das disciplinas de cultura geral eram bacharéis em Direito, Farmácia e Ciências Contábeis, e os das disciplinas técnicas, bacharéis em Agronomia, sendo que os profissionais responsáveis pela área agrícola eram, na sua maioria, funcionários do Ministério da Agricultura. Em ambos os casos, atuar em uma Escola Agrícola era algo distintivo perante a sociedade e, ao mesmo tempo, elevava a projeção da EAU.

O artigo 63[35] da Lei Orgânica do Ensino Agrícola disciplinava sobre a constituição do corpo docente das instituições de ensino agrícola. Na EAU, os professores

[35] **Art. 63.** A constituição do corpo docente far-se-á com observância dos seguintes preceitos:
1. Deverão os professôres das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores receber conveniente formação em cursos apropriados.
2. O provimento em caráter efetivo dos professôres e dos orientadores dos estabelecimentos de ensino agrícola federais ou equiparados dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício das funções de professor ou de orientador nos estabelecimentos de ensino agrícola reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição no competente registro do Ministério da Agricultura.

eram horistas, isto é, contratados somente para prestar serviços, sem constituir vínculo efetivo. Em 1957 e 1958, a escola contratou professores da cultura geral, enquanto que as disciplinas da área técnica eram ministradas pelo diretor Francisco Heliodoro Pereira da Rocha: "Dr. Rocha, Engenheiro Agrônomo e era quem nos dava as aulas práticas de Botânica e Agronomia" (BORGES, 2005, p. 66). Em 1960, contrataram o engenheiro agrônomo Wagner Ulysses Costa de Sousa para ministrar as disciplinas Agricultura e Desenho Técnico.

De acordo com o Relatório do ano de 1957, na folha 21, mereciam registro especial pela cultura e dedicação pelos serviços prestados à EAU somente "o seu corpo docente, esse mesmo remunerado pela verba global – 'Serviços Educativos e Culturais', sub-consignação 1.6.13".

A Portaria nº 620, de 15 de junho de 1959, do Ministro de Estados dos Negócios da Agricultura, publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 1959, refere-se ao valor da hora/aula dos professores com salário abaixo do proposto na referida Portaria. Os professores que ministravam aulas nos Cursos Agrícolas Técnicos recebiam Cr$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por hora/aula, enquanto os docentes dos Cursos de Iniciação Agrícola, Mestre Agrícola e Magistério de Economia Rural Doméstica recebiam Cr$ 130,00 (cento e trinta cruzeiros) por hora/aula. Esses valores convertidos correspondem a aproximadamente U$ 2,30[36] e U$ 1,99 dólares nesta ordem.

No Livro de Recortes do Diário Oficial da União encontramos também referência aos honorários dos professores, instruídos pela Portaria nº 377 da SEAV, do dia 20 de abril de 1960, mas publicada no Diário Oficial da União em 10 de maio de 1960.

> 1) Enquanto os estabelecimentos subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário não dispuserem em seu quadro de magistério, de pessoal suficiente para atender às exigências impostas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, as diversas disciplinas poderão ser lecionadas por professores credenciados, solicitados a lecionar mediante pagamento por hora ou trabalho escolar.
> 2) A solicitação a que se refere o número anterior será feita pelo diretor da Escola e submetida à homologação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
> 3) Os professores credenciados perceberão honorários por hora de aula ou de trabalho escolar, a razão de Cr$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros) nos Cursos Agrícolas Técnicos e à de Cr$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) nos cursos de Iniciação Agrícola, de Mestria Agrícola e de Magistério de Economia Doméstica, não podendo entretanto, a despesa ultrapassar o limite de crédito respectivo.
> 4) Os professores de que trata a presente portaria não serão vinculados ao serviço público para qualquer efeito, conforme as instruções vigentes.
> 4. É de conveniência pedagógica que os professôres das disciplinas de cultura técnica que exijam esforços continuados e os orientadores trabalhem em regime de tempo integral
> 5. Será facultada a admissão de professôres e técnicos mediante a indenização por hora de aula.

[36] COINMILL. Disponível em: http://pt.coinmill.com/BRC_USD.html#BRC.

> 5) Esta Portaria vigorará a partir de 1º de janeiro de 1960, ficando revogada a de nº. 620, de 19 de junho de 1959 (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, fl. 35).

O aumento salarial no ano de 1959 para 1960 para os professores dos Cursos Agrícolas Técnicos foi de 20% a hora/aula e, para os dos Cursos de Iniciação Agrícola, Mestre Agrícola e Magistério de Economia Rural Doméstica, de 15,38%. Destacamos que a diferença nos percentuais do aumento salarial não foi justificada na referida Portaria. As duas Portarias ressalvam que as despesas para pagamento dos professores não poderiam ultrapassar o limite de crédito estipulado em Cr$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), em 1959, e em Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), em 1960. Valores esses que, convertidos ao dólar, equivaleriam aproximadamente a U$275.470,83 e U$306.078,70, respectivamente.

> "Aprovo. Em 3-6-59". (Rest. Proc. M.A, em 9-6-59). Ministério da Agricultura, relativo ao plano de aplicação da importância de Cr$ 18.000.000,00, parte da dotação de Cr$ 20.000.000,00, destinada ao custeio de honorários de professores para as Escolas Agrícolas e Agro-Técnicas, que foi conferida à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário no vigente orçamento, sob a rubrica 1 a 3 (LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1955, fl. 35).

Embora os professores fossem contratados e recebessem por hora/aula, os relatórios não registraram o valor de cada aula trabalhada. Vale ressaltar que o valor total empenhado para pagamento dos honorários dos docentes incluía outras despesas (serviços culturais, educativos e honorários). Também não há registro do número de aulas ministradas por cada professor, o que dificultava a conclusão a respeito do valor mensalmente pago a cada docente.

> José da Costa Júnior, nosso professor de matemática, morava em Ipameri e todos os dias a caminhonete GMC de nossa escola buscava e levava-o de volta. Era um homem muito competente. Tinha uma caligrafia muito bonita e foi responsável por uma notável mudança na letra de todos nós... foi um dos poucos professores de matemática que conheci que falava o português corretamente.
> Dr. Manoel Luiz Alves era juiz de direito em nossa cidade e foi nosso professor de Português. Era um profissional íntegro e falava de forma culta e extremamente correta.
> Raimundo José Basílio, formado em farmácia, foi professor universitário no Rio de Janeiro, em Goiânia e acabou adotando nossa cidade como sua. Tinha uma pequena farmácia em nossa cidade onde vendia tanto os remédios de laboratórios, como os que ele próprio manipulava. Não tinha muito apego aos bens materiais, mas os valores morais para ele estavam acima de tudo e todos. Era poliglota, conhecia profundamente o português, o espanhol, o italiano, o inglês o alemão, o francês, sem falar no grande conhecimento que tinha das origens das palavras do latim e do grego. Ele era o responsável por nossas aulas de botânica, fitologia, história do Brasil e Geral, geografia, ciências e francês. Quando o professor Costa Júnior faltava, o professor Raimundo cobria seus horários com excelentes aulas de matemática (BORGES, 2005, p. 67-69).

O relato mostra que a instituição possuía um corpo docente que atuava em outras áreas, mas desempenhava com eficiência o trabalho educativo. Porém, não havia nenhum professor efetivo, exceto o Dr. Rocha, diretor que ministrava aulas da área técnica. A instituição buscava e levava os professores em suas residências, pois era uma forma de privilegiá-los e, assim, ter bons professores na EAU.

Os professores desenvolveram uma cultura pedagógica diferenciada, posto que tinham como objetivo formar trabalhadores para atuarem na lavoura e na pecuária, uma cultura que rompeu com os modelos até então utilizados nas escolas.

> La cultura pedagógica que se construye y difunde en los ámbitos académicos y de investigación. Esta cultura rompe con la tradición acrisolada durante el regeneracionismo, del que sólo adopta en todo caso su rictus conservador, y se adscribe decididamente al funcionalismo tecnocrático, que por entonces se imponía como filosofia educativa universal en gran parte de los medios occidentales. Esta orientación era además compatible con los valores que sostenían el sistema (ESCOLANO, 2000, p. 211).

Essa cultura escolar agrícola motivou o rompimento com o ensino tradicional, devido à política para a qual a EAU foi criada, e devia ter organização e desenvolvimento pedagógico que possibilitassem a formação de pessoas para atuarem com conhecimentos científicos e práticos na agropecuária. Além das disciplinas técnicas direcionadas para a agropecuária, as de cultura geral eram organizadas de forma que os conteúdos contribuíssem para auxiliar na formação da área técnica. Por exemplo, a matemática trabalhava com medidas, pois era inconcebível um trabalhador do campo que não conhecesse medidas (alqueires, hectares, quilo, arroba, metro, metro quadrado).

4.2 A administração e gestão internas

O primeiro diretor da EAU foi Francisco Heliodoro Pereira da Rocha, um engenheiro agrônomo que veio do Rio de Janeiro para dirigir a instituição de ensino. E, na falta de professores da área técnica, era ele quem ministrava as aulas.

> O nosso diretor, Dr. Francisco Heliodoro Pereira da Rocha (conhecido como Dr. Rocha), era carioca, solteirão e já tinha uns sessenta anos na época em que dirigia nossa escola, sempre com mão de ferro. Mas penso que somente ele poderia ter pulso para comandar tudo e a todos. Veio escalado com essa função diretamente do Ministério da Agricultura, que na época tinha seu poder político centralizado no Rio de Janeiro. Ele tinha carta branca para mandar e desmandar (BORGES, 2005, p. 66).

O depoimento acima revela o poder do diretor na escola, haja vista que determinava tudo o que acontecia na instituição de ensino, ou seja, exercia uma gestão

centralizadora. O artigo 60[37] da Lei Orgânica do Ensino Agrícola credenciava ao diretor a autoridade necessária para a organização da escola. De certo modo, essa postura e atitude da "autoridade" têm correspondência com a representação do cargo e a hierarquia instituída internamente na instituição de ensino.

Nos anos de 1961 a 1963, a EAU foi dirigida por José de Sousa Neves, engenheiro agrônomo que perdeu o cargo devido a denúncias do Grêmio Estudantil ao Ministério da Agricultura, sendo acusado de desmandos administrativos, como o uso de bens da União em benefício próprio (uma das suspeitas era a de que o diretor criava gado em parceria com comerciantes de Ipameri nas terras da escola). Em seu lugar, assumiu a direção da EAU o interventor José Ludovico dos Reis, engenheiro agrônomo, transferido de Goiânia para Urutaí. Este permaneceu no cargo até 1966 quando a direção da instituição passou às mãos do veterinário aposentado do Ministério da Agricultura, o professor Júlio Brandão de Albuquerque (Dr. Júlio).

Como pode ser observado, a direção da Escola foi ocupada no período por agrônomos e veterinários, respectivamente, provenientes dos quadros do governo federal. A cultura bacharelesca se expressava no tratamento dispensado aos diretores, ora como professor, ora como doutor; distinção expressa segundo a autoridade do cargo. Algo que merece particular atenção nos registros é a referência ao papel e à atuação do Grêmio Estudantil na questão alusiva à destituição do diretor do cargo. Teriam os estudantes dessa Escola uma participação ativa nas decisões internas? Haveria outros interesses e motivações nessa sucessão? A objetividade inscrita nos relatórios, bem como a ausência de outros registros referentes à organização dos estudantes deixa em aberto essa questão.

Os funcionários extranumerários, mensalistas da EAU, trabalhavam para manter toda a infraestrutura. Mesmo não possuindo formação para o ensino, colaboravam com essa função, porque acompanhavam alunos na realização e orientação de atividades de diferentes setores. Observem o quadro 4:

[37] **Art. 60.** A administração de cada estabelecimento de ensino agrícola estará enfeixada na autoridade do diretor, que presidirá, ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professôres e orientadores, às atividades dos alunos e às relações de comunidade escolar com a vida exterior.

Quadro 4 - Pessoal efetivo e salário mensal**.**

NOME	NÍVEL	SALÁRIO MENSAL
João Costa	9	Cr$ 17.000,00
Teodomiro Pereira da Silva	1	Cr$ 9.600,00
Adélio Ribeiro do Prado	1	Cr$ 9.600,00
Alfredo de Paula	1	Cr$ 9.600,00
João José Dourado	1	Cr$ 9.600,00
Mozart Porto	1	Cr$ 9.600,00
Rafael Marques	1	Cr$ 9.600,00
Domingos Antônio da Silva	1	Cr$ 9.600,00
José Gonçalves do Nascimento	1	Cr$ 9.600,00
Maurílio José de Oliveira	1	Cr$ 9.600,00
Sílvio Borges	1	Cr$ 9.600,00
TOTAL		**Cr$ 113.000,00**

Fonte: Relatório de 1960 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Os 11 funcionários compunham o quadro técnico profissional com vínculo efetivo na instituição. Cuidavam de toda a EAU nas condições estruturais, organizacionais e políticas exigidas à época. A cultura política da escola foi configurada a partir da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Escolano (2000) afirma:

> La cultura política de la escuela como organización, configurada a partir de la ideologia del régimen y objetivada em los discursos, aparatos y lenguajens que, además de legitimar el orden vigente, dieron origen a uma tecnoestructura modernizada sin democracia y a su misma configuración como sistema (p. 211).

A instituição desenvolveu sua forma própria de administração e funcionava “sem fugir” das normas estabelecidas pela SEAV e pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No caso da EAU, foi marcadamente determinada pela política do ensino agrícola, protagonizada pelo governo federal. Assim, as mudanças e alterações operadas, tanto na estrutura quanto na organização dos cursos ofertados, se justificavam pelas adequações legais. Nesse sentido, mais que uma ideologia geradora das ações formativas, o que estava em foco era o interesse de equalizar o discurso da modernização agrícola, largamente difundida pelo viés da preparação da mão de obra.

4.3 Os alunos

O quadro de discentes do Curso de Iniciação Agrícola da EAU era formado somente por alunos do sexo masculino (Fotografia 7), com média de idade entre 12 e 17 anos, apesar de que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em seu artigo 51[38], permitia a entrada nos

[38] **Art. 51.** O direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres.

cursos agrícolas tanto de homens quanto de mulheres. Mas, o artigo 52[39] expressava algumas condições para a entrada de mulheres nesses cursos, como: os estabelecimentos deveriam receber frequência apenas de alunas, que não deveriam trabalhar em atividades não adaptadas às mulheres.

Fotografia 7 – Primeira turma do Curso de Iniciação Agrícola.

Fonte: Relatório de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

A EAU trabalhava com animais de grande e pequeno portes e com a lavoura. Essas atividades não eram adequadas para as mulheres, pois estas deveriam ser preparadas para educar os filhos e administrar a casa. A sociedade da época considerava que a mulher deveria estar preparada para atender bem a família, e não para atuar fora de casa, muito menos em trabalhos pesados na lavoura e na pecuária. Como assevera Inácio Filho (2002, p. 56), "o senso comum social afirma tal dualidade caracterizando a mulher como um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as doçuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinado à vida doméstica, aos cuidados do marido e da família". Seria mais conveniente preparar os homens para o trabalho na agropecuária.

[39] **Art. 52.** No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:
1. E' recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina.
2. As mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.

> O ambiente escolar reproduz os valores da vida social, ao mesmo tempo, em que o acesso ao saber formal, intelectualizado, fica sendo exclusivo dos potentados da terra, sendo vedado às mulheres, que na sociedade patriarcal, machista, tinham o papel de exercer apenas ofícios ligados às prendas domésticas, ou seja, de colaborar na reprodução social da família. O saber escolar tem seu acesso condicionado ao ser do sexo masculino, sendo fechado `mulher, traço que configura a restrição da participação feminina, naquele momento histórico, no trabalho fabril e no exercício do voto (SILVA, 2013, p. 450).

Como a EAU oferecia somente o ensino secundário, significava que as mulheres do município eram impedidas de continuar seus estudos, pois elas não poderiam frequentar uma instituição de ensino para o trabalho "pesado". Para ter acesso ao ensino secundário, as adolescentes deveriam mudar para centros urbanos maiores, porém, essa possibilidade era somente para aquelas de famílias com bom poder aquisitivo.

A escola recebia alunos vindos de diferentes classes sociais, uma vez que as famílias de agricultores e pecuaristas, nos anos 1950 e 1960, viam na EAU uma forma de oportunizar formação para seus filhos. Estudar na instituição possibilitava o conhecimento de novas técnicas para aplicar na pecuária e na lavoura, bem como o desenvolvimento do setor primário da economia.

> Os alunos desta escola, filhos de criadores, vão acompanhar todo esse trabalho, com caderno e lápis na mão, tomando notas e colhendo observações, para, na volta as suas propriedades rurais, esclarecer aos seus familiares a vantagens econômicas da agrostologia bem dirigida. Por essa ocasião, os seus familiares, certamente criadores de bovinos, serão informados, por exemplo, que uma das finalidades da agrostologia, é realizar através do melhoramento crescente dos bovinos, para corte e das raças leiteiras, com boas pastagens e formação dos prados para corte, a manutenção de maior número de cabeças em superfície mais reduzidas (RELATÓRIO ANUAL, 1957, fl. 9-10).

O conteúdo trabalhado na formação dos alunos era planejado, considerando-se as diferentes classes sociais dos discentes, como, por exemplo, a Agrostologia, a qual era direcionada para os alunos filhos de criadores de gado. Estes deveriam aprender como formar os pastos para criar o maior número de gado em espaços menores, desenvolvendo cada vez mais a pecuária em Goiás. Já as aulas de Avicultura eram voltadas aos filhos de pequenos agricultores, que não dispunham de muito dinheiro, a fim de oportunizar-lhes o aprendizado necessário para desenvolver a avicultura e montar um empreendimento, cujo rendimento aumentasse a receita na pequena propriedade.

> Além disso, a exploração da avicultura não exige emprego de capital vultoso como sucede com a criação de animais de grande porte, que torna a sua atividade em uma "distração rendosa" ao alcance de todos. Por tudo isso, é porque os alunos deste educandário filhos de pequenos agricultores, na sua maioria manifestam pandor pela criação de aves, julgo acertado e que esta Escola vem realizando a respeito de exploração da avicultura (RELATÓRIO ANUAL, 1957, fl. 7).

Na EAU, também era possível encontrar alunos descendentes de outras nacionalidades: portugueses, italianos e poloneses, devido à migração de famílias da região Sul do Brasil para o Centro-Oeste. Essas famílias, geralmente de descendência europeia, vislumbravam na instituição a oportunidade de educar seus filhos para atuarem na lavoura e na pecuária, fato expresso no relato de Borges (2005):

> Ainda me lembro de muitos colegas que pertenceram a minha turma, tais como: Sudário, seu irmão Joaquim, Vital Odílio e seu irmão Euclides Pereira, Abádio de Paula, os portugueses Valterizio e seu irmão Wenceslau, o italiano Alcides Diolo, o polonês Zigmoni Dwornic, Antônio Cardoso, Getúlio Vaz, João Martins e seu irmão Orestes (p. 62).

A EAU foi a primeira instituição de ensino agrícola em Goiás, mantida pelo governo federal, que ofereceu a seus alunos assistência em semi-internato e internato, uniformes, consultório médico e farmácia. A escola possuía um alfaiate, que confeccionava os uniformes sob medida para os alunos, os quais ainda recebiam botinas para usar nos diversos afazeres. Os uniformes eram de dois tipos: o primeiro, de uso diário, era composto por calça e camisa em mescla azul claro, e o segundo era de “gala”, usado na representação da instituição em eventos, confeccionado em brim na cor marrom claro, tendo bordados do lado direito da gola da camisa as iniciais M.A., que significavam Ministério da Agricultura, e do lado esquerdo E.A.U. (Escola Agrícola de Urutaí).

A escola possuía instrumentos musicais[40], mas não professor de música, sendo que os alunos treinavam sozinhos, utilizando as habilidades individuais. O diretor os apoiava, convidando-os para apresentações em ocasiões especiais na EAU e nas festas comemorativas da Igreja Católica da cidade de Urutaí. Nesses momentos, os alunos usavam o uniforme de “gala”.

Em 1956, o consultório médico foi instalado com material recebido da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, mas não dispunha de um médico contratado. Os registros indicaram que, em 1958, o médico Walter Hugo Frota, residente em Ipameri, prestou serviço à EAU, assim como, em 1960, Dr. Estevão José de Sousa, médico oficial, também daquela cidade, atendeu aos alunos da instituição.

A farmácia ficava localizada em frente ao consultório médico e atendia tanto a medicina quanto a veterinária. Por isso, a cada ano tinha seu estoque de medicamento aumentado através do crédito da escola, vindo diretamente da SEAV. Já o gabinete dentário

---

[40] **Art. 18.** Os alunos de qualquer dos cursos de formação serão obrigados as práticas educativas seguintes:
a) educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos;
b) canto orfeônico, obrigatório até a idade de dezoito anos.

era muito almejado pela EAU, tanto que, nos três relatórios, foram registradas as solicitações do diretor para sua instalação. Em ofício, a Superintendência comunicou à unidade escolar que a Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes havia cedido um gabinete dentário completo em 1955, mas este, até 1960, não tinha chegado à escola.

> Em ofício n.º 855, de 11 de maio de 1955, o Sr. Chefe da SEAV dessa superintendência, comunicou a este educandário que a Escola Agrotécnica "Ildefonso Simões Lopes", havia cedido ao mesmo um "Gabinete Dentário" completo. Como até agora essa dádiva, valiosa, sem dúvida, não chegou a esta Escola, nada mais foi possível fazer nesse sentido, pela falta justamente, de aquisição de tão útil meio de assistência escolar (RELATÓRIO ANUAL, 1960, fl. 21).

A instituição tinha a preocupação em oferecer boas condições de saúde aos educandos e funcionários, mesmo porque, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola no Artigo 61, item 5, previa que todos os estabelecimentos de ensino agrícola deveriam assegurar serviços referentes à saúde e higiene escolar.

Embora os alunos possuíssem médicos para atendê-los, os plantéis de animais não dispunham de um veterinário para prestar assistência. À época da Fazenda havia um veterinário responsável, mas a EAU não dispunha desse profissional. Em 1960, a responsabilidade pelo rebanho de 270 cabeças de gado era do diretor, Dr. Francisco Heliodoro.

A assistência médica contribuía para fazer com que a EAU fosse considerada uma das mais modernas da região, tornando-se um fator contribuidor para que a instituição gozasse de prestígio social local e regional. A oferta de atendimentos à saúde era direcionada não apenas à escola, mas também à sociedade de um modo geral, em virtude da limitada presença de médicos e serviços hospitalares na região, reduzidos a cidades com maior estrutura urbana, as quais eram consideradas "cabeças de comarca" dos municípios. Possivelmente, estes seriam responsáveis não apenas pela projeção da escola na região como um atrativo para novos alunos. A formação dos alunos era alinhada às necessidades da região, sendo apropriada e transmitida segundo os valores e saberes da sociedade e da economia aos alunos.

> Finalmente, uma terceira constelação criterial gira em torno da apropriação: auto-educação/subjetivação, cuja tradução em linguagem pedagógica-didática se revela nos conceitos de discípulos, sujeitos, pessoa, aluno, educando, formando, e ainda nos de conscientização, conversão, imbricação, empenho, currículo (na acepção de percurso pessoal), interesse, desejo, necessidade, aprendizagem. Esta complexidade integra educação e instituição e encontra um sentido construindo-se na relação das instâncias de acolhimento e (in)formação (enquadramento e acompanhamento), com meios e estruturas de ação e com elementos de natureza biográfica e grupal, para a transmissão/apropriação de valores, saberes, saber-fazer (MAGALHÃES, 2004, p. 44).

A EAU utilizava os bens móveis e imóveis da antiga Fazenda para realizar as atividades de ensino e as práticas específicas, saber-fazer. Os alunos tinham aulas práticas para aprender a trabalhar tanto com a pecuária como com a agricultura e, por isso, os relatórios explicavam as condições de cada setor da instituição, tais como: núcleo de agricultura, núcleo zootécnico, núcleo industrial, horticultura, agrostologia, cultura da alfafa, produção, controle leiteiro, renda, melhoramentos, oficinas, almoxarifado e pessoal.

4.4 A estrutura física e as condições de base da Escola Agrícola de Urutaí

A apropriação e o uso da estrutura física pré-existente da época da Fazenda foram variáveis que contribuíram para o desenvolvimento do programa pedagógico voltado para a cultura agrícola. A proximidade à natureza e aos núcleos instituídos para o ensino prático favorecia o desenvolvimento do gosto pelas atividades agrícolas.

> Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (ESCOLANO, 1998, p. 45).

Toda a estrutura preexistente foi aproveitada para o funcionamento da EAU, a qual possuía animais, terreno para pastagens e lavouras, conjunto de bens imóveis, como: curral, cocheiras, baias para animais, chiqueiro, granjas para criação de galinhas, lavouras (milho, arroz, feijão e forragens), pomares (goiaba, pêssego e marmelo) e produção de hortaliças. Isto é, dispunha de todas as condições para oferecer aos alunos aulas práticas direcionadas para os cursos de formação agrícola.

O Artigo 61, itens 7 e 8[41], da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, estabelecia que os estabelecimentos deveriam oferecer aos alunos oportunidade de estar em contato com campos experimentais.

---

[41] 7. Serão organizados, em todos os estabelecimentos de ensino agrícola campos experimentais e de demonstração.

8. Dar-se-á cada estabelecimento de ensino agrícola organização própria a mantê-lo em permanente contato com as atividades exteriores de natureza, agrícola, especialmente com as que mais diretamente se relacionem com o ensino nêle ministrado. Será prevista, pelo respectivo regimento, a instituição, junto ao diretor, de um conselho consultivo composto de pessoas de atuação nas atividades agrícolas do meio, e que coopera na manutenção dêsse contato com as atividades exteriores.

A estrutura interna era composta pelas salas de aulas de cultura geral e de cultura técnica, complementada pelos núcleos de ensino. Os núcleos agrícolas funcionavam como laboratórios de ensino das disciplinas de Formação Técnica. Assim, a escola soube explorar bem toda a infraestrutura, de modo a oportunizar aos alunos aprendizagens práticas e, ao mesmo tempo, eles colaboravam nas atividades diárias da EAU, prestando serviços, como: tratamento dos animais, trabalho na limpeza (enxada e foice) e na horta (aguando e produzindo verduras e legumes). Isto porque havia poucos funcionários, e os serviços de fazenda exigidos eram inúmeros.

> Começávamos às sete horas com o café da manhã e depois íamos para as tarefas de trabalho, divididos em turma. Havia a turma da limpeza que rastelava e varria o pátio; a turma do aviário que tratava das galinhas, colhia os ovos para nosso consumo e ainda cuidava da chocadeira que chocava cem pintinhos de cada vez...; a turma da cocheira que cuidava dos cavalos e das vacas leiteiras; a turma da pocilga que cuidava dos porcos; a turma da foice que roçava os pastos, a turma da enxada que capinava os locais necessários; a turma da hortaliça que aguava e cuidava da produção de verduras e legumes; dois almoxarifes; e dois que prestavam serviços na secretaria, o Laércio e eu. Na cozinha também trabalhavam os alunos Olavo e Nadir. Cada turma tinha um funcionário da escola responsável pelo trabalho de sua equipe (BORGES, 2005, p. 64).

Nos três relatórios consultados, observamos que o diretor sempre expunha à SEAV a dificuldade pela falta de funcionários suficientes para manter a escola funcionando. Se, em 1957, o diretor registrou a falta de pessoal, essa situação ainda permanecia a mesma em 1960:

> O pessoal desta Escola é o mesmo de abril de 1955, quando teve início a sua atividade. É composto, apenas, de 11 extranumerários mensalistas e o seu diretor, único funcionário técnico. Não obstante isso, os seus trabalhos estão sendo feitos com tôda normalidade. Urge, contudo, uma providência do poder público, dotando-a de um quadro de pessoal administrativo, técnico e docente, o quanto antes possível (RELATÓRIO ANUAL, 1960, fl. 24).

Além das atividades práticas e do conhecimento geral ofertado nos cursos, os alunos colaboravam na manutenção dos serviços essenciais, sendo diferenciada a escala para os internos e externos.

A condição e realidade de origem podem ter induzido a instituição a relativizar questões estruturais, principalmente no que se refere à necessidade de ampliação do quadro de profissionais efetivos. Se, desde o início, houve uma forte presença de contratos temporários, indicadores de possível precarização, com a organização dos núcleos de práticas e a utilização da mão de obra de alunos, especialmente os internos, para a manutenção e subsistência da Escola, é de considerar que, ao longo do período investigado, diante da demora no repasse ou

da escassez de recursos, as rotinas e funcionalidade tenham sido mantidas com o trabalho de alunos e professores, tornando ocultas diversas dificuldades.

4.4.1 O Núcleo Agrícola

A estruturação dos núcleos destinados a diferentes tipos de experimentação, simulação, práticas e tecnologias contribuiu para a caracterização de uma cultura escolar agrícola marcada pelo fortalecimento das práticas formativas desenvolvidas pela escola.

Os Núcleos Agrícolas eram separados, e isso era necessário, pois, nas terras da sede da EAU, praticava-se a "pequena agricultura", a fim de atender o consumo da instituição. De acordo com Viñao Frago (1998, p.73), "o edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal". Nele, produziam-se verduras e legumes para abastecer a cozinha e, consequentemente, alimentar os alunos internos e semi-internos. Eles também funcionavam como laboratórios, onde os discentes desenvolviam conhecimentos práticos.

A lavoura instalada na Fazenda Pedra Branca[42] produzia milho, arroz, feijão e forragens; tais produtos eram utilizados para suprir a EAU de gêneros alimentícios, forragens e cereais para alimentar os animais. Entretanto, conforme dados dos três relatórios, a produção da instituição não tinha atingido, até 1960, o volume de produtividade esperada. Três fatores justificavam as limitações: falta de mão de obra, material para preparo da terra e transporte insuficiente. O preparo da terra era feito com tração animal, e a instituição transportava a produção em uma caminhonete, porque não tinham caminhão, a qual era utilizada também para transportar os professores.

A produção agrícola de 1957 a 1960 cresceu a cada ano, sendo fator preponderante para assegurar a possibilidade de aumento anual da matrícula escolar.

A Tabela 4 sintetiza a produção da EAU no ano de 1960, incluindo as culturas perenes (frutas), anuais (arroz, feijão, girassol e milho) e de hortaliças. As lavouras de arroz, feijão, milho e girassol eram plantadas na época certa e produziam alimentos e conhecimentos, porque serviam de campo de instruções práticas aos alunos. A dupla finalidade produtiva e formativa era assegurada por meio do cultivo agrícola, ressaltando que as práticas eram desenvolvidas sob a instrução e supervisão de professores, que ministravam

[42] Pedra Branca é uma Fazenda que pertence à Escola Agrícola e fica a 2km da Fazenda Palmital, onde localiza-se a Escola Agrícola de Urutaí e nela cultivava culturas anuais.

aulas aos alunos das disciplinas técnicas e coordenavam os diferentes núcleos de formação específica (Fotografias 8 e 9).

Tabela 4 – Produção agrícola da Escola Agrícola de Urutaí em 1960.

ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DE PRODUÇÃO
Milho	1.200 jacás	Cr$ 125,00	Cr$ 150.000,00
Arroz	48 sacos	Cr$ 500,00	Cr$ 24.000,00
Feijão	30 sacos	Cr$ 1.200,00	Cr$36.000,00
Cana	60.000 quilos	Cr$ 2,00	Cr$ 120.000,00
Batata	4.000	Cr$ 2,00	Cr$ 8.000,00
Mandioca	35.000 quilos	Cr$ 2,00	Cr$ 70.000,00
Girassol	1.992 quilos	Cr$ 10,00	Cr$ 19.920,00
Hortaliças	10.000 quilos	Cr$ 5,00	Cr$ 50.000,00
Goiaba	7.500 quilos	Cr$ 10,00	Cr$ 75.000,00
Leite	32.706 quilos	Cr$ 10,00	Cr$ 327.060,00
Leitões	1.401	Cr$ 20,00	28.020,00
TOTAL			**Cr$ 908.000,00**

Fonte: Relatório de 1960 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Uma curiosidade observada nos dados demonstrados na Tabela 4 é a utilização de diferentes unidades de medida e pesos para as diferentes culturas. A referência a jacá, sacos ou quilos foi praticada à época para a definição dos valores e das quantidades a serem comercializadas. Dois aspectos escapam à informação oficial. Um é a denominação de hortaliças: se consideradas na variedade de folhas, leguminosas e verduras, talvez a medida em quilos não se aplicasse a todas as espécies, em particular às folhagens. Outro é em relação ao leite: na maioria dos casos, utilizava-se o litro como unidade de medida, enquanto no documento estava registrado quilo.

Fotografia 8 – Alunos do Curso de Iniciação Agrícola em aula prática com o professor e diretor Francisco Heliodoro Pereira da Rocha.

Fonte: Relatório de 1960 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí

Fotografia 9 - Alunos do Curso de Iniciação Agrícola em aula prática sobre cultivador

Fonte: Relatório de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

4.4.2 A horticultura[43]

A horticultura era um campo de produção utilizado para o ensino prático. O local escolhido para a horta foi próximo à caixa d'água que abastece a sede da EAU, uma vez que lá havia sobra de água e se localizava próximo ao refeitório, o que facilitaria a entrega dos legumes destinados ao consumo da escola.

Com o crescimento rápido do consumo devido ao aumento dos alunos, tornou-se necessário o aumento da produção das hortaliças e a abertura de uma cisterna (2m de diâmetro e 20m de profundidade), com a finalidade de suprir a escassez de água na estiagem e melhorar a produção de hortaliças. Nos três relatórios, os dirigentes da Escola justificam, à SEAV, o trabalho prestado pelos alunos: "o mesmo grupo de alunos, que acompanha e pratica atividades da horticultura, é o que, horas depois, faz refeição com produtos colhidos pela sua própria mão e cultivados sob suas vistas diariamente" (RELATÓRIO ANUAL, 1960, fl. 10) (Fotografia 10).

Fotografia 10 – Alunos do Curso de Iniciação Agrícola cuidando da horta.

Fonte: Relatório de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

[43] A palavra horticultura aparece com grafia "orticultura" nos relatórios de 1957 e 1958 e horticultura no relatório de 1960. Segundo o minidicionário da Língua Portuguesa, Hor.ti.cul.tu.ra sf. Arte de cultivar hortas e jardins. (FERREIRA, 2004, p. 397).

O núcleo da horticultura tinha por finalidade o cultivo de hortaliças (alface, tomate, couve e outras), as quais eram utilizadas como laboratórios para a aprendizagem prática dos alunos. Esse núcleo, ao constituir-se como tal, inaugurou novas situações nas relações cotidianas vivenciadas pelos elementos-chave que compunham o cenário educativo, fazendo da EAU uma unidade de ensino com características próprias e um modo de socialização diferenciada. A relação professor/aluno foi modificada, os tempos e espaços foram reconfigurados e novas regras e ordens foram estabelecidas e repensadas em função da emergência caracterizada pelo tempo e pelo contexto de cada realidade escolar.

Nos núcleos, os alunos recebiam as instruções dos professores e depois realizavam trabalhos diários acompanhados por um funcionário. Em várias situações, os próprios alunos em formação eram designados para conduzirem as atividades de forma autônoma, tendo um dos pares como responsável. Nessas circunstâncias, desenvolviam uma aprendizagem prática adquirida através do fazer-fazendo, estabelecendo uma relação professor/aluno/aprendizagem própria do ensino agrícola e da cultura escolar construída internamente.

4.4.3 A agrostologia

Os três relatórios pesquisados mostram a agrostologia como o problema número um da pecuária goiana. Diante disso, a EAU deveria oferecer boas técnicas aos alunos da escola para que eles pudessem aplicar os conhecimentos quando fossem trabalhar como empregados ou em suas propriedades, pois muitos deles eram filhos de fazendeiros.

A Escola, comprometida em oferecer o melhor conhecimento sobre o melhoramento das pastagens do Estado de Goiás, entrou em contato com um especialista para receber sementes de plantas forrageiras com instrução para plantio. Desta forma, em 1958, a escola passou a cultivar as seguintes gramíneas e leguminosas:

> Gramíneas: capim colonião, capim do tanganica, capim var. “Deodoro”, capim sul-africano, capim gambá, capim buffel, capim de Rhodes, adlay, sorgo “feterita”, capim sempre-verde, teosinto.
> Leguminosas: guando (preto), kudzu tropical, jetirana, cunha, soja var. “Santa Maria”, marmelada de cavalo, anil da Jamaica, fijão de porco, mucuna rajada, cow-pea, iabe-iabe (sementes rajadas), mucululú (semente brancas) (RELATÓRIO ANUAL, 1958, fl. 10).

A área da instituição utilizada para plantar as gramíneas e leguminosas também servia como laboratório para ministrar as aulas práticas (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Agrostologia.

Fonte: Relatório de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

A alfafa, cultura também desenvolvida na escola com o objetivo de fornecer alimentação ao gado leiteiro na época da estiagem, evitava gastos com a aquisição de forragens. A alfafa era utilizada para ensinar aos alunos como desenvolvê-la e os meios para melhorar a alimentação do gado leiteiro na seca, sempre com o objetivo de que as técnicas desenvolvidas na EAU repassadas a eles contribuíssem para melhorar a pecuária e agricultura de Goiás, como se observa em um trecho do Relatório Anual (1958):

> As gramíneas plantadas resistiram a ação devastadora da estiagem, problema sério que o criador goiano tem que enfrentar todos os anos, e a procura de sementes, por sua vez, para formação de prados tem correspondido os esforços empregados por esta Escola em favor de tão útil objetivo (fl. 11).

A cultura da alfafa (Fotografia 12), pouco conhecida em Goiás, adaptou-se bem e despertou o interesse dos fazendeiros. Contudo, a EAU justificava que, para fazer o trabalho de extensão, ou seja, expandir a cultura do terreno experimental para a realidade goiana, precisava-se de máquinas (tratores e caminhões). Todavia, tal inserção demonstrava um empenho da escola em disseminar novas culturas na possibilidade de adaptação e cultivo local, evidenciando um traço de atualidade e avanço para a época.

Fotografia 12 – Cultura da alfafa no Campo Agrostológico.

Fonte: Relatório de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Ao se investir na cultura da alfafa, fica evidente que a EAU buscava, através de investimentos em pesquisa, solucionar problemas que se apresentavam na pecuária goiana. Viñao Frago (2000, p. 100) mostra que a cultura escolar pode ser entendida como um "conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo". Isso significa dizer que são os modos de pensar e atuar que proporcionam aos sujeitos envolvidos na produção da EAU estratégias para se desenvolverem tanto a partir do ensino como da aprendizagem no dia a dia da escola e fora dela. Os alunos, ao saírem da escola, levavam as técnicas apreendidas para aplicar em seu trabalho no campo ou as desenvolverem profissionalmente em diferentes propriedades rurais.

4.4.4 O Núcleo Zootécnico

O núcleo zootécnico era composto pela bovinocultura, avicultura e suinocultura. Segundo os relatórios, este núcleo necessitava de mais servidores do que o núcleo agrícola, por isso, dos 11 funcionários administrativos da EAU, seis prestavam serviços aos animais.

a) Bovinocultura

Conforme destaca a Tabela 5, o rebanho de bovinos, equinos e muares aumentou a cada ano, apesar de que a EAU vendia os animais sem mais utilidade para o trabalho e a reprodução. Essas vendas somente ocorriam mediante autorização da SEAV.

Tabela 5 – Crescimento do rebanho da Escola Agrícola de Urutaí.

ANO	REBANHO
1955	68
1956	102
1957	114
1958	146
1959	218
1960	270

Fonte: Relatórios de 1958, 1959 e 1960 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Os reprodutores bovinos da raça guernsey (Fotografia 13) eram autorizados a vender apenas para criadores registrados no Ministério da Agricultura. Tal providência tinha como objetivo melhorar o gado leiteiro da região no Estado de Goiás.

Fotografia 13 - Plantel de reprodutores da Raça Guernsey.

Fonte: Relatórios de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Aparentemente, a EAU manteve algumas atividades produtivas realizadas na antiga Fazenda Modelo de Criação, porém, adaptadas ao projeto de formação e qualificação de mão de obra nos cursos oferecidos. Em outras palavras, a apropriação das estruturas, bens e equipamentos outrora existentes naquele espaço foram destinadas à viabilização das atividades de ensino, de treinamento e de práticas executadas nos diferentes cursos e épocas.

Para manter os animais, a EAU precisava melhorar a estrutura, oferecendo mais qualidade ao ambiente em que eles viviam. Por isso, em 1960, foram realizados os seguintes serviços:

> a) Reparos em 6 quilômetros de cerca de arame farpado destruídas pelas "queimadas" de fazendeiros vizinhos, na época de estiagem.
> b) Limpeza de 80 hectares de pasto em terreno junto a sede da Escola.
> c) Serviço de marcação e registro de animais.
> d) Seleção e assistência Veterinária.
> e) Termos de baixa de animais.
> f) Controle leiteiro (RELATÓRIO ANUAL, 1960, fl. 7).

O controle da produção de cada vaca leiteira em fase de lactação era realizado de julho a dezembro de 1960, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Controle da produção de leite do rebanho leiteiro da Escola Agrícola de Urutaí em 1960.

Nº de ordem	**Raça**	**Nome**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**Produção**	**Média**
1	Mestiça Guernsey	Salma	220	230	220	220	250	300	1.440	8,000
2	Mestiça Guernsey	Tubarana	382	383	384	385	386	387	2.307	12,800
3	Mestiça Holandesa	Siracusa	270	260	278	279	300	320	1.707	9,400
4	Mestiça Holandesa	Roseira	300	302	308	306	307	500	2.023	11,200
5	Mestiça Guernsey	Atalaia	300	305	308	309	307	500	2.029	11,200
6	Mestiça Guernsey	Anápolis	155	157	200	250	360	350	1.472	8,100
7	Mestiça Guernsey	Sepetiba	175	180	960	102	150		1.567	14,400
8	Mestiça Guernsey	Riolina	360	321	495	450	495	549	2.661	14,700
9	Mestiça Guernsey	Urca de Urutaí	60	66	75	80	95	100	476	2,600
10	Mestiça Guernsey	Canaleira	30	33	39	36	67	42	247	1,300
11	Mestiça Guernsey	Balança	60	62	63	69	70	90	414	2,300

Fonte: Relatórios de 1960 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Ao realizar o controle leiteiro das vacas em lactação, a EAU preocupava-se com a produção de cada animal, e não com a qualidade do leite (gordura, proteína e higiene). O plantel leiteiro da instituição era composto por vacas das raças holandesa e guernsey, que são boas na produção de leite (Fotografia 14). Essa produção permitia atender não só ao refeitório como a formação técnica dos alunos, tanto no manejo dos animais quanto na indústria com o beneficiamento do leite e produção de queijo.

Fotografia 14 – Plantel de vacas leiteiras da Escola Agrícola de Urutaí.

Fonte: Relatórios de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Além de bovinos, a EAU também criava equinos para reprodução e o trabalho (Fotografia 15). A cidade de Ipameri, nos anos de 1950, promovia o torneio de turfe. Os animais que disputavam as corridas eram de fazendas da própria região, pois os criadores deles utilizavam os equinos da EAU para fazer os cruzamentos para obter animais de melhor qualidade.

Fotografia 15 – Plantel de equinos da Escola Agrícola de Urutaí.

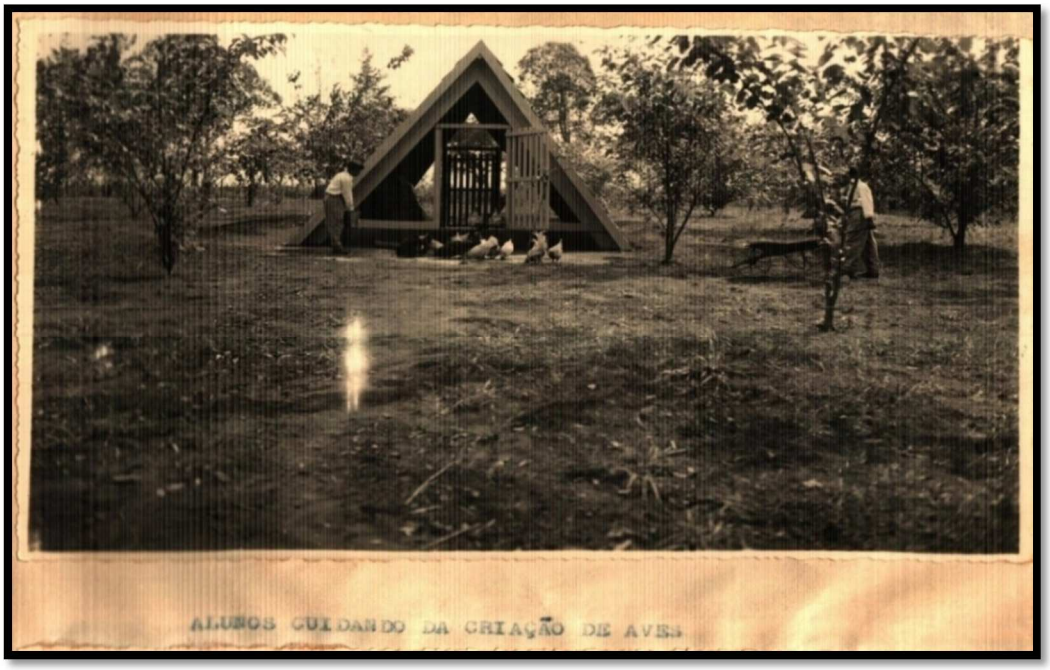
Fonte: Relatórios de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Algo interessante que pode ser observado na caracterização do plantel de animais diz respeito a sua destinação: reprodução e trabalho. Isso significa que a estrutura da EAU demandava ambos, por isso a existência de animais para fins de reprodução e outros utilizados para fins de serviços internos. Pressupomos, então, que a atividade produtiva era alimentada e realimentada por este processo.

b) Avicultura

A implantação da avicultura foi justificada como uma necessidade para a subsistência das classes menos favorecidas de recursos, bem como, porque para a criação de aves não se exige custo financeiro alto. O que torna a avicultura ao alcance de todos e, por isso, a EAU empenhou-se em difundir entre os seus alunos os meios e os processos racionais de exploração dessa atividade (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Avicultura na Escola Agrícola de Urutaí



Fonte: Relatórios de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

A criação de aves era pequena, mas objetivava fazer com que os alunos de baixo poder aquisitivo aprendessem as técnicas para desenvolver essa atividade. De modo que poderiam executá-la nas pequenas propriedades da família, cujos animais seriam usados na própria alimentação, pois a carne bovina era cara na região. Os pobres que não tinham acesso à proteína animal em sua alimentação, a avicultura possibilitaria este benefício.

> Esse interesse, aliás, pela exploração da avicultura, encontra sua justificativa na luta pela própria subsistência das classes menos favorecida de recursos, sabido como é que o alimento chamado dos pobres – carne da vaca – custa hoje em Urutaí ou Goiânia Cr$ 35,00 o quilo. Além disso, a criação de aves não exige o emprego de capital vultoso, como sucede com a de animais de grande porte, o que a torna uma "distração rendosa ao alcance de todos". (RELATÓRIO ANUAL, 1958, fl. 7).

A avicultura era vista apenas como uma criação que atenderia aos alunos da classe menos favorecida, não como um investimento a gerar riquezas, trabalho e desenvolvimento.

c) Suinocultura

A suinocultura era uma atividade intermediária, em que a EAU criava suínos da raça duroc-jersey (Fotografia 17), utilizada como instrumento para as aulas práticas e para a venda aos fazendeiros registrados no Ministério da Agricultura. No entanto, os alunos cuidavam do plantel de suínos com um funcionário responsável.

Fotografia 17 – Suinocultura da Escola Agrícola de Urutaí.

Fonte: Relatórios de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Apesar de se configurar como uma instituição de ensino, a EAU continuou desenvolvendo ações de extensão de interesse da pecuária, da suinocultura e da avicultura da região. Mantinha a criação de animais de raças superiores que atraíam o interesse e atendiam às solicitações dos produtores, além de que o excedente era comercializado. Deste modo, identificamos traços de uma cultura interna, que incluía o fomento das bases e da matéria prima para os cursos e as práticas dos alunos, ao mesmo tempo em que dinamizava os processos produtivos e o sustento de algumas atividades internas da instituição, especialmente vinculadas aos diferentes núcleos.

O núcleo zootécnico apresentava como características a produção e o desenvolvimento de aprendizagem prática, apresentação de animais de raças para que os alunos compreendessem que a pecuária em Goiás precisava desenvolver o aprimoramento das raças de qualidade em relação ao leite e ao corte. Ou seja, a instituição foi capaz de produzir um saber específico, cujos efeitos estendiam-se sobre a sociedade e a cultura, que emergiram dos determinantes do próprio funcionamento institucional.

4.4.5 O Núcleo Industrial

O núcleo industrial ficava interligado ao setor zootécnico e agrícola da instituição, ou seja, os produtos industrializados eram provenientes dos setores de produção, sendo alimentados conforme o que era produzido na EAU.

O primeiro produto a ser industrializado foi o leite por meio da fabricação de queijo e manteiga. Isso demandou um aumento na produção dessa matéria prima, assegurado pelo aperfeiçoamento do manejo e melhoramento das vacas leiteiras, de modo a associar quantidade com qualidade.

A produção de doces foi outra iniciativa de natureza industrial, potencializada pelo plantio de árvores frutíferas. Entre 1957 e 1960, foram plantados 5.000 pés, formando um expressivo pomar nas dependências da EAU: goiabeiras, marmeleiros, pessegueiros e bananeiras, cujos frutos seriam destinados à industrialização de doces. Notamos uma evidente preocupação com o incremento dos processos de industrialização de produtos do meio agrícola, que seria uma forma de estabelecer relação direta entre a teoria e a prática dos cursos ministrados. Neste sentido, o aumento no plantio de diversas árvores frutíferas teria como finalidade a manutenção de um verdadeiro laboratório para o aprendizado dos alunos matriculados nos diferentes cursos.

Contudo, esse planejamento visionário e ambicioso teve alguns percalços. O setor industrial da instituição enfrentava dificuldades com relação ao número de pessoal suficiente para atuar na área. Havia escassez de técnicos, e as instalações não eram devidamente adequadas. Segundo consta no Relatório Anual de 1960, o laticínio ficou pronto apenas naquele ano, local em que os alunos acompanhavam de perto a fabricação de queijos e manteiga.

> Dois fatores estão concorrendo para o retardamento dessa iniciativa tão necessária à eficiência do preparo profissional dos seus alunos. O primeiro é a falta de pessoal e o segundo é a construção de uma dependência para a execução desse mister. O primeiro caso está sendo examinado no Congresso, em projeto de Lei, criando o quadro do Pessoal, e não se tem notícia, até agora, de sua aprovação. O segundo caso espero ter uma solução adequado, com a construção que se está procedendo do seu “Pavilhão de Industria”, pela Companhia “Sarte”, a cargo do Engenheiro José Maria de Oliveira Villela, residente no Rio de Janeiro (RELATÓRIO ANUAL, 1960, fl. 8).

Mesmo convivendo com tais entraves, o núcleo industrial manteve as atividades de produzir e ensinar ao mesmo tempo, pois a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, no Artigo 61, item 7, asseverava que deveriam ser “organizados, em todos os estabelecimentos de ensino agrícola campos experimentais e de demonstração”.

O núcleo industrial possibilitava uma interface entre a agropecuária e o setor industrial, pois os alunos aprendiam a beneficiar o leite e as frutas produzidos na escola. Nessa época, no Brasil, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, já havia iniciado o processo de industrialização. Em Goiás, a EAU apontava a possibilidade de um desenvolvimento industrial ligado à agropecuária, já que este setor seria considerado internamente o mais "forte" do Estado.

Ao observarmos o funcionamento da escola, foi possível compreender que, no interior da instituição, desenvolvia-se uma cultura particular pela especificidade das variadas práticas dos sujeitos que ocupavam esse espaço, articuladas com outras práticas culturais mais amplas da sociedade.

4.4.6 As oficinas

As oficinas da antiga Fazenda Modelo de Criação de Urutaí foram retiradas da instituição, e a falta destas dificultava o andamento dos cursos da EAU. No ano de 1957, a escola recebeu a verba para comprar os maquinários e melhorar as oficinas. Mas, devido ao duodécimo, as verbas que eram de Cr$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) e Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) foram reduzidas para Cr$56.000,00 (cinquenta e seis mil cruzeiros) e Cr$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros). Além do que, as verbas só chegaram ao final de setembro e não foi possível comprar as máquinas.

> Como poderia assim, esta Escola adquirir máquinas e motores, mediante coleta de preços, com créditos tão reduzidos, em regime de duodécimo, sabido como é que tais coletas de preços só são válidas até 30 dias da data da sua realização? Por todas essas razões, e para evitar compras de última hora, a esmo, "gastar para recolher", esta Escola achou prudente não aplicar os créditos acima citados (RELATÓRIO ANUAL, 1960, fl. 18).

No ano de 1960, a EAU foi informada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás da existência de um crédito de Cr$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) para utilizar na compra de ferramentas e utensílios. Todavia, a instituição novamente não realizou a compra por causa do curto espaço de tempo para levantamento de preço e compra dos materiais necessários.

Devido a essas ocorrências subsequentes, a EAU passava por dificuldades nas aulas práticas: "As oficinas em causa, que tanta falta já está fazendo para os serviços desta Escola, e tão necessária à preparação profissional dos seus alunos" (RELATÓRIO ANUAL,

1960, fl.17). É importante lembrar que o Artigo 5[44] da Lei Orgânica do Ensino Agrícola ressaltava a formação técnica com aulas práticas. A falta de equipamentos adequados pode ter prejudicado o andamento dos cursos de Iniciação Agrícola e Arador Tratorista oferecidos pela instituição.

Os diferentes núcleos correspondiam à estrutura física necessária para realização das aulas práticas dos cursos ofertados pela EAU e contribuíram de forma significativa para a construção da cultura escolar agrícola.

> O espaço escolar tem que ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos. No quadro das modernas teorias da percepção, o espaço-escola é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem. [...] Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo impõem suas leis como organização (ESCOLANO, 1998, p. 26-27).

A estrutura física não possuía requinte e nem formato tradicional de uma escola, ou seja, uma escola-fazenda, tendo em vista a estrutura organizacional, as práticas, os experimentos e laboratórios. Esta estrutura possibilitou a construção de uma cultura escolar singular voltada para a agropecuária, e os núcleos permitiram essa acepção a uma cultura escolar dinâmica, que educa integralmente, familiariza o educando com atividades semelhantes às quais teria de enfrentar na vida real em relação aos problemas da agropecuária, tornando-o consciente de suas responsabilidades e possibilidades. Independente de o aluno ser oriundo de uma pequena propriedade ou tornar-se mão de obra nas fazendas da região, a formação ofertada pela escola tinha interface com o meio, com as suas vivências no espaço de atuação. Então, ao protagonizar, de um lado, o preparo de sujeitos vinculados ao campo, e, de outro, o incentivo ao melhoramento e à adaptação de espécies animais, a escola atendeu a distintos segmentos do meio rural, no incremento do modelo produtivo e comercial.

---

[44] **Art. 5º** Presidirão ao ensino agrícola os seguintes princípios gerais:
1. Evitar-se-á, nos cursos de formação de trabalhadores agrícolas, a especialização prematura ou excessiva, de modo que fique salvaguardada a adaptabilidade profissional futura dos operários, mestres e técnicos.
2. Nos cursos de que trata o número anterior, iucluir-se-ão, juntamente com o ensino técnico, estudos de cultura geral e práticas educativas que concorrem para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador agrícola.
3. As técnicas e os ofícios deverão ser ensinados com os processos de sua exata execução prática e também com os conhecimentos teóricos que lhes sejam relativos. Ensino prático e ensino teórico apoiar-se-ão sempre um no outro.
4. A informação científica exigir-se-á em todos os casos, mesmo no ensino dos cursos destinados a dar rápida e sumária preparação para os comuns trabalhos da vida rural, por forma que o ensino agrícola, com tornar conhecidos os processos racionais de trabalho, concorra para eliminar da agricultura as soluções empíricas inadequadas.

Fotografia 18 - Portão de entrada da Escola Agrícola de Urutaí.

Fonte: Relatórios de 1958 – Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

A Fotografia 18 retrata a entrada da EAU, “berço” do ensino agrícola em Goiás, que contribuiu para a modernização da agropecuária brasileira, especialmente a do estado goiano.

Analisando o espaço em seu conjunto, é possível inferir que a EAU se constituiu em um local de instrução direcionada, tanto para uma formação geral quanto específica das práticas dos diferentes núcleos, como em um espaço para o trabalho. Isso possibilitou aprendizagens práticas que contribuíram para a formação como operário agrícola qualificado que marcaram e constituíram a sua identidade histórica.

5 CONCLUSÕES

Ao analisarmos as informações dispostas na massa documental, emergiram múltiplas possibilidades de interpretações direcionadas para a questão: qual cultura escolar agrícola se materializou na escola investigada? Nesse exercício de apreender e de visualizar as possíveis percepções, é inevitável problematizar: a fazenda virou escola ou a escola conservou a fazenda? Uma primeira resposta voltada para a percepção da cultura escolar agrícola teria que potencializar a afirmação e relativizar a negação.

A despeito da onipresença de dados sobre as relações produtivas, a preocupação com a melhoria de espécies animais e vegetais, o foco da EAU no período estudado, foi a formação teórica e prática desenvolvida nos diferentes núcleos. Neste sentido, a singularidade da cultura escolar interna perpassou as normas e as práticas de uma instituição que se ocupava essencialmente com o ensino técnico agrícola. A distribuição dos componentes curriculares nos núcleos caracterizou o conteúdo e a forma de aprendizado ofertados na EAU, bem como demarcou o papel e a finalidade de sua existência.

O projeto da Fazenda Modelo não foi replicado nas ações da escola, até porque, antes mesmo de ser criada, a maioria das ações tinha sido transferida para outro Estado. A Fazenda já não cumpria na íntegra a finalidade para a qual foi instalada. Deste modo, apenas a estrutura física e material foram aproveitadas e direcionadas para o atendimento dos propósitos de formação e qualificação para o trabalho agrícola. Contudo, é possível inferir que, de algum modo, o ambicioso projeto da Fazenda Modelo tenha inspirado os núcleos de ensino da EAU.

O interesse em desenvolver técnicas modernas de manejo e produção, a necessidade de renovação do plantel de animais, tanto em quantidade quanto em qualidade, a adoção de práticas modernas na mecanização e industrialização de alimentos, o foco no rendimento da produtividade agrícola e pecuária são alguns indicativos de que a cultura escolar tenha sido influenciada, em parte, pelas práticas desenvolvidas originalmente na antiga fazenda.

Na estrutura física, os núcleos ligados à área zootécnica já existiam. Com a implantação da EAU, foram estruturados com a finalidade de oferecer aos alunos a formação específica. Os núcleos possuíam em comum a possibilidade de os alunos aprenderem a realizar os serviços relacionados à agropecuária através da prática, tanto em atividades referentes à parte animal quanto nas atividades da lavoura.

Os núcleos, além da formação prática, foram um instrumento de formação profissional, capazes de qualificar profissionais para inovarem e criarem resoluções para os problemas. Suas atividades diárias possibilitavam aos alunos buscar soluções para os problemas que surgiam e se desenvolviam em diferentes locais.

Naquela época, o núcleo industrial foi uma inovação para os alunos, porque, sendo o Estado de Goiás essencialmente agrícola, o beneficiamento de produtos despertava nos alunos o interesse por atividades ligadas à indústria. Os núcleos ligados à lavoura e à pecuária permitiram novas aprendizagens e novas técnicas para serem aplicadas na agropecuária em Goiás.

Nos núcleos agrícolas, foram desenvolvidas atividades que possibilitaram produzir uma cultura escolar agrícola, que se fez dependente do contexto social. Assim sendo, ao mesmo tempo em que exerceu, ela sofreu influência da sociedade, pois esta foi criada para aprimorar a agropecuária de Goiás e, ao mesmo tempo, precisou adptar-se aos anseios dos alunos que ali estudavam. Deste modo, a organização pedagógica e administrativa da EAU foi configurada, principalmente, pelos diferentes núcleos especializados em atividades agrícolas e na pecuária; pela estrutura de produção interna mantida com dupla finalidade de aprendizado e provimento alimentar, e pela coexistência de profissionais com formação e inserção no campo do ensino e das atividades produtivas. Estes são dados que singularizaram a cultura escolar agrícola da EAU, fortemente identificada com diferentes práticas, interesses e motivações, tanto no âmbito interno quanto externo, com evidente interlocução com a sociedade local e regional.

À medida que a EAU cumpria o seu papel de preparar quadros para a mão de obra agrícola, não se comprometeu com outra função diferente desta. Porém, a complexidade das relações e das articulações deste ofício singular que, ao mesmo tempo, forma e estimula um setor produtivo de elevada expressão regional, e a circulação de sujeitos e profissionais requererem um olhar mais atento sobre diferentes variáveis reveladas por este estudo, conferindo singularidade ao que consideramos ser a cultura escolar agrícola.

Por meio de documentos e informações contidos nas diferentes fontes, foi possível evidenciar o papel que a instituição teve ao ofertar o ensino agrícola a partir de dois cursos técnicos: Arador Tratorista e Iniciação Agrícola. As características de formação “rápida”, tendo como público alvo jovens do sexo masculino pertencentes às famílias de agricultores ou pequenos agricultores, mostram o comprometimento com ações formativas direcionadas para a mão de obra do meio rural. A escola oportunizava o aprendizado de novas técnicas que seriam empregadas nas propriedades agrícolas.

O arranjo institucional da EAU, no período de 1953 a 1963, contribuiu para a configuração de um ideário de modernização regional, fomentando a escolarização técnica agrícola como via de progresso no Estado de Goiás. Embora tenha sido marcada por entraves e dificuldades estruturais e financeiras, com rupturas e permanências, a instituição protagonizou um ambicioso projeto de formação, subsidiado por recurso federal, até, então, inédito em Goiás enquanto instituição modelo de ensino agrícola, com regras claras e rígidas definidas para disciplinar os corpos e os comportamentos. A quais exigências os alunos internos seriam submetidos? Como funcionariam os alojamentos, os intervalos entre os trabalhos e os estudos dos alunos?

A ausência de registros sobre o funcionamento do internato e das tarefas de manutenção exercida pelos alunos é algo que chama a atenção para a necessidade de novas e futuras pesquisas, que possam dar visibilidade a outras descobertas acerca dos conflitos, enfrentamentos, conformismos e resistências dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

Do ponto de vista teórico-metodológico, torna-se evidente a fertilidade do conceito de uma cultura escolar agrícola desenvolvida pela EAU ao aplicar e difundir as prescrições da Lei Orgânica do Ensino Agrícola direcionada pelo Ministério da Agricultura que, juntamente com o espaço físico, imprimem o traçado organizacional e pedagógico, materializado nos núcleos agrícolas onde foram ministradas as práticas e experimentos. Quanto à cultura escolar, o mesmo autor retrata essa cultura em três âmbitos: a empírica, a científica e a política – a empírica é a cultura desenvolvida pelos professores em sua prática, a científica é derivada da investigação acadêmica e a política é desenvolvida pelas instituições educativas ao estabelecer normas que governam seu funcionamento.

Os professores ao atuarem na EAU, desenvolveram uma cultura escolar agrícola marcada por metodologias e técnicas, nas quais as aulas resultavam em aprendizagens teóricas e práticas.

As pesquisas científicas desenvolvidas na EAU (desenvolvimento de pastagens) possibilitaram o progresso da agropecuária em Goiás e constituiu em um dos fatores determinantes da “cultura escolar agrícola”, com especificidade singular produzida na referida instituição de ensino em um tempo e espaço determinado.

Conforme a legislação referente à educação agrícola no Brasil, os documentos encontrados no arquivo e utilizados na pesquisa, em especial os relatórios (1957, 1958, 1960), bem como o livro de memória do ex-aluno, mostraram o ordenamento da EAU e o uso dos espaços pelos docentes e discentes. Revelaram, ainda, uma instituição educativa que foi organizada consoante as condições do tempo e do espaço.

Assim, pode-se perceber um movimento importante entre as finalidades apresentadas pelo Estado para o ensino agrícola e a forma como a escola lidava com essas determinações, construindo suas práticas por meio das relações estabelecidas com seus agentes principais (dirigentes, funcionários, professores e alunos). Os agentes envolvidos promoviam um ensino voltado para o desenvolvimento de melhorias das práticas agrícolas, uma vez que os alunos que frequentaram a instituição já traziam em suas histórias de vida a relação com a agricultura e pecuária, bem como a comunidade na qual a EAU estava inserida possuía a economia voltada para a agropecuária.

As disciplinas demarcaram a proposta educativa voltada para a oferta do ensino agrícola na instituição, a qual desenvolveu um conteúdo de acordo com a origem de seus alunos. Por fim, configurou-se como uma instituição de ensino específico, que transmitiu saberes e condutas nascidos no seu interior com suas próprias marcas e características. Essa troca retrata uma cultura operada pela EAU em direção a outros setores da sociedade, em termos de formas e conteúdos, e inversamente as transferências culturais operadas a partir de outros setores, em direção à escola e às marcas que essa cultura imprime nos indivíduos.

As transferências culturais da instituição para a sociedade e vice-versa tornaram-se evidentes no processo de ensino e de preparação de profissionais que a comunidade almejava. A EAU transmitia ensinamentos que não só contribuíram para o desenvolvimento da agropecuária da região, mas também dos próprios alunos, uma vez que, ao concluírem o curso de Iniciação Agrícola, Mestre Agrícola e Arador Tratorista, levavam consigo a marca da instituição: um profissional formado para trabalhar na agropecuária.

A cultura escolar desenvolvida pela EAU foi marcada por continuidades, alterações e persistências. Persistência porque era uma escola agrícola e, como tal, tinha orientações a serem seguidas. Continuidade porque os professores inovaram e procuraram desenvolver ensinamentos que atendiam às aspirações da agropecuária do Estado de Goiás, o que determinou uma cultura escolar agrícola específica. No interior da EAU, produziam-se maneiras de pensar e atuar que proporcionaram estratégias e condutas aos sujeitos envolvidos nas práticas escolares e possibilitaram o desenvolvimento de uma personalidade agrícola. Quanto às alterações organizacionais, se faziam necessárias nas situações em que a mudança legal ou o regimento exigiam.

O que notadamente evidenciamos na singularidade da cultura escolar agrícola desta instituição foi a coexistência de aspectos formativos, práticas e treinamentos específicos, uma organização interna pautada pela disciplina, pelas rotinas diárias e pela uniformização de condutas e posturas. Ademais, o espírito de grandeza e a importância da Fazenda Modelo

nunca foram esquecidos, sendo o ambicioso projeto transferido para a EAU. Os relatórios, concomitantemente, enfatizam as dificuldades e precariedades em relação ao provimento e à manutenção da escola, como também realçam a prevalência de ações direcionadas aos negócios e suprimentos.

Ao concluirmos a tarefa e o desafio de realizarmos este estudo − enquanto pesquisadora em formação −, percebemos que a EAU teve (e ainda tem) importante papel no processo de formação de jovens no Sudeste Goiano em atenção às finalidades objetivadas à formação de técnicos para atuarem na agropecuária de Goiás e do Brasil. É possível indicar que o *status* social formado em torno da EAU teria a influência dos interesses de uma classe econômica e política que vislumbrava a projeção de seus projetos e resultados por meio do discurso de referência, qualidade e pujança. Contraditoriamente, o que fica nas dobras dos documentos oficiais são os possíveis conflitos internos e externos, cujos indícios são percebidos nos registros ao enfatizarem as dificuldades enfrentadas na escassez de provimentos, maquinários, equipamentos, quadro de pessoal e recursos financeiros. Observamos indícios de relações complexas que não se explicam pela simples aparência da instituição como ícone do progresso, do desenvolvimento, da cultura e do sucesso educacional. As evasões, os limites para a ampliação de vagas, problemas diversos recorrentes e reincidentes a cada ano são sintomáticos de que é explícito, mas também no que fica nas dobras da experiência vivida pelos diferentes sujeitos.

As evidências de que, além do aprendizado prático potencializado pelos núcleos no sentido formativo, os alunos eram induzidos a trabalharem, preenchendo as lacunas da mão de obra contratada, podem desvelar um cenário diferente do preconizado pelo discurso oficial. Mais ainda, instigam novas pesquisas que tenham por objeto buscar outros olhares sobre a instituição do ponto de vista de outros sujeitos fontes.

Ao finalizarmos os estudos no Mestrado em Educação, percebemos que o papel do curso, das disciplinas ministradas, dos eventos científicos dos quais participamos e da orientação que recebemos contribuiu para o aprimoramento como pesquisadora, bem como para os caminhos a percorrer para investigar toda a história da EAU, a qual, desde seu início, passou por diferentes fases. A pesquisa concluída focalizou a primeira fase da EAU, sendo que as outras ainda poderão ser analisadas. Tivemos interesse especial na fase em que o ensino agropecuário do país era supervisionado pela COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário), órgão autônomo, criado em 1975 pelo Decreto nº 76.436, que tinha como finalidade prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agropecuário. Neste período, a EAU funcionava no sistema escola-fazenda, cuja

Cooperativa Escolar passou a integrar os mecanismos pedagógicos da formação profissional em agropecuária.

Durante a pesquisa nos arquivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano − Câmpus Urutaí −, localizei diversos documentos: manuais, instruções, divisão de assuntos pedagógicos, boletins de serviços, ementários, regulamentos, regimentos, diretrizes de funcionamento, diários e históricos de alunos, os quais separamos e lemos minuciosamente seus registros. Despertou-nos interesse em relação ao funcionamento dessa cooperativa em Urutaí, à política desenvolvida pelo Ministério da Educação e à implementação da COAGRI na instituição de ensino. Tendo a Cooperativa como um dos componentes do processo de formação integral do ensino técnico, como se desenvolveu a cultura escolar da instituição? Que avanços houve na instituição e no setor agropecuário da região?

Enfim, há muito para ser pesquisado e investigado na supracitada instituição que retrata a educação agrícola no Brasil. O ensino agrícola é um campo a ser esquadrinhado, a fim de que possamos compreender melhor as ações delineadoras desta modalidade de educação no Brasil.

REFERÊNCIAS[45]

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR – 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR – 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BORGES, Adilson Santos. **Urutaí**: memórias de uma juventude. Brasília: S/Editora, 2005.

BORGES, Barsanufo Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: CEGRAF, 1990.

_____. **Goiás nos quadros da economia nacional – 1930-1960.** Goiânia: CEGRAF, 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº. 5452, de 1 de maio de 1943. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil 03/decreto-lei/de 5452.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. Decreto-lei nº. 4.504, de 9 de dezembro de 2002. **Lex:** Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, Urutaí, 2002.

_____. Decreto nº. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev.1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-de-fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html.> Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Decreto nº. 62.178, de 25 de janeiro de 1968. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jan. 1968. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html.> Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Decreto nº. 83.935, de 4 de setembro de 1979. Disponível em: < http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/2FDB98462A761AA9032569FA00633698?Opendocument.> Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html.> Acesso em: 11 fev. 2014.

[45] Os seguintes decretos, decretos-lei e portarias foram encontrados no Livro de Recortes do Diário Oficial da União (1955), localizado no Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí: 1) Decreto-lei nº. 13197/1918; 2) Decreto nº. 9452/1912; 3) Decreto nº. 23979/1934; 4) Projeto nº. 1416/1951; 5) Decreto-lei nº. 9163/1946; 6) Decreto nº. 21667/1946; 7) Decreto nº. 39075/1956; 8) Portaria nº. 1197/1954; 9) Decreto nº. 38042/1955; 10) Portaria nº. 620/1959; 11) Portaria nº. 377/1960; 12) Decreto-lei nº. 4504/2002; 13) Decreto-lei nº. 9613/1946.

BRASIL. Lei nº. 1.923, de 28 de julho de 1953. **Lex**: Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 jul. 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1923-28-julho-1953-367061-publicacaooriginal-1-pl.html.> Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.> Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Projeto de lei nº. 1.416, de 22 de novembro de 1951. **Lex**: Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 22 nov. 1951, p. 11581-11582.

_____. Decreto-lei nº. 60.731, de 19 de maio de 1967. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn/:Lex:BR:federal:decreto:1967-05-19-60731>. Acesso em: 2 nov. 2013.

_____. Decreto-lei nº. 13.197, de 25 de setembro de 1918. Disponível em: <http://www.jusbrasilcom.br/diários1935258/dou-secao 1-27-09-1918-pg 1>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. Decreto-lei nº. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 23 out. 2013.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**. Campinas–SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2002.

CAMPOS, Francisco Itami. **O coronelismo em Goiás.** Goiânia: Editora da UFG, 1987.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras:** um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968). 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al*. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodologia. Petropólis – RJ: Vozes, 2008.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus:** antes, agora e depois? São Paulo: Saraiva, 1980.

COINMILL. Disponível em: < http://pt.coinmill.com/BRC_USD.html#BRC> (Conversão de cruzeiro para dólar). Acesso em: 28 out. 2013.

ÉLIS, Bernardo. **Veranico de janeiro.** Goiânia: ICBC, 2006.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Municípios do Estado de Goiás**, v.36. Rio de Janeiro: Editora do IBGE, 1958.

ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução de Afredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ESCOLANO, Agustín Benito. Las culturas escolares del siglo XX: encontros y desencuentros. **Revista de Educación**, Madrid, número especial, p. 201-218, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: **História da educação em perpectiva:** ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia- MG: EDUFU, 2005. p. 71-90.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUIRALDELLI, Paulo Junior**. História da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

IGNÁCIO, Paulo César de Souza. Da educação tecnológica a formação profissional: a reforma do ensino técnico em questão. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas–SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2002. p. 39-64.

LIVRO DE ATA nº. 1. Fazenda Modelo de Criação. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano -Câmpus Urutaí, 1920.

LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA nº. 1 Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1934.

LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA nº. 2 Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1937.

LIVRO DE PONTOS. Escola Agrícola de Urutaí. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1955.

LIVRO DE RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1955.

LIVRO DE TERMO DE VENDA E ARREMATAÇÃO DA FAZENDA MODELO DE CRIAÇÃO. 1927-1947.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Org.) **História da educação em perspectiva.** Campinas - SP: Autores Associados; Uberlândia - MG: EDUFU, 2005.

MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE COOPERATIVAS-ESCOLA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO AGRÍCOLA. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí. 1982.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica (1930-1945):** Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NEVES, José de Souza. **Manuscrito sobre as terras da Escola Agrícola de Urutaí**. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1964.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. Patronatos agrícolas: infância, cidadania e políticas públicas no Brasil (1918-1934). In: CAVALCANTI, Maria Juraci Maia et al. **História da educação comparada, missões, expedições, instituições e intercâmbios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 349-378.

O IPAMERI – Jornal localizado no Museu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí. 1955.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAMOS, Bruna Sola da Silva. **Práticas discursivas no Fórum Virtual de Discussões do Projeto Veredas:** uma alternativa de aprendizagem? Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2004.

RELATÓRIO ANUAL. **Sobre as atividades da Escola Agrícola de Urutaí.** Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1957.

_____**. Sobre as atividades da Escola Agrícola de Urutaí.** Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1958.

_____. **Sobre as atividades da Escola Agrícola de Urutaí.** Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí, 1960.

REVISTA A HORA VETERINÁRIA. Ano 28, nº 165, setembro/outubro, 2008. – Arquivo do Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petropólis–RJ: Vozes, 1978.

SILVA, Josier Ferreira da. Configuração espacial dos saberes rurais e urbanos por meio das políticas de desenvolvimento regional. In: CAVALCANTI, Maria Juraci Maia *et al*. **História da educação comparada, missões, expedições, instituições e intercâmbios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 447-467.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.v. I e V.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VADEMARIN, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, set./dez. 1995.

_____. Tiempos escolares, tiempos sociales. Barcelona: Ariel, 1998.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: WARDE, Miriam Jorge (Org.). **Contemporaneidade e educação:** temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), 2000, p. 93-110.

_____. Sistemas educativos, culturas escolares y reformas. 2. ed. Madrid - Espanha: Editora Morata, 2006.